

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE MELGAÇO 2024

RADAR SOCIAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Índice

INTRODUÇÃO.....	16
1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA E TERRITORIAL	19
Contextualização Geográfica	19
Residentes: Perfis e Dinâmica.....	22
Grupos Etários.....	24
Natalidade e fecundidade.....	27
Famílias: Tipo e Evolução.....	29
População em idade ativa.....	32
Envelhecimento, longevidade e dependência.....	33
Imigração	37
Em suma.....	39
2. DIMENSÃO SOCIOECONÓMICA.....	41
Setores de atividade, estrutura e empresas.....	41
Emprego: tipo e setores.....	49
Desemprego e subemprego.....	51
Rendimentos salariais por setor de atividade	56
Em suma.....	57
3. EDUCAÇÃO: PERFIL E DESENVOLVIMENTO.....	59
Nível de escolarização da população do concelho	63
Panorâmica do insucesso, retenção e abandono escolar	71
Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	73
Acesso a meios digitais e de comunicação	73
Rede e localização de equipamentos escolares e número de docentes.....	75
Projetos e Atividades do Agrupamento de Escolas de Melgaço	76
Docentes	79
Em suma.....	82
4. GRUPOS/SITUAÇÕES DE ACRESCIDA VULNERABILIDADE	84
Pessoas em situação de pobreza	84
Crianças e jovens.....	86
Jovens.....	88

População idosa	89
Imigração e grupos étnicos	91
Deficiência e incapacidade.....	92
Comportamentos aditivos: álcool e outras dependências	93
Indignidade habitacional: dimensão e severidade	93
Violência doméstica e de género.....	95
Em suma.....	96
5. PROTEÇÃO SOCIAL: COBERTURAS E ÂMBITO	98
Desigualdade de rendimento	99
Garantias de proteção	100
Pensões e pensionistas	101
Emprego e desemprego: medidas protetivas.....	104
Outros apoios.....	111
Em suma.....	124
6. CARATERIZAÇÃO SANITÁRIA	126
Mortalidade e morbilidade	127
Equipamentos e profissionais de saúde	129
Farmácias e assistência medicamentosa	132
Cuidados de Saúde Primários em Melgaço	134
Em suma.....	144
7. EDIFICADO E HABITAÇÃO	146
Habitação municipal	154
Em suma.....	155
8. INFRAESTRUTURAS.....	157
Água e águas residuais.....	157
Eletricidade	158
ITUR – Instalações de telecomunicações em urbanizações	159
Resíduos sólidos urbanos.....	161
Transportes e acessibilidade.....	163
Em suma.....	164
9. SEGURANÇA	165
Em suma.....	166

10.	CULTURA E DESPORTO: ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS	167
	Em suma.....	174
11.	ATIVIDADE ASSOCIATIVA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	175
	Em suma.....	178
	NOTA FINAL	179

Índice de Figuras, Gráficos e Quadros

Figura 1 Mapa do Concelho de Melgaço por Freguesias e por Uniões de Freguesias... 20

Gráfico 1 População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários 25

Gráfico 2 Evolução temporal da população em idade ativa em Melgaço..... 32

Gráfico 3 Número de empresas por 100 habitantes nos anos 2011 e 2022..... 45

Gráfico 4 Número de empregadores por nível de escolaridade em 2011 e em 2019 ... 48

Gráfico 5 Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, segundo o nível de habilitações em Melgaço em 2021 49

Gráfico 6 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário, 2011 e 2023 54

Gráfico 7 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo, 2011 e 2023.. 55

Gráfico 8 População residente por níveis de ensino segundo os censos, 2011-2021 ... 64

Gráfico 9 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, 2011 e 2023 67

Gráfico 10 Resultados Escolares: taxas de retenção e desistência (%)..... 72

Gráfico 11 Número de pensões da Segurança Social: velhice, invalidez e sobrevivência, em 2011 e 2023 104

Gráfico 12 Beneficiários do RMG e do RSI segundo o grupo etário, 2011 e 2023, em Melgaço 107

Gráfico 13 Óbitos de residentes, total e por grupo etário 128

Gráfico 14 Número de edifícios e fogos para habitação familiar licenciados e concluídos ao longo do tempo 149

Gráfico 15 Edifícios por época de construção 151

Gráfico 16 Número médio de residentes por alojamento familiar clássico..... 152

Gráfico 17 Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação..... 153

Gráfico 18 Resíduos urbanos: total e por tipo de operação de destino, 2011 e 2022 162

Quadro 1 Densidade populacional segundo os Censos 21

Quadro 2 População por freguesia e sexo na década 2011-2021..... 22

Quadro 3 População residente segundo os Censos: total e por sexo (nº).....	23
Quadro 4 População residente na UE 27: total e por grandes grupos etários	23
Quadro 5 População residente por grandes grupos etários segundo os Censos (nº) ...	24
Quadro 6 Taxa de variação da população residente entre 2011 e 2021 (%) por faixa etária	26
Quadro 7 Taxa bruta de natalidade, por 1000 residentes	27
Quadro 8 Taxa de fecundidade, por 1000 mulheres em idade fértil	27
Quadro 9 Taxa de fecundidade por grupo etário, por 1000 mulheres em idade fértil .	28
Quadro 10 Dimensão média das famílias clássicas segundo os Censos	29
Quadro 11 Famílias clássicas, total e número de indivíduos segundo os Censos, em 2021	30
Quadro 12 Famílias clássicas unipessoais, com duas pessoas e com três ou mais pessoas, segundo os Censos (%)	30
Quadro 13 Variação do número de agregados por tipo de agregado, 2011-2021	31
Quadro 14 População residente em idade ativa, segundo os Censos	32
Quadro 15 Índice de envelhecimento segundo os Censos (%)	34
Quadro 16 Esperança de vida à nascença e esperança de vida aos 65 anos	35
Quadro 17 Índice de dependência de idosos segundo os Censos (%)	35
Quadro 18 Número de indivíduos em idade ativa por idoso: índice de sustentabilidade potencial segundo os Censos	36
Quadro 19 Índice de dependência de jovens segundo os Censos (%)	36
Quadro 20 Índice de renovação da população em idade ativa (n.º)	37
Quadro 21 Saldo migratório	37
Quadro 22 População residente por nacionalidade (portuguesa, estrangeira ou apátrida) em 2021	38
Quadro 23 População estrangeira mais representativa em 2022, por nacionalidade ..	38
Quadro 24 Número de empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica	42
Quadro 25 Número de empresas individuais não financeiras: total e por setor de atividade económica.....	42
Quadro 26 Número de pessoas ao serviço em empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica.....	43

Quadro 27 Número de empresas não financeiras: total e por escalão de pessoal ao serviço.....	44
Quadro 28 Empresas não financeiras por 100 habitantes, rácio	44
Quadro 29 Volume de negócios das empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica.....	45
Quadro 30 Alojamentos turísticos (número de estabelecimentos): total e por tipo de alojamento.....	46
Quadro 31 Capacidade nos alojamentos turísticos (número de camas): total e por tipo de alojamento.....	46
Quadro 32 Número de empregadores: total e por nível de escolaridade em 2011	47
Quadro 33 Número de empregadores: total e por nível de escolaridade em 2019	47
Quadro 34 Número de trabalhadores/as por conta de outrem: total e por nível de escolaridade, 2021.....	48
Quadro 35 Número de trabalhadores por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho	50
Quadro 36 Trabalhadoras do sexo feminino em % dos trabalhadores por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho	50
Quadro 37 Número de trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato	51
Quadro 38 Trabalhadoras do sexo feminino em % dos trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato.....	51
Quadro 39 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional	52
Quadro 40 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição	52
Quadro 41 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego	53
Quadro 42 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): total e por grandes setores de atividade económica, 2023.....	53
Quadro 43 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual: total e por grupo etário, 2011)	54

Quadro 44 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário, 2023	54
Quadro 45 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo, 2011	55
Quadro 46 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo, 2023	55
Quadro 47 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo.....	56
Quadro 48 Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo.....	56
Quadro 49 Remuneração base média mensal dos trabalhadores de sexo masculino por conta de outrem: total e por setor de atividade económica	57
Quadro 50 Remuneração base média mensal de trabalhadoras do sexo feminino por conta de outrem: total e por setor de atividade económica	57
Quadro 51 População residente com 15 e mais anos sem nível de escolaridade segundo os Censos (%).....	64
Quadro 52 População residente com 15 e mais anos com o ensino básico e secundário segundo os Censos (%)	65
Quadro 53 População residente com 15 e mais anos com ensino médio e superior segundo os Censos (%)	65
Quadro 54 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, 2011.....	66
Quadro 55 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, 2023.....	66
Quadro 56 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: total e por nível de ensino, 2011.....	67
Quadro 57 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: total e por nível de ensino, 2023.....	68
Quadro 58 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário em % da população residente: total e por nível de ensino, 2011 - 2023.....	69
Quadro 59 Número de alunos/as matriculados/as no ensino superior politécnico, total e por sexo	70

Quadro 60 Número de alunos/as matriculados/as no ensino superior: total e por nível de formação, 2023.....	70
Quadro 61 Número de diplomados/as no ensino superior: total e por sexo, 2023	71
Quadro 62 Resultados Escolares: taxas de retenção e desistência (%)	72
Quadro 63 Taxa Bruta de Escolarização por Nível de Ensino (%).....	72
Quadro 64 Recursos tecnológicos das escolas: número médio de alunos por computador	74
Quadro 65 Recursos tecnológicos das escolas: número médio de alunos/as por computador com internet	74
Quadro 66 Número de estabelecimentos escolares por nível de ensino	75
Quadro 67 Número de docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino	79
Quadro 68 Docentes do sexo feminino em % de docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, total e por nível de ensino	80
Quadro 69 Número de docentes do ensino superior: total e por sexo	81
Quadro 70 Número de docentes do ensino superior, total e por grupo etário.....	81
Quadro 71 Índice de envelhecimento dos docentes do ensino superior, rácio, 2022 ..	82
Quadro 72 Processos ativos na CPCJ, 2014 a 2023	88
Quadro 73 Proporção da população residente com 65 ou mais anos de idade (%) por Local de residência à data dos Censos, 2021	90
Quadro 74 Indicadores de desigualdade do rendimento declarado no IRS, por agregado fiscal, 2021	99
Quadro 75 Número de trabalhadores a contribuir para a Segurança Social	100
Quadro 76 Número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) a contribuir para a Segurança Social	100
Quadro 77 Entidades empregadoras com declaração de remuneração à Segurança Social	101
Quadro 78 Número de trabalhadores de serviço doméstico a contribuir para a Segurança Social.....	101
Quadro 79 Número de Pensões: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações	102

Quadro 80 Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)	102
Quadro 81 Número de Pensões da Segurança Social: total, de velhice, invalidez e sobrevivência, 2011	103
Quadro 82 Número de Pensões da Segurança Social: total, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, 2023	103
Quadro 83 Pensões da Segurança Social por beneficiário, rácio	104
Quadro 84 Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social: total e por sexo	105
Quadro 85 Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos, taxa (%)	105
Quadro 86 Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social no total de beneficiários ativos, proporção (%)	105
Quadro 87 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo	106
Quadro 88 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário, 2011	107
Quadro 89 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário, 2023	107
Quadro 90 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)	108
Quadro 91 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total de beneficiários ativos (%)	108
Quadro 92 Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados	109
Quadro 93 Subsídio de bonificação da Segurança Social a famílias com jovens portadores de deficiência, por titular	109
Quadro 94 Subsídio da Segurança Social por assistência à 3ª pessoa (crianças e adultos portadores de deficiência), por titular	110
Quadro 95 Número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão	110
Quadro 96 Apoio a E/Imigrante: N.º médio de atendimentos por ano	121

Quadro 97 Número de atendimentos do Gabinete de Apoio ao E/Imigrante em 2023	122
Quadro 98 Taxa bruta de mortalidade por 1000 residentes.....	127
Quadro 99 Taxa de mortalidade infantil (por 1000 crianças até 1 ano)	127
Quadro 100 Óbitos de residentes por algumas causas de morte em 2022.....	128
Quadro 101 Número de óbitos de residentes, total e por sexo em 2023	129
Quadro 102 Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social: total e por sexo	129
Quadro 103 Habitantes por médico e farmacêutico, rácio.....	130
Quadro 104 Número de médicos, enfermeiros e farmacêuticos	131
Quadro 105 Número de médicos não especialistas, especialistas (por especialidades existentes no concelho) e dentistas	131
Quadro 106 Número de médicos, total e por sexo	132
Quadro 107 Número de farmácias e postos farmacêuticos móveis	132
Quadro 108 Habitantes por farmácia e posto farmacêutico móvel, rácio	133
Quadro 109 Número de partos por município de residência da mãe, segundo o local do parto	133
Quadro 110 Alojamentos familiares clássicos.....	148
Quadro 111 Alojamentos familiares e coletivos, por freguesia	150
Quadro 112 Água distribuída e drenada, por habitante e por alojamento, em 2021 .	157
Quadro 113 Água segura para consumo humano.....	158
Quadro 114 Consumo de energia elétrica por habitante: total e por tipo de consumo - rácio kWh (quilowatt-hora) /habitante	159
Quadro 115 Indicadores de comunicações por município, 2023.....	160
Quadro 116 Estações e postos de correio por município, 2023	160
Quadro 117 Acessos ao serviço de internet em banda larga em local fixo por segmento de mercado e assinantes do serviço de televisão por município, 2023.....	160
Quadro 118 Resíduos urbanos recolhidos por habitante, rácio Kg/hab	161
Quadro 119 Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante, rácio Kg/hab	161
Quadro 120 Resíduos urbanos: total e por tipo de operação de destino, 2011.....	162
Quadro 121 Resíduos urbanos: total e por tipo de operação de destino, 2022.....	162

Quadro 122 Número de crimes registados pelas polícias: total	165
Quadro 123 Número de crimes registados pelas polícias: por algumas categorias de crime	165
Quadro 124 Número de crimes registados pelas polícias: por tipo de crime	166
Quadro 125 Número de Bens imóveis culturais, 2023.....	168
Quadro 126 Jornais e outras publicações periódicas: títulos publicados	168
Quadro 127 Número de museus	169
Quadro 128 Museus: número de visitantes escolares e estrangeiros em 2022	169
Quadro 129 Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária: número de espaços	169
Quadro 130 Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária: exposições e obras expostas em 2023.....	169
Quadro 131 Despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto em % do total de despesas	170
Quadro 132 Despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total, correntes e de capital	171
Quadro 133 Indicadores da cultura e desporto por município, 2022	172
Quadro 134 Número de Equipamentos desportivos e recreativos, por freguesia	173
Quadro 135 Associações recreativas, culturais, de desporto e lazer.....	173
Quadro 136 Número de Associações em Melgaço por área de atividade.....	175
Quadro 137 Eleitores nas eleições para as Autarquias Locais: total, votantes e abstenção, 2021	176
Quadro 138 Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais, 2021	177
Quadro 139 Eleitores nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção, 2024	177
Quadro 140 Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República, 2024 .	177
Quadro 141 Eleitores nas eleições para a Presidência da República: total, votantes e abstenção, 2021	177
Quadro 142 Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República, 2021 .	177
Quadro 143 Eleitores nas eleições para o Parlamento Europeu: total, votantes e abstenção, 2024	178
Quadro 144 Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu, 2024	178

Abreviaturas e Siglas

ADERE – Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês

ADRMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho

AEM – Agrupamento de Escolas de Melgaço

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Criança Deficiente Mental

CAT – Casa de Acolhimento Temporário

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CC – Centro de Convívio

CD – Centro de Dia

CEB – Ciclo de Ensino Básico

CET – Cursos de Especialização Tecnológica

CIM Alto-Minho – Comunidade Intermunicipal de Alto Minho

CLAS – Comissão Local de Ação Social

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

CMM – Câmara Municipal de Melgaço

CMPPIM – Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas de Melgaço

CN – Centro de Noite

CNE – Conselho Nacional da Educação

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSF – Comissões Sociais de Freguesia

CSI – Complemento Solidário para Idosos

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

ECCI – Equipa de Cuidados Continuados Integrados

EEPE – Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

EF – Educação e Formação

ELH – Estratégia Local de Habitação

ENCP – Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho

ERPI – Estrutura Residencial para Idosos

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IHRU – Instituto de Habitação e reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Instituto Público

IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

IRS – Imposto de Rendimento Singular

ISS – Instituto de Segurança Social

LRE – Lar Residencial

MDOC – Festival Internacional de Documentário de Melgaço

MTSSS – Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PDM – Plano Diretor Municipal

PDSS – Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

PIB – Produto Interno Bruto

PNAI – Plano Nacional da Ação para a Inclusão

PNI – Plano Nacional para a Igualdade

POAPMC – Programa Operacional de Apoio para os Mais Carenciados

PSI – Prestação Social para Inclusão

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SCMM – Santa Casa de Misericórdia de Melgaço

SIV – Suporte Imediato de Vida

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP – Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados

UE – União Europeia

UF – União de Freguesias

ULSAM – Unidade Local de Saúde do Alto Minho

USP – Unidade de Saúde Pública

INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, o Diagnóstico Social “*é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais*” (artigo 35.º).

O presente documento, apesar de ainda se encontrar em vigor, está a ser alvo de atualização devido à implementação do projeto Radar Social, uma vez que faz parte dos objetivos do projeto a atualização dos instrumentos da Rede Social.

Em correspondência ao que está legislado, a autarquia de Melgaço tem procedido à elaboração de Diagnósticos Sociais, num exercício da sua regular atualização. A presente atualização do Diagnóstico Social do concelho, inscrevendo-se nesse exercício, visa uma caracterização atualizada e diversificada da realidade social, bem como a reflexão sobre as principais dimensões sociais e as suas envolventes como: as dinâmicas demográfica e territorial, socioeconómica, educativa, de proteção social e de grupos de acrescida vulnerabilidade, de saúde, habitacionais, de infraestruturas, segurança, de cultura e desporto, e de associativismo e participação eleitoral.

Este instrumento, que permite uma informação atualizada relativamente ao concelho, constitui-se no alicerce de uma reflexão apropriadora das características da realidade socioeconómica local, e também da rede de equipamentos e serviços existentes. Esta caracterização, que tem uma feição diagnóstica, será uma base primordial de planeamento para identificar eixos prioritários, linhas e planos de ação que consubstanciem a concretização das prioridades previstas.

Nesse sentido, este instrumento deverá assumir essa característica operativa, ou seja, a de permitir a leitura de dinâmicas do território que possam alicerçar a intervenção sustentada e planeada do desenvolvimento local e, assim, necessariamente articulado com dois outros instrumentos: a Carta Social Municipal e o Plano de Desenvolvimento Social.

Do ponto de vista metodológico, a construção deste instrumento teve duas preocupações: por um lado, a recolha de dados estatísticos o mais atualizados possível; e por outro, a participação local a nível individual, coletivo, institucional e comunitário. Tal implicou a recolha e análise de fontes e informações estatísticas e documentais oficiais, nacionais e locais, assim como identificar e auscultar agentes locais intervenientes e contribuintes para o desenvolvimento local.

De modo sistematizado, apresenta-se o conjunto de dados e informações recolhidas e analisadas:

- **recolha e análise documental:** Diagnóstico Social (2022); Plano de Desenvolvimento Social (2022); 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal (2023); Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (2021 e 2022); 1.ª Revisão da Estratégia Local de Habitação (2023); Monitorização da Carta Educativa Municipal (2021).
- **recolha de informação estatística:** Dados dos Censos 2021 (INE); Bases de dados do INE; Anuário Estatístico da Região Norte, 2022 (INE); Bases de dados da PORTATA; Base de dados da GEE Papers; Região Norte em Números (Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência); Boletins Mensais (Centros de Emprego – IEFP); Bases de dados da Secretária-geral do Ministério da Administração Interna.
- **recolha de informação junto de atores locais:** Presidente da Assembleia Municipal; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas; Autoridade de Saúde Pública; Diretora do Agrupamento de Escolas de Melgaço; Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço; Diretora Técnica do Centro Interparoquial e Social do Alto Mouro; Diretora Técnica da Delegação de Melgaço da APPACDM; Diretora Técnica do Centro Social e Paroquial de Chaviães; membros do CLAS; departamentos municipais diversos: Divisão de Desenvolvimento Económico, Educação e Cultura, Unidade Orgânica de Educação e Ação Social; Gabinete de Apoio ao Investidor, Divisão de Urbanismo, Planeamento e Gestão do Património.

Deste trabalho de recolha e análise de dados há que salientar que, não obstante, a preocupação com a recolha e análise de dados o mais atualizados possível, muitas vezes

foi necessário recorrer a dados de 2019, 2020 e 2021 uma vez que não existem dados mais atualizados, sendo que os últimos censos foram realizados 2021 e considerando a dimensão participativa como fulcral, este trabalho procurou incorporar, em diferentes fases do seu desenvolvimento, os contributos de agentes da comunidade, o que permitiu uma maior proximidade e, portanto, conhecimento da realidade humana e física do concelho. Estes contributos e proximidade permitiram densificar e apreender melhor aquilo que era, e é, expresso pelos números e dados estatísticos, que iam sendo analisados.

A partir de todas estas informações foi possível estabelecer um retrato, mas também dar visibilidade às dinâmicas do território. A identificação da realidade atual neste Diagnóstico Social é, então, feita pelo reporte analítico dos défices e ausências locais, mas, em simultâneo, salientando as potencialidades existentes e emergentes, também a nível local e no seu contexto específico.

Por último, reforça-se uma ideia já referida neste enquadramento introdutório: este Diagnóstico Social não deve ser entendido como um documento, mas verdadeiramente como instrumento que permite, em articulação com a Carta Social Municipal e o Plano de Desenvolvimento Social, ler, conhecer e dinamizar o concelho, promovendo o bem-estar dos melgacenses.

1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA E TERRITORIAL

Contextualização Geográfica

O concelho de Melgaço localiza-se em Portugal Continental e está inserido na Região Norte (NUTS II), na sub-Região do Minho-Lima, unidade administrativa do Alto Minho (NUTS III). Ambas regiões se compõem de grande diversidade intrarregional designadamente entre o litoral e o interior.

A Região Norte é uma região transfronteiriça e está delimitada, a norte e a leste pelo território espanhol, a oeste pelo Oceano Atlântico e a sul pela Região Centro (NUTS II). É uma região de acentuadas assimetrias relativas devido: i) à desigual distribuição da população, maioritariamente concentrada nos territórios litorais; ii) à estrutura produtiva diferenciada, relevando a Área Metropolitana do Porto pela maior diversificação de bens e serviços e maiores níveis de especialização do que nos concelhos circundantes; iii) à presença de indústria de mão de obra intensiva e, nos concelhos interiores, à perda da atividade agrícola, que encontrou sucedâneo nos serviços pessoais e da administração.

A sub-Região do Minho-Lima localizada no extremo noroeste de Portugal faz desta uma região periférica com exigentes condições de acessibilidade.

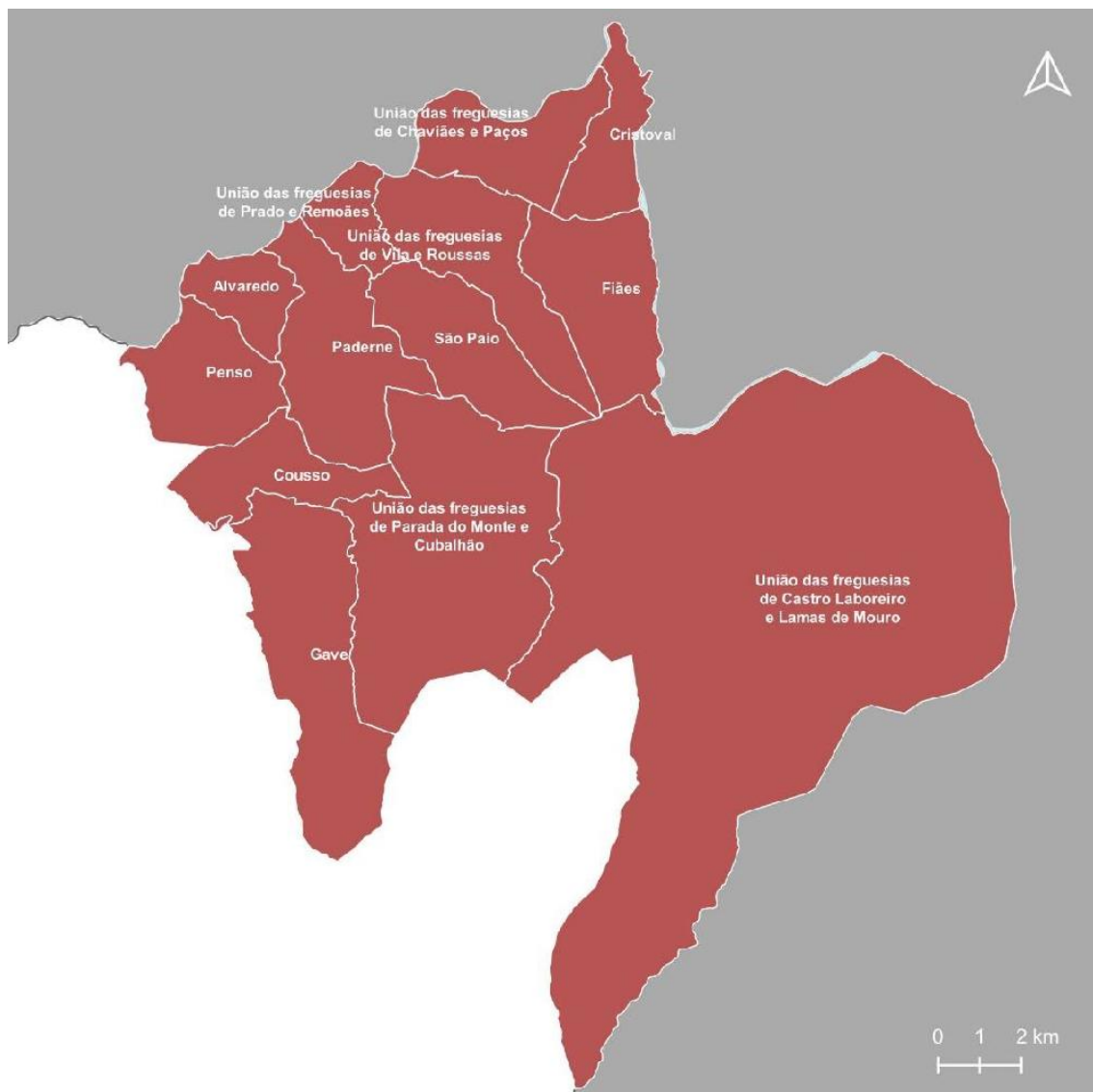
O concelho de Melgaço é o município mais setentrional de Portugal e pertence ao distrito de Viana do Castelo. Encontra-se delimitado a norte pelo rio Minho, a oeste por Monção, a sudoeste por Arcos de Valdevez, a norte e este pelos concelhos da comunidade autónoma galega de Espanha, Verea, Quintela de Leirado, Padrenda, Crescente e Arbo e a sudeste, igualmente da comunidade autónoma galega, por Entrimo.

O concelho está integrado numa importante região montanhosa, o Parque Nacional da Peneda Gerês e a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, cujos valores patrimoniais e ambientais são internacionalmente reconhecidos.

Melgaço também se encontra associado a várias entidades supramunicipais, nomeadamente: Comunidade Intermunicipal de Alto Minho (CIM – Alto-Minho); Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês (ADERE); Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho

(ADRMIMHO).

Figura 1 Mapa do Concelho de Melgaço por Freguesias e por Uniãos de Freguesias



Fonte: Estratégia Local de Habitação, 2021

Uma outra dimensão característica do município refere-se à ocupação territorial, dada pela densidade populacional, a qual no concelho de Melgaço registou um decréscimo global entre 2011 e 2021. Se em 2011 se registavam em média 37,9 indivíduos por km², no ano 2021 este valor apontava somente para 32,3 indivíduos por km² (projetam-se 31,9 indivíduos por km² em 2022). Por outro lado, e comparativamente, trata-se de uma densidade aproximadamente três vezes inferior à média registada para o Alto Minho, três vezes e meia menor que a de Portugal e cinco vezes inferior à da Região Norte (ver quadro 1). É, pois, um traço mais saliente no concelho de Melgaço, o que o torna

comprovadamente um território de muito baixa densidade média e sugere mesmo a quase desertificação de algumas zonas (a densidade populacional atinge em algumas zonas valor inferiores a dois dígitos). A maior concentração de população continua a verificar-se na União de Freguesias mais urbana (de Vila e Roussas). Vários fatores concorrerão para esta condição, designadamente a proximidade de serviços públicos (por exemplo a escola secundária, única em todos o concelho) bem como a atratividade resultante de uma maior oferta de emprego, designadamente nos serviços. Quando se analisa a evolução verificada na década, constata-se que se registou um abaixamento geral da densidade populacional com expressões muito diferenciadas. Assim, a redução de densidade populacional em Melgaço é equivalente ao ocorrido no Alto Minho (6,1 indivíduos por Km²), mas superior ao da Região Norte (4,8 indivíduos por Km²) e quase três vezes superior ao registado para o país (2,3 indivíduos por Km²).

A densidade populacional do país é de 113,5 habitantes por Km² distribuídos com grandes disparidades em termos territoriais. A litoralização do país e a concentração da população junto da capital, foi reforçado na última década. Cerca de 20% da população do país concentra-se nos 7 municípios mais populosos abrangendo uma área de somente 1,1% do território. Do lado oposto, contabilizando também cerca de 20% da população, encontram-se os 208 municípios menos povoados que ocupam 65,8% da área do país.

Esta rarefação da densidade populacional está em linha com a diminuição da população detalhada adiante, diminuição essa que se regista como um dos fatores importantes no planeamento de medidas de política, mas que, de imediato, sugere o seu potencial de precarização da vida coletiva.

Quadro 1 Densidade populacional segundo os Censos

Territórios	N.º médio de indivíduos por Km ²		
	2011	2021	2022 (Pro)
Portugal	114,5	113,0	113,5
Norte	173,1	169,6	170,6
Alto Minho	109,7	104,5	104,7
Melgaço	37,9	32,3	31,9

Fontes: INE: Última atualização: 2024-06-29. Nota: Pro – valor provisório.

Remarcando que os valores de 2022 correspondem a projeções realizadas através de previsões baseadas nos resultados definitivos dos Censos 2021, assinala-se a tendência da continuidade da desertificação do território.

É a seguinte a expressão da dinâmica demográfica na década 2011-2021, nas várias freguesias:

Quadro 2 População por freguesia e sexo na década 2011-2021

Sexo Freguesia	Homens			Mulheres			Total		
	2011	2021	Var %	2011	2021	Var %	2011	2021	Var %
Alvaredo	229	215	-6,1%	299	277	-7,4%	528	492	-6,8%
Cousso	122	95	-22,1%	172	144	-16,3%	294	239	-18,7%
Cristoval	231	185	-19,9%	297	237	-20,2%	528	422	-20,1%
Fiães	103	65	-36,9%	136	81	-40,4%	239	146	-38,9%
Gave	93	69	-25,8%	144	111	-22,9%	237	180	-24,1%
Pademe	511	456	-10,8%	649	574	-11,6%	1160	1030	-11,2%
Penso	248	207	-16,5%	275	238	-13,5%	523	445	-14,9%
São Paio	277	254	-8,3%	325	281	-13,5%	602	535	-11,1%
União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Moura	252	193	-23,4%	405	310	-23,5%	657	503	-23,4%
União das freguesias de Chaviães e Paços	317	252	-20,5%	385	307	-20,3%	702	559	-20,4%
União das freguesias de Parada do Monte e Cubalhão	219	200	-8,7%	307	277	-9,8%	526	477	-9,3%
União das freguesias de Prado e Remoães	267	216	-19,1%	283	229	-19,1%	550	445	-19,1%
União das freguesias de Vila e Roussas	1207	1045	-13,4%	1460	1255	-14,0%	2667	2300	-13,8%
Total	4076	3452	-15,3%	5137	4321	-15,9%	9213	7773	-15,6%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Última atualização: 2024-04-10.

Entre 2011 e 2021 o Concelho registou uma diminuição de população residente de 1.440 pessoas, uma redução média por freguesia na ordem dos 15,6%, pelo que se percebe pelo quadro 2.

Como podemos reparar, verificou-se uma variação negativa, superior à média em 7 freguesias, as cujas se apresentam destacadas a vermelho. As maiores reduções populacionais compreendem-se entre -18,7%, em Cousso, e -38,9%, em Fiães. Em contrapartida destaca-se Alvaredo como a menor variação registada entre as freguesias do município com uma redução de 6,8% da população residente.

É visível que as maiores reduções populacionais registaram-se predominantemente em freguesias afastadas do centro urbano, onde se localizam grande parte dos estabelecimentos comerciais e prestadoras de serviços, ou de acessos viários mais dificultados.

Residentes: Perfis e Dinâmica

Para análise do perfil e dinâmica demográfica do concelho de Melgaço, apresentam-se dados de caracterização da população residente, também por sexo, bem como da

estrutura etária segundo as informações mais atuais e recorrendo à comparação com momentos anteriores.

A evolução demográfica do concelho de Melgaço continua a sofrer a influência maior de dois fatores: i) a diminuição progressiva da sua população residente; ii) o envelhecimento dessa mesma população. Atendendo à alteração de residentes verificada entre 2011 e 2021. Esta evolução significa uma redução média na década (2011-2021) de 144 residentes por ano. Constata-se que o padrão demográfico do concelho de Melgaço acompanha algumas das tendências do padrão demográfico do país, apesar da expressão mais acentuada no concelho em análise, nomeadamente em algumas das dimensões e manifestando especificidades de que se dará conta.

O quadro seguinte apresenta a evolução da população residente entre 2011 e 2021, sendo que a característica mais saliente é a redução de residentes em ambos os sexos e em todas as dimensões territoriais consideradas (do nível nacional ao regional e concelhio).

Quadro 3 População residente segundo os Censos: total e por sexo (nº)

Territórios	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	10.562.178	10.343.066	5.046.600	4.920.220	5.515.578	5.422.846
Norte	3.689.682	3.586.586	1.766.260	1.707.820	1.923.422	1.878.766
Alto Minho	244.836	231.293	114.369	108.369	130.467	122.924
Melgaço	9.213	7.773	4.076	3.452	5.137	4.321

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Última atualização: 2024-04-10.

Projetando a análise do perfil demográfico para o espaço da UE27, é a seguinte a sua expressão e dinâmica:

Quadro 4 População residente na UE 27: total e por grandes grupos etários

Anos	Grandes grupos etários			
	Total	0 - 14	15 – 64	65 ou mais
2011	⊥ 440.247.483	67.909.578	263.866.762	78.765.216
2022	447.744.557	66.838.850	285.892.926	95.012.781

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA. Última atualização: 2024-04-01. Nota: ⊥ quebra de série

A nível da União Europeia (UE27) constata-se que, em 2022, mais de 21% da população tinha 65 ou mais anos de idade, enquanto em 2011, esta percentagem não alcançava os

18%. As mais recentes previsões apontam que, até 2100, a tendência de envelhecimento da população residente da União Europeia se irá manter, pelo que a idade mediana irá aumentar 5,8 anos até 2100. Estima-se que a percentagem de população que pode ser elegível como força laboral, com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, deverá contrair cerca de 10 pontos percentuais (pp), para cerca de 64% da população total. A percentagem de pessoas com 80 ou mais anos deverá mais que duplicar e atingir os 64 milhões no mesmo espaço temporal, mais de 15% em termos relativos.

Este significativo envelhecimento da população, traço que, em conjugação com outras dimensões como a baixa taxa de natalidade e o aumento da longevidade, prefigura para diante sociedades de perfil e dinâmicas muito diferentes. Assim se traduz um envelhecimento demográfico de dimensão europeia, o qual suscita uma renovada atenção das políticas públicas que permitam contrariar a tendência.

Grupos Etários

A estrutura etária, sua evolução e tendência, é um fator central no conhecimento demográfico, com esperadas consequências no planeamento e implementação de medidas adaptadas a cada realidade social. São os seguintes os traços fundamentais da estrutura etária do concelho em análise, antes de mais, conforme anteriormente referido, marcada pelo envelhecimento da sua estrutura etária.

Quadro 5 População residente por grandes grupos etários segundo os Censos (nº)

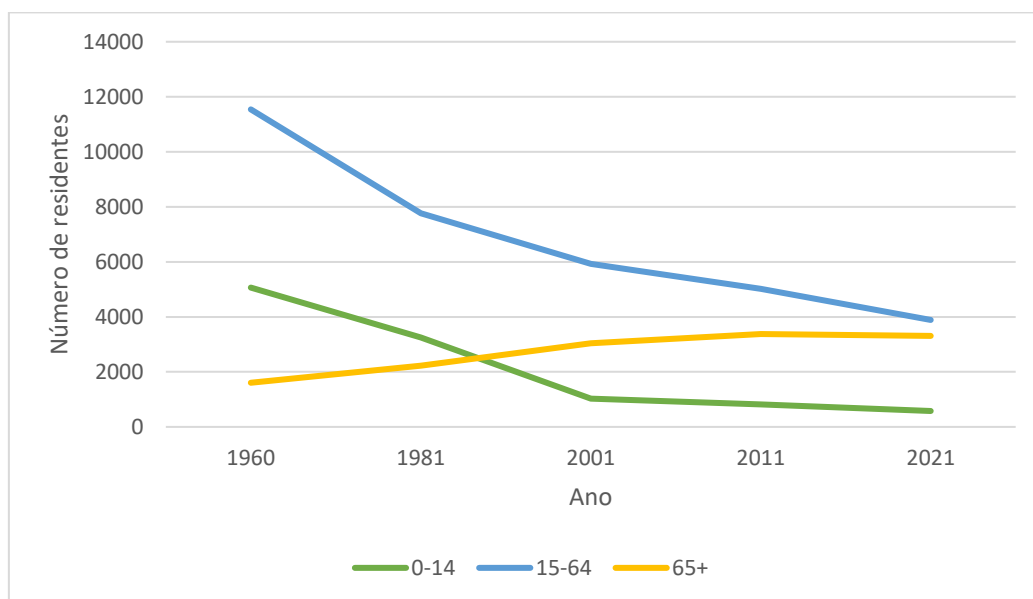
Territórios	Grandes grupos etários					
	0-14		15-64		65 ou mais	
Anos	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	1.572.329	1.331.396	6.979.785	6.589.284	2.010.064	2.424.122
Norte	557.233	440.223	2.501.010	2.336.465	631.439	810.256
Alto Minho	32.514	25.832	155.694	140.377	56.628	65.084
Melgaço	821	578	5.016	3.888	3.376	3.307

Fonte: INE – Recenseamento da população e habitação. Última atualização: 2024-04-10.

Conforme expressa o quadro anterior, há uma diminuição de residentes em todos os níveis territoriais nos dois primeiros grupos de idades (0-14 e 15-64 anos). A população de 65 e mais anos cresce em todos os territórios, exceção feita a Melgaço, onde nessa faixa etária mantém valor aproximado ao ano 2011 (registando mesmo um ligeiríssimo decréscimo). Os fatores explicativos deste desenvolvimento em contraciclo poderiam

relacionar-se com uma maior taxa de mortalidade (que se desconhece) ou uma saída do concelho, em coincidência aliás com o decréscimo populacional. Esta última explicação reforça a conceção de que o ambiente familiar continua a ser o suporte fundamental e maioritário da população idosa em zonas com as características do concelho de Melgaço.

Gráfico 1 População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários



Fonte: INE: X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População; Recenseamentos da população e habitação - Censos 2001; 2011; 2021

O gráfico acima exposto demonstra como a composição etária se tem transformado ao longo do tempo. Revela-se perceptível, desagregando por grandes grupos etários, que o envelhecimento é um fenómeno notável.

O primeiro ano em que há registo, 1960, verifica-se uma população residente jovem. O grupo etário das crianças, compreendido entre os 0 e os 14 anos, representava 27,81% da população total residente no município contrastando com o grupo etário compreendido pelas pessoas idosas, com 65 ou mais anos, que compreendia pouco menos de 9% da população residente total. Por isto, existiam mais de 3 crianças por idoso. Simultaneamente, cerca de dois terços da população compreendia a população em idade ativa, idades entre os 15 e os 64 anos.

A tendência tem vindo a sofrer drásticas alterações. Trespasados 40 anos, o grupo da população ativa continua a ser o grupo predominante dentro da estrutura etária ainda que tenha vindo a perder dimensão relativa. Em 2021, este grupo correspondia a pouco

mais de metade da população total residente no município e o número de pessoas do grupo terciário tem vindo a aproximar-se em número registando, em 2021, mais de 42% da população residente no município. O número de crianças reporta menos de 8% da população residente total pelo que há uma transformação da base da pirâmide etária para o topo, tornando-a uma pirâmide etária decrescente, reforçando-se assim o perfil de envelhecimento populacional.

O quadro 6 reforça a tendência das taxas de variação da população residente por faixa etária. É visível que todas as freguesias do município verificaram perdas populacionais

As variações negativas da população residente, de menor dimensão, encontram-se sombreadas a verde, e predominam junto dos extratos de maior idade, pelo que, em termos agregados demonstram uma redução de 2%.

Quadro 6 Taxa de variação da população residente entre 2011 e 2021 (%) por faixa etária

Local de residência [à data dos Censos (2021)]	Taxa de variação da população residente entre 2011 e 2021 por faixa etária (%)				
	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65+ anos
Melgaço	-15,6	-29,6	-32,3	-20,7	-2,0
Alvaredo	-6,8	0,0	-26,3	-18,2	12,8
Cousso	-18,7	-15,4	-45,5	-44,1	5,6
Cristoval	-20,1	-31,3	-48,8	-22,5	-11,4
Fiães	-38,9	-22,2	-40,0	-35,9	-41,6
Gave	-24,1	-29,4	-30,0	-42,5	-3,9
Paderne	-11,2	-24,5	-27,4	-16,8	2,0
Penso	-14,9	-31,9	-3,1	-23,1	-3,0
São Paio	-11,1	-23,5	-30,6	-6,6	-9,5
União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	-23,4	-33,3	-66,7	-36,0	-6,4
União das freguesias de Chaviães e Paços	-20,4	-7,1	-52,5	-26,4	-8,8
União das freguesias de Parada do Monte e Cubalhão	-9,3	-31,3	-30,6	-12,0	-1,2
União das freguesias de Prado e Remoães	-19,1	-35,3	-20,9	-28,6	0,0

Fonte: INE - INE, Recenseamento da população e habitação. Última atualização: 2024-03-19.

Os dados permitem reparar que o município verificou perdas populacionais médias em todas as freguesias e destacam-se Fiães, Gave, União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, União das freguesias de Chaviães e Paços e União das freguesias de Prado e Remoães como territórios cuja situação é mais gravosa.

O mesmo ocorreu em todas as faixas etárias apresentadas destacando-se o intervalo de idades 15- 24 como aquele que verificou maior variação da população residente na última década. Este é o intervalo de idades em que usualmente se dá a entrada no mercado de trabalho pelo que se pode especular a procura e a ambição de melhores

oportunidades laborais, mais e melhores oportunidades de ensino ou, genericamente, melhores condições de vida como principais motivações da redução da população residente.

Por outro lado, verifica-se uma baixa oscilação do número de pessoas com 65 ou mais anos, fruto do aumento da esperança média de vida.

Natalidade e fecundidade

Em associação com a composição etária e de sexo, as taxas de natalidade e de fecundidade são importantes instrumentos de análise já que transcrevem o potencial da renovação de gerações, e assim, gerações mais idosas possam ser substituídas por outras mais jovens.

Quadro 7 Taxa bruta de natalidade, por 1000 residentes

Territórios	Taxa bruta de natalidade	
	2011	2021
Anos		
Portugal	9,2	7,8
Norte	8,5	6,9
Alto Minho	7,1	6,0
Melgaço	4,5	3,6

Fonte: INE – Indicadores demográficos. Última atualização: 2024-06-18.

A Taxa Bruta de Natalidade registava em Melgaço, em 2011, valores de cerca de metade dos valores verificados a nível nacional e registava à data, valores significativamente inferiores às circunscrições do Norte e Alto Minho.

Já no que respeita a 2021, verifica-se uma redução do número de nascimentos em todos os domínios geográficos. As reduções foram similares e Melgaço continua a registar a taxa bruta de natalidade mais baixa, pouco mais de metade do valor nacional.

Quadro 8 Taxa de fecundidade, por 1000 mulheres em idade fértil

Territórios	Taxa de fecundidade geral	
	2011	2022
Anos		
Portugal	38,6	35,8
Norte	34,6	31,9
Alto Minho	31,2	30,7
Melgaço	24,9	26,1

Fonte: INE – Indicadores demográficos. Última atualização: 2024-06-18.

A taxa de fecundidade, número de nados vivos ponderado pelo número de mulheres em idade fértil, acompanha a tendência decrescente da taxa de natalidade acima verificada. Este perfil etário da fecundidade desafia a adoção de possíveis estratégias que potenciem o crescimento populacional, as quais não poderão descorar os meios necessários e adequados que potenciem o número e a qualidade de vida de novos residentes e suas famílias.

Quadro 9 Taxa de fecundidade por grupo etário, por 1000 mulheres em idade fértil

Territórios	Grupos etários													
	15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49	
Anos	2011	2022	2011	2022	2011	2022	2011	2022	2011	2022	2011	2022	2011	2022
Portugal	13,3	6,2	40,6	29,8	75,2	69,1	86,3	97,4	45,4	65,4	9,3	16,7	0,4	1,3
Norte	10,3	3,8	35,7	21,9	72,2	59,7	81,8	93,9	39,9	61,4	7,8	15,2	0,3	1,0
Alto Minho	7,0	4,2	32,3	22,7	65,9	63,3	75,3	100,6	35,3	58,9	6,5	16,8	0,1	0,9
Melgaço	11,1	0,0	35,3	13,7	67,4	43,9	56,1	70,8	15,5	20,5	10,2	10,4	0,0	0,0

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE - Estatísticas de Nados-Vivos- Última atualização: 2024-02-29.

A análise da taxa de fecundidade por grupos etários (quadro 9) evidencia alterações nas idades de maior e menor incidência, bem como a evolução registada entre os anos 2011 e 2022.

Desde logo, regista-se que a idade dos 15 aos 19 anos deixou de constar com situações de fecundidade, por comparação com 2011, ano em que são reportados 11,1 casos por mil mulheres em idade fértil. Para além do efeito de adiamento da fecundidade convém notar que é neste grupo etário que se registam as gravidezes na adolescência, daí que a anulação de casos corresponda a dinâmicas socialmente desejadas e sanitariamente bem acolhidas. Já a faixa etária que compreende o intervalo 30-34 anos é aquela em que se regista a maior proporção de fecundidade, em todos os âmbitos geográficos.

Neste mesmo ano, é sobretudo no grupo dos 20-24 onde se verifica a maior redução de fecundidade, em termos relativos, transitando de 35,3 casos para 13,7 casos por mil mulheres.

Os grupos de maior crescimento de fecundidade situam-se entre 30-34 anos e os 35-39 anos, evidenciando uma deslocação da fecundidade para grupos de maior idade. Trata-se de uma tendência conhecida associados a períodos de escolaridade mais dilatados e

maiores exigências da consolidação de trajetórias profissionais. Este novo perfil merece ser articulado com as estruturas de apoio familiar ou outro que melhor se lhe adequem.

Já no escalão etário 45-49 anos, Melgaço mantém a inexistência de nascimentos, por contraposição dos âmbitos territoriais nacional, regional e sub-regional onde se registaram aumentos.

Famílias: Tipo e Evolução

Concomitantemente às características demográficas anteriormente analisadas, importa também atender à natureza das estruturas familiares. Desde o primeiro recenseamento levado a cabo para o efeito, em 1960, é de notar que, a nível nacional, o número de indivíduos que compõem as famílias clássicas tem vindo a reduzir-se.

Quadro 10 Dimensão média das famílias clássicas segundo os Censos

Anos	Dimensão média das famílias
2011	2,4
2021	2,2

Fonte: INE – Recenseamento da população e habitação. Última atualização: 2024-03-19

O caso a nível municipal segue uma tendência idêntica como se pode constatar no quadro acima (quadro 10) onde se reportam os dados dos dois últimos Censos.

A composição das famílias clássicas tem vindo a alterar-se pelo que se pode constatar pela evolução da dimensão média das famílias clássicas (quadro 11) que têm vindo a perder dimensão desde o primeiro momento em que dispomos dados, recenseamento datado em 1960, evidenciando o perfil e sua composição no ano de 2021 segundo o último Censos, em 2021.

A salientar, o número de famílias clássicas corresponde ao conjunto de pessoas que reside no mesmo alojamento e têm relações de parentesco entre si podendo ocupar a totalidade ou parte de um mesmo alojamento. Similarmente considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Quadro 11 Famílias clássicas, total e número de indivíduos segundo os Censos, em 2021

Territórios	Famílias clássicas por número de indivíduos					
	Total	1	2	3	4	5+
Portugal	4.043.726	1.027.871	1.382.996	894.451	611.861	231.917
Norte	1.330.892	290.181	450.114	328.279	226.902	85.220
Alto Minho	89.590	21.050	30.514	19.517	13.857	5.907
Melgaço	3.839	1.020	1.377	559	306	170

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População. Última atualização: 2024-02-09.

Assim, em 2021, mais de 60% das famílias melgacenses eram compostas somente por 1 ou 2 pessoas, acima do verificado em território nacional.

Quadro 12 Famílias clássicas unipessoais, com duas pessoas e com três ou mais pessoas, segundo os Censos (%)

Territórios	Famílias clássicas unipessoais (%)		Famílias clássicas com duas pessoas (%)		Famílias clássicas com três ou mais pessoas (%)	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	21,4	24,8	31,6	33,3	47,0	41,9
Norte	17,2	21,0	29,3	32,6	53,4	46,4
Minho-Lima	19,2	23,1	31,0	33,6	49,8	43,2
Melgaço	26,2	29,7	37,5	40,1	36,3	30,2

Fonte: INE – Famílias clássicas, segundo a sua dimensão e pessoas nas famílias, por tipo de família. Última atualização: 2024-03-19.

Atendendo à série temporal, verifica-se que as várias dimensões geográficas assumem tendências idênticas no que respeita à composição numérica do número de indivíduos. Em termos gerais, verifica-se que os agregados familiares têm vindo a perder dimensão. Se por um lado, as famílias clássicas unipessoais ou constituídas por duas pessoas têm ganho dimensão relativa, em sentido contrário, as famílias clássicas constituídas por três ou mais pessoas têm vindo a reduzir a sua incidência, salientando a tendência de isolamento.

Relativamente à situação civil, o concelho reporta uma baixa taxa de nupcialidade em comparação com as demais geografias em análise. A taxa de nupcialidade observada durante o último ano civil de 2021, ponderado à população média do período é relativamente baixo, 1,8, e deste dado podemos apontar como principais fatores o envelhecimento populacional do município, a baixa densidade do território e as tendências sociais. A nível nacional, a taxa bruta de nupcialidade tem vindo a manter-se estável ao longo desta última década, apesar da redução significativa em 2020 e 2021, provavelmente derivada das restrições impostas pela crise pandémica vivida. (INE,

Casamentos e Indicadores Demográficos; Estimativas de população residente em Portugal, 2020 e 2021).

Adicionalmente, cabe salientar que em ambas composições familiares o número de famílias constituídas por idosos/as (informação dos serviços locais) é significativo, circunstância potenciadora de situações de maior vulnerabilidade social. Neste domínio, a tendência de aumento registada no concelho de Melgaço acompanha a tendência nacional e regional de maior número de ambas as tipologias de famílias.

Quadro 13 Variação do número de agregados por tipo de agregado, 2011-2021

Territórios	Agregado doméstico privado		Agregado institucional		Total		
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	Variação (%)
Portugal	4 043 726	4 149 096	5 468	5 476	4 049 194	4 154 572	2,60
Melgaço	3 839	3 432	5	9	3 844	3 441	-10,48

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

Convém salientar que agregado doméstico privado trata um conjunto de pessoas com residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar. Já no que respeita a agregado institucional, tratamos um conjunto de pessoas residentes que coabita num alojamento coletivo comum e que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.

Averiguados os dados, verifica-se que em termos absolutos, as variações são significativamente superiores no que respeita a Melgaço dado que trata uma superfície territorial de baixa densidade pelo que a menor variação ganhará destaque no que respeita à variação relativa.

População em idade ativa

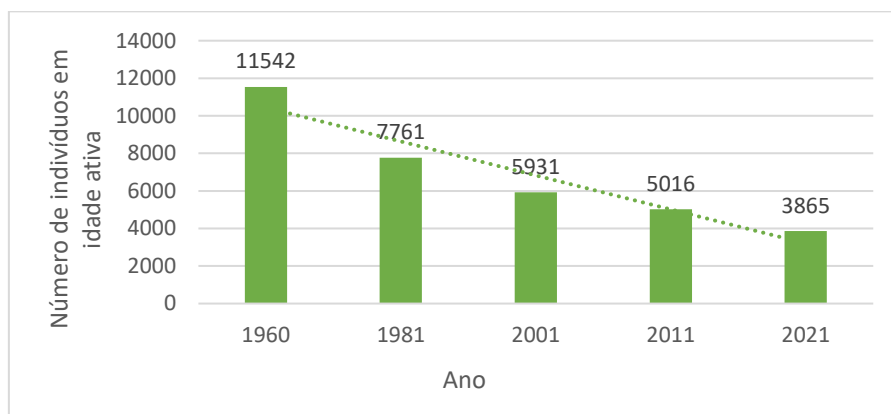
Quadro 14 População residente em idade ativa, segundo os Censos

Territórios	População em idade ativa				
	15-64				
Anos	1960	1981	2001	2011	2021
Portugal	5.588.868	6.198.883	7.006.022	6.979.785	6 577 416
Norte	1.787.631	2.090.445	2.527.587	2.501.010	2 328 345
Alto Minho	162.053	151.508	162.568	155.694	139 787
Melgaço	11.542	7.761	5.931	5.016	3.865

Fonte: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População; População média residente por grupos etários quinquenais, Portugal, NUTS I, II e III (NUTS 2013) e Municípios – 2021. Última atualização: 2021-12-16; 2022-06-15.

Conforme se deixou evidenciado no quadro 14, relativo à composição da população residente por grandes grupos etários, a população em idade ativa (15 – 64 anos) sofreu, em Melgaço, uma redução de quase 23% entre 2011 e 2021. Esta redução é indicativa do decréscimo global da população residente e também está associada à deslocação de residentes para países estrangeiros em busca de oportunidades laborais, de ensino ou melhores condições de vida.

Gráfico 2 Evolução temporal da população em idade ativa em Melgaço



Fonte: INE - População média residente, por sexo e grupos etários quinquenais, Portugal, NUTS I, II e III (NUTS 2013) e Municípios – 2021. Última atualização: 2021-12-6

De acordo com esta informação sobre a população em idade ativa, constata-se o número de residentes tem vindo a reduzir significativamente entre 1960 e 2021, com uma contração total de 198,63% refletindo uma perda anual média de 5% dos habitantes residentes por ano, ao longo dos 41 anos em evidência.

O intervalo temporal entre 1960 e 1981 corresponde à maior fatia de redução de população. A população contraiu cerca de 33%, correspondendo com o pico do fluxo emigratório, em contraste com a década de 2001 a 2011 que corresponde à menor redução populacional, um saldo negativo de 915 residentes, -15,43% habitantes residentes. A tendência voltou a avolumar-se esta última década, 2011 a 2021, tendo-se registado um ligeiro acréscimo do êxodo populacional e verificou-se a diminuição de 1.151 habitantes residentes.

Envelhecimento, longevidade e dependência

O envelhecimento é, na atualidade, um traço demográfico comum a toda a União Europeia. Com base em projeções do INE de 2020, a população portuguesa irá contrair para os 8,3 até 2080. O número de jovens diminuirá para 1 milhão, reflexo de baixos níveis de fecundidade registados, a população em idade ativa, dos 15 aos 64 anos, diminuirá de 6,6 para 4,2 milhões de pessoas, reduzindo drasticamente o índice de sustentabilidade potencial (relação entre população jovem e população idosa) passando de 259 pessoas em idade ativa por 100 idosos, para 138, até 2080. O número de idosos aumentará para 3 milhões, pelo que o índice de envelhecimento em Portugal que aumentará de 159 idosos por cada 100 jovens para 300 idosos por cada 100 jovens, até 2080, tendência que só irá estabilizar em torno de 2050, momento em que gerações nascidas em contexto de fecundidade abaixo do limiar de substituição das gerações se encontrem com 65 ou mais anos.

Desta forma, a pirâmide etária da população portuguesa regista uma redução na sua base, devido à diminuição da população jovem, e aumento do número de pessoas peso dos grupos mais velhos, no topo da pirâmide, circunstância que configura o designado “duplo envelhecimento”. Similarmente ao que acontece no país, também Melgaço tem vindo a revelar uma tendência de envelhecimento intenso no que se tem considerado uma situação aguda de envelhecimento demográfico.

Quadro 15 Índice de envelhecimento segundo os Censos (%)

Territórios	Índice de envelhecimento				
Anos	1960	1981	2001	2011	2021
Portugal	27,3	44,9	102,2	127,8	188,1
Norte	20,2	33,9	79,8	113,3	197,4
Alto Minho	29,8	51,7	132,4	174,2	263,0
Melgaço	31,7	68,5	295,4	411,2	582,7

Fonte: INE - Indicadores resumo sobre População - (NUTS 2024); Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024). Última atualização: 2024-06-18

O índice de envelhecimento é dado pelo número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens, com menos de 15 anos. Um valor inferior a 100 implica que existem mais jovens do que idosos no território o que não se verifica como evidenciado no quadro anterior.

A demografia tem vindo a transformar-se com o número de idosos a aumentar em maior proporção que o número de jovens. O índice de envelhecimento do concelho tem vindo a aumentar desde 1960, situando-se nos 582,7 em 2023, o que significa uma relação de cerca de 583 pessoas idosas por cada 100 pessoas com menos de 15 anos. A tendência do incremento do envelhecimento segue a mesma tendência no universo das geografias em análise.

Comparando o concelho com o contexto territorial em que se inscreve, constata-se que Melgaço apresenta um índice de envelhecimento que triplica o valor do índice verificado a nível nacional e mais que duplica o registo do Alto Minho. Trata-se de um concelho onde se combina um menor peso da população ativa com um maior envelhecimento no topo. Várias razões que podem ser convocadas para explicar este perfil demográfico, designadamente a diminuição das taxas de fecundidade e de natalidade, emigração (da população ativa), aumento da longevidade e redução das taxas de mortalidade. A coexistência destes fatores e a sua maior ou menor intensidade influenciam o perfil de envelhecimento (e do índice que lhe está associado).

A esperança de vida à nascença bem como a esperança de vida aos 65 anos são indicadores importantes para a compreensão da longevidade média da população, dando nota dos progressos que nesta matéria têm sido alcançados em décadas recentes. O quadro abaixo (quadro 16) revela a relativa estabilidade territorial de uma média alta da esperança média de vida à nascença, bem como da esperança de vida aos

65 anos. De registar, todavia, que a região do Alto Minho tem a mais alta esperança de vida aos 65 anos (20,00 anos).

Quadro 16 Esperança de vida à nascença e esperança de vida aos 65 anos

Territórios	Esperança de vida à nascença	Esperança de vida aos 65 anos
	2020-2022	
	Idade	Número de anos
Portugal	80,96	19,61
Norte	81,53	19,88
Alto Minho	81,14	20,00

Fonte: INE - Tábuas de mortalidade.

Duas outras dimensões que suportam a análise da transformação demográfica relacionam-se com a esperança média de vida à nascença. A notar, para o caso não existem dados estatísticos para o estrato demográfico que compreende o concelho.

Desde o triénio 2010-2012 até 2020-2022 que a esperança média de vida à nascença e a esperança de vida aos 65 anos tem vindo a aumentar, em todas as regiões (NUTS II). Salienta-se a região NUTS III do Alto Minho registou valores acima da média nacional.

Quadro 17 Índice de dependência de idosos segundo os Censos (%)

Territórios	Índice de dependência de idosos				
Anos	1960	1981	2001	2011	2021
Portugal	12,7	18,2	24,2	29,1	36,8
Norte	11,8	16,0	20,4	25,3	34,7
Alto Minho	16,4	23,7	30,7	35,6	46,4
Melgaço	13,9	28,7	51,2	64,0	85,1

Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente. Última atualização: 2024-06-18.

Este designado índice de dependência de idosos cresceu em Melgaço na última década de 64,0 em 2011 para 85,1 em 2021, sendo que as projeções para 2023 correspondem a 88,3%. A Região Norte e a sub-Região do Alto Minho sofreram acréscimos aproximados, maiores do que o nível nacional, aproximadamente de 9,4 e 10,8 pp respetivamente. Todavia o aumento verificado a nível do concelho é da ordem dos 21,1 pp, valor que expressa o desequilíbrio na composição demográfica, salientando a maior presença de idosos e o défice de população em idade ativa.

Quadro 18 Número de indivíduos em idade ativa por idoso: índice de sustentabilidade potencial segundo os Censos

Territórios	Índice de Sustentabilidade Potencial				
Anos	1960	1981	2001	2011	2021
Portugal	7,9	5,5	4,1	3,5	2,7
Norte	8,5	6,3	4,9	4,0	2,9
Alto Minho	6,1	4,2	3,3	2,7	2,2
Melgaço	7,2	3,5	2,0	1,5	1,2

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População; Fonte: Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024). Última atualização: 2021-12-16; 2024-03-19.

Os valores do índice de sustentabilidade potencial demonstram a relação entre população em idade ativa, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, e população com 65 ou mais anos.

No caso registam para todas as dimensões territoriais consideradas no quadro 18, uma redução ao longo das últimas seis décadas, tendência acompanhada também no contexto pelos índices do concelho de Melgaço, onde atualmente (2021) são os mais baixos desde que há registo.

A redução relativa da sustentabilidade potencial nos vários territórios assume expressões semelhantes, explicável pelo aumento da esperança de vida e pelo rejuvenescimento geracional, baixas natalidade e fecundidade.

Quadro 19 Índice de dependência de jovens segundo os Censos (%)

Territórios	Índice de dependência de jovens				
Anos	1960	1981	2001	2011	2021
Portugal	46,4	40,5	23,6	22,8	20,2
Norte	58,3	47,2	25,5	22,6	18,8
Alto Minho	55,0	45,8	23,2	20,6	18,4
Melgaço	43,9	41,9	17,3	16,8	14,9

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População; INE - Estimativas anuais da população residente Última atualização: 2021-12-16.

O índice de dependência de jovens afere a relação entre a população jovem, menos de 15 anos, e a população em idade ativa, entre 15 e 64 anos. Estes valores têm vindo a diminuir ao longo dos anos e em todos os territórios. As previsões para o ano de 2023, em Melgaço, revelam um ligeiro aumento passando assim de 14,9 para 15,2.

Quadro 20 Índice de renovação da população em idade ativa (n.º)

Territórios	2011	2023 (Pro)
Portugal	92,7	76,5
Norte	96,2	73,9
Alto Minho	88,7	68,3
Melgaço	63,4	48,9

Fonte: INE - Indicadores demográficos. Nota: Pro – valor provisório.

Procurando apreender a tendência de renovação da população em idade ativa, designadamente da população cuja fixação pode considerar-se mais complexa pela sua relação com meios e oportunidades laborais, verifica-se no quadro acima exposto a renovação verificada da população em idade ativa. Melgaço regista o índice mais baixo (48,9) quando comparado com o nível nacional, Regional e sub-Regional, tendência esta que deverá ser interpretada para além da oferta laboral, mas dependente também de fatores como a habitação e serviços básicos, tais como transportes e equipamentos que desincentivam a população em idade ativa a fixar-se no território.

Imigração

Melgaço sempre foi um município que se destacou pelos movimentos migratórios. Os primeiros registos apontam a partida dos habitantes melgacenses para o Brasil e mais tarde, na década de 60, predominantemente para a França.

Quadro 21 Saldo migratório

Territórios	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	-25 178	-37 290	-36 029	-26 495	-3 528	-629	14 896	23 757	67 163	57 768	72 040	136 144	155 701
Norte	-15 058	-16 578	-15 772	-15 711	-6 720	-3 231	2 562	6 940	16 100	14 548	20 834	42 808	44 600
Alto Minho	-737	-905	-826	-891	-164	-40	291	637	1 543	2 284	1 235	2 520	3 042
Melgaço	-9	-6	-14	-21	4	8	15	18	55	1	25	89	134

Fonte: Indicadores Regionais. Fonte de dados: INE – Indicadores demográficos. Última atualização: 2024-07.

Entre 2011 e 2014 verifica-se um saldo migratório médio negativo, contabilizando a partida de 50 pessoas a mais que o número de pessoas chegadas ao território. Já desde 2015 que se verifica um saldo migratório no sentido inverso, positivo cuja grandeza permite cobrir o saldo negativo previamente verificado destacando-se o último ano em registo com a maior grandeza migratória absoluta. As dinâmicas migratórias

experimentadas encontram-se alinhadas com as demais dimensões territoriais, supramunicipais, em que se insere, como se verifica no quadro 21.

Resultado destes movimentos, cabe aqui salientar a chegada de diversas pessoas oriundas de diversas partes do mundo. Segundo o último recenseamento levado a cabo no território nacional, dos 7773 habitantes residentes no município dava-se conta que 2% de população residente tinha nacionalidade estrangeira, em 182 pessoas e nenhuma em condição apátrida.

Quadro 22 População residente por nacionalidade (portuguesa, estrangeira ou apátrida) em 2021

Territórios	População residente por nacionalidade			
	Total	Nacionalidade portuguesa	Nacionalidade estrangeira	Apátrida
Portugal	10 343 066	9 800 752	542 165	149
Norte	3 586 586	3 493 780	92 771	35
Alto Minho	231 266	224 311	6 952	3
Melgaço	7 773	7 591	182	0

Fonte: INE – Recenseamento da população e habitação – Censos 2021. Última atualização: 2024-04-10.

No ano de 2011 residiam 159 pessoas no município de Melgaço dentro dos quais com origem em países como Roménia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe que hoje registam uma expressão profundamente menor ainda que, as demais nacionalidades tenham ganho expressão.

Assim, em 2022, registavam-se mais 14% de residentes estrangeiros, o total de 182 pessoas originárias de diversos países, como se observa no quadro 23, entre os quis se destacam a proveniência do Brasil, Espanha e demais países americanos (não disseminados), o total de cerca de 80% da população estrangeira com estatuto legal de residência a habitar em Melgaço.

Quadro 23 População estrangeira mais representativa em 2022, por nacionalidade

Território	População estrangeira com maior representatividade, em 2022							
	Total	Espanha	França	Itália	Ucrânia	Brasil	Outros países latino-americanos	China
Melgaço	182	27	18	6	3	92	23	5

Fonte: PORDATA Fontes de Dados: INE | AIMA/MP Última atualização: 2024-09-20

De acordo com dados mais recentes, de 2023, verifica-se que a população estrangeira com estatuto legal de residente totalizava já as 219 pessoas além das mais de 60 terem

já requerido o estatuto legal de residência, maioritariamente provenientes de fora do território europeu, ainda que impossível disseminar por nacionalidade.

Esta mobilidade poderá ser explicada, em parte, pela natureza dos contratos e vínculos laborais, pela facilidade no acesso a bens e serviços essenciais e pela reconhecida qualidade ambiental e custo de vida atrativo para indivíduos de outros países europeus, maioritariamente de países vizinhos, Espanha, de onde tem chegado vários residentes ao longo dos anos representando 27 residentes em 2022.

Em suma

A dinâmica demográfica do concelho de Melgaço foi caracterizada com base na informação disponível mais recente e procurando dar expressão a diversas dimensões de maior relevância.

De forma sumária deixam-se apontados os traços mais significativos:

- Diminuição de população residente de 1440 pessoas, uma redução relativa na ordem dos 15,6%;
- Percentagem baixa de homens por 100 mulheres (79,3%);
- Diminuição de residentes nos dois primeiros grupos de idades (0-14 e 15-64);
- População de 65 e mais anos mantém valor aproximado ao de 2011;
- Taxa bruta de natalidade com redução inferior à do nível nacional, Região e sub-Região;
- Redução da dinâmica de natalidade alinhada com a tendência nacional e regional;
- Acentuada redução de fecundidade no grupo dos 25-29 em 2022;
- Crescimento de fecundidade nos grupos entre 30-34 anos e 35-39 anos;
- Famílias clássicas unipessoais ou constituídas por duas pessoas têm ganho dimensão relativa;
- Diminuição de 10,6 pontos percentuais nos agregados domésticos privados e aumento de 80 pontos percentuais nos agregados institucionais, no espaço da última década;

- Redução de população em idade ativa sofreu de quase 23% entre 2011 e 2021;
- Aumento (desde 1960) do índice de envelhecimento, situando-se nos 582,7 em 2023;
- Incremento da dependência de idosos em Melgaço para 88,3 em 2023;
- Decréscimo global da densidade populacional em 17,6%, menos 6,8 pontos percentuais;
- Território de muito baixa densidade média, sugerindo mesmo a quase desertificação de algumas zonas;
- Assimetrias territoriais: maior concentração da população na União de Freguesias mais urbana (Vila e Roussas);
- Imigração com potencialidade de suprir saldo natural negativo.

Este retrato rápido sinaliza campos e problemas que exigem que se faça uso pleno das medidas e programas nacionais em curso, mas também através de várias modalidades de apoios compensatórios de iniciativa municipal. A título de exemplo registe-se que, a par da diminuição de residentes verificada na década considerada, verifica-se também uma reconfiguração das estruturas familiares (com o aumento das famílias de menor dimensão). De entre os efeitos conhecidos destas alterações, é de salientar o enfraquecimento das solidariedades familiares designadamente por esvaimento de meios (habitação, de pessoas, financeiros) para sustentar as redes de cooperação intrafamiliar. Com isto, se acentua a exigência de renovadas respostas que poderão não ter respaldo nas modalidades de resposta existentes e suscitam iniciativas que inovem adequadamente por relação às necessidades detetadas (e que se reconfiguram).

2. DIMENSÃO SOCIOECONÓMICA

O setor económico constitui-se como um pilar primordial na compreensão dos níveis de bem-estar e da garantia de oportunidades básicas nas nossas sociedades. À semelhança de outros dispositivos de bem-estar, também o setor económico está desigualmente distribuído, o que tem efeitos na saúde social das comunidades humanas e na segurança de meios básicos de vida.

Com vista a apreender a situação atual da dinâmica económica, serão consideradas, entre outras, vertentes diferenciadas, como: principais setores de atividade, número e tipo de empresas existentes, caracterização dos empregadores, tipo de mão de obra e emprego/desemprego, salários e rendimentos salariais por setor de atividade.

Setores de atividade, estrutura e empresas

Através da informação vertida nos quadros seguintes acede-se a duas dimensões: os setores de atividade do concelho e o número de empresas (não financeiras).

De registar um aumento do número de empresas entre os anos 2011 e 2022, passando de 682 para 1.253 empresas existentes no concelho, contudo, este aumento não é transversal a todos os setores de atividade económica. De entre os setores que mais aumentaram, salienta-se os setores de *“agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”*, com um aumento de 480 empresas, *“atividades administrativas e dos serviços de apoio”* com mais 38, *“atividades de saúde humana e apoio social”* com um aumento de 28 empresas e *“alojamento, restauração e similares”* com mais 23 empresas. Assim, o aumento de 83,7 pontos percentuais registado no número de empresas é, sobretudo, devido ao aumento de empresas na área de *“agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”*.

Constata-se também que, de entre os setores de atividade em que há diminuição do número de empresas, o setor da *“educação”* diminui em 11 unidades, o que provavelmente estará relacionado com a diminuição da população residente, nomeadamente, a diminuição no grupo etário dos 0 aos 14 anos, (como se pode ver no quadro 5 no capítulo sobre dinâmica demográfica e territorial).

Quadro 24 Número de empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica

Melgaço		
Anos	2011	2022
Total	682	1.253
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	24	504
Indústrias extrativas	0	0
Indústrias transformadoras	53	58
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio	0	1
Captação, tratamento e distribuição de água	0	0
Construção	125	110
Comércio por grosso e a retalho	151	138
Transporte e armazenagem	29	28
Alojamento, restauração e similares	76	99
Atividade de informação e comunicação	3	6
Atividades imobiliárias	8	13
Atividades de consultoria científicas, técnicas e similares	46	57
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	61	99
Educação	33	22
Atividades de saúde humana e apoio social	23	51
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	12	19
Outras atividades de serviços	38	48

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas. Última atualização: 2023-12-15.

Pode ainda verificar-se no quadro 25, que a dinâmica empresarial de Melgaço assenta, essencialmente, em empresas individuais: em 2011, 79,6% das empresas do concelho eram empresas individuais, número este que sobe para 85,2%, em 2022.

A preponderância das empresas individuais acima assinalada, também se verifica no setor mais dinâmico do concelho, ou seja, o setor ligado à “*agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*”, como se pode verificar no quadro 25.

Quadro 25 Número de empresas individuais não financeiras: total e por setor de atividade económica

Concelho de Melgaço		
Anos	2011	2022
Total	543	1.067
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	18	494
Indústrias extrativas	0	0
Indústrias transformadoras	25	26
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água	0	0
Construção	102	85
Comércio por grosso e a retalho	120	102
Transporte e armazenagem	16	19
Alojamento, restauração e similares	65	75
Atividade de informação e comunicação	2	4
Atividades imobiliárias	1	2
Atividades de consultoria científicas, técnicas e similares	40	47
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	60	96
Educação	32	21
Atividades de saúde humana e apoio social	19	39

Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	7	14
Outras atividades de serviços	36	43

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas. Última atualização: 2023-12-15.

Relativamente ao número de pessoas que as empresas de Melgaço empregam, de acordo com o quadro 26, verifica-se que ocorreu um aumento de 2011 para 2022, no entanto, esse aumento não teve a mesma expressão que o aumento do número de empresas: se em 2022, tal como referido anteriormente, o número total de empresas aumentou 83,7%, o número de pessoas ao serviço destas, no mesmo período temporal, apenas aumentou 56,5%.

Tal significará que os setores de atividade são compostos maioritariamente por empresas de pequena dimensão, uma vez que, em 2022, apenas 9 setores de atividade empregavam mais de 50 trabalhadores, sendo estas “Indústrias transformadoras”; “Construção”; “Comércio por grosso e a retalho”; “Transporte e armazenagem”; “Alojamento, restauração e similares”; “Atividades de consultoria científicas, técnicas e similares”; “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”; “Atividades de saúde humana e apoio social”; “Outras atividades de serviços”.

Quadro 26 Número de pessoas ao serviço em empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica

Concelho de Melgaço		
Anos	2011	2022
Total	1.261	1.974
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	25	...
Indústrias extrativas	0	0
Indústrias transformadoras	221	340
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio	0	...
Captação, tratamento e distribuição de água	0	0
Construção	235	198
Comércio por grosso e a retalho	304	278
Transporte e armazenagem	62	60
Alojamento, restauração e similares	128	153
Atividade de informação e comunicação	3	8
Atividades imobiliárias	8	27
Atividades de consultoria científicas, técnicas e similares	57	72
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	63	102
Educação	35	22
Atividades de saúde humana e apoio social	69	114
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	12	28
Outras atividades de serviços	39	53

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas. Nota: ... - *confidencial*. Última atualização: 2023-12-15.

Em 2022, num total de 1 253 empresas só 17 empregavam 10 ou mais trabalhadores e destas, só uma tinha 50 ou mais trabalhadores, sendo que em 2011 não existia nenhuma neste escalão, conforme quadro 27.

Quadro 27 Número de empresas não financeiras: total e por escalão de pessoal ao serviço

Concelho de Melgaço		
Anos	2011	2022
Total	682	1.253
Menos de 10	670	1.236
10 – 49	12	16
50 – 249	0	1
250 ou mais	0	0

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas. Última atualização: 2023-12-15.

É de assinalar que, o rácio de empresas por 100 habitantes mais do que duplicou, entre 2011 e 2022, passando de 7,5 para 16,4. Este valor pode dever-se ao facto de ter ocorrido um decréscimo da população residente.

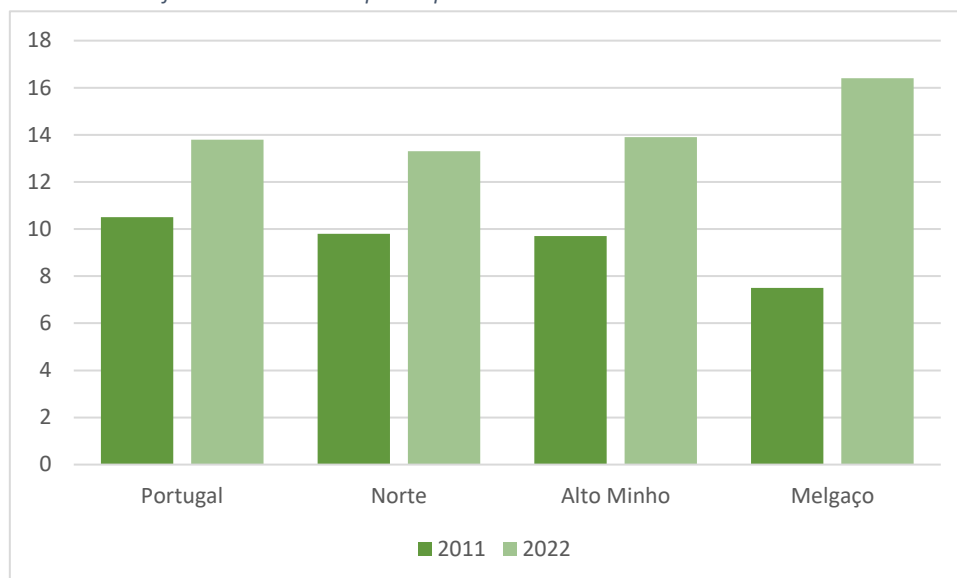
Quadro 28 Empresas não financeiras por 100 habitantes, rácio

Territórios	Empresas por 100 habitantes	
	2011	2022
Portugal	10,5	13,8
Norte	9,8	13,3
Alto Minho	9,7	13,9
Melgaço	7,5	16,4

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente. INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas. Última atualização: 2024-02-10.

O gráfico abaixo permite uma visão comparada com os níveis Nacional, Regional e sub-Regional, onde se denota que o aumento de empresas por 100 habitantes, entre 2011 e 2022, é muito mais expressivo em Melgaço do que em qualquer dos outros contextos.

Gráfico 3 Número de empresas por 100 habitantes nos anos 2011 e 2022



Uma outra vertente de ponderação sobre o setor económico refere-se ao volume de negócios, sua evolução recente e expressão atual. Entre 2011 e 2022, o volume de negócios registado no concelho quase triplicou. Contribuíram para este acréscimo setores como as indústrias transformadoras (onde se inserem as empresas ligadas à fabricação vinícola, área que duplicou o montante dos negócios), as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (que quase quintuplicou) e, ainda, as atividades de saúde humana e apoio social (que duplicou o movimento registado), como se pode verificar no quadro 29.

Quadro 29 Volume de negócios das empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica

Concelho de Melgaço		
Anos	2011	2022
Total	56.551	156.665
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	405	...
Indústrias extrativas	0	0
Indústrias transformadoras	12.786	29.433
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio	0	...
Captação, tratamento e distribuição de água	0	0
Construção	5.877	5.220
Comércio por grosso e a retalho	27.771	29.555
Transporte e armazenagem	1.269	1.633
Alojamento, restauração e similares	3.806	5.349
Atividade de informação e comunicação	110	176
Atividades imobiliárias	1.139	996
Atividades de consultoria científicas, técnicas e similares	723	1.367
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	332	836
Educação	225	226
Atividades de saúde humana e apoio social	1.558	3.195
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	117	653

Outras atividades de serviços	434	873
-------------------------------	-----	-----

(unidade: Euro – milhares). Fonte: INE – Sistema de contas integradas das empresas. Última atualização: 2023-12-15. Nota: ... - *confidencial*.

Dada a importância do turismo enquanto setor de atividade económica do concelho (já registada no Diagnóstico Social 2022, e em diversas campanhas veiculadas na comunicação social) destacam-se aqui dados referentes ao turismo.

Concretizando, verifica-se, um grande aumento no número de alojamentos turísticos, entre 2011 e 2023. O valor total aumentou significativamente, contudo o aumento do número de hotéis foi menor, com isto depreende-se que o grande investimento foi feito noutras tipologias de alojamentos, eventualmente, alojamento local, turismo rural e/ou de habitação.

Quadro 30 Alojamentos turísticos (número de estabelecimentos): total e por tipo de alojamento

Territórios	Alojamentos turísticos			
	Total		Hotéis	
Anos	2011	2023	2011	2023
Portugal	2.019	7.681	873	1.624
Norte	453	2.097	205	455
Alto Minho	55	353	19	46
Melgaço	4	26	3	5

Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros alojamentos. Última atualização: 2024-07-08.

De 2011 para 2023, a capacidade de alojamentos turísticos registou um aumento de 277 camas, o que não traduz o aumento do número de alojamentos acima verificados, sustentando a possibilidade, acima aventada, do aumento do número de alojamentos ter sido por causa de alojamentos de pequena e muito pequena dimensão, tais como turismo de habitação e alojamento local.

Quadro 31 Capacidade nos alojamentos turísticos (número de camas): total e por tipo de alojamento

Territórios	Alojamentos turísticos			
	Total		Hotéis	
Anos	2011	2023	2011	2023
Portugal	289.107	478.552	160.981	249.656
Norte	40.156	87.252	27.881	51.991
Alto Minho	3.614	8.743	1.962	3.731
Melgaço	224	501	196	...

Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos (a partir de 2005). Última atualização: 2024-07-15. Nota: ... - *confidencial*.

Seguindo a tendência da Região Norte e da sub-Região Alto Minho (mas não de Portugal), em Melgaço, de 2011 para 2019, aumentou o número total de empregadores. Relativamente aos níveis de escolaridade dos empregadores, assinala-se, em todos os territórios, uma diminuição dos dois níveis mais baixos de escolaridade e um aumento dos restantes, nomeadamente: uma redução de 4,1% de empregadores com o 1º CEB e de 21,2% dos detentores do 2º CEB como habilitação literária. Por outro lado, regista-se um aumento de empregadores com o 3º CEB (9,3%), Secundário/Pós-secundário (3,3%) e Superior (11,4%). Em termos percentuais o maior aumento verifica-se nos empregadores com o ensino superior.

Quadro 32 Número de empregadores: total e por nível de escolaridade em 2011

Territórios	Nível de escolaridade						
	TOTAL	Inferior ao básico/ 1º ciclo	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Secundário e Pós-Secundário	Superior
Portugal	178.720	128	29.692	29.628	40.614	41.768	36.101
Norte	65.544	40	10.832	13.473	14.975	14.088	12.022
Alto Minho	3.904	2	596	939	999	844	521
Melgaço	69	0	11	21	19	15	3

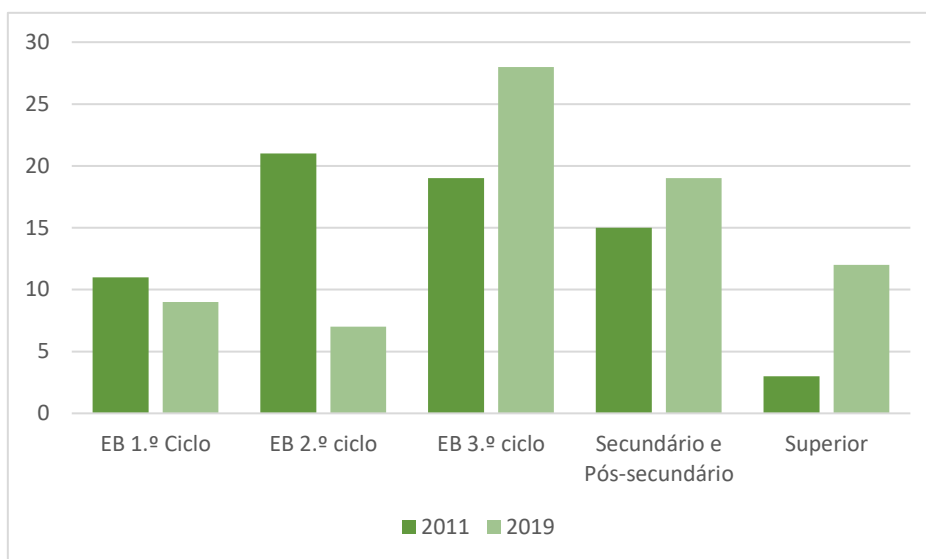
Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09.

Quadro 33 Número de empregadores: total e por nível de escolaridade em 2019

Territórios	Nível de escolaridade						
	TOTAL	Inferior ao básico/ 1º ciclo	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Secundário e Pós-Secundário	Superior
Portugal	176.780	47	15.232	22.136	42.105	49.594	47.025
Norte	66.801	14	6.025	10.570	16.389	17.074	16.629
Alto Minho	3.975	1	311	704	1.115	1.080	758
Melgaço	76	0	9	7	28	19	12

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09.

Gráfico 4 Número de empregadores por nível de escolaridade em 2011 e em 2019



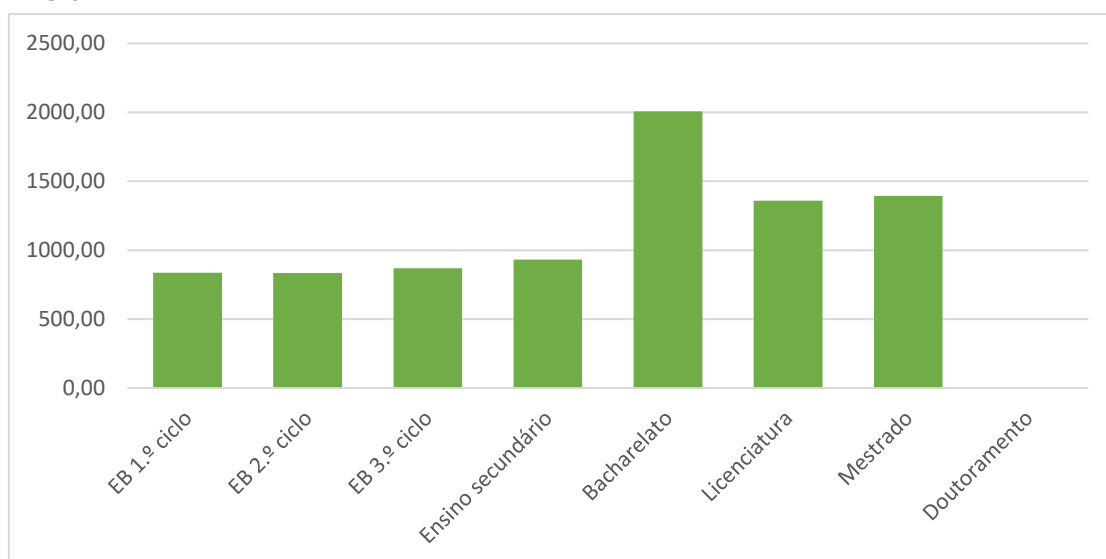
Em consonância com o que acontece nos restantes territórios, conforme quadro 34, também em Melgaço se regista o nível Secundário e Pós-Secundário como aquele que os/as trabalhadores/as mais possuem. No entanto, se se atentar ao gráfico 5 verifica-se que são os/as detentores/as de habilitações literárias de nível Superior que, em Melgaço, obtêm maior rendimento salarial.

Quadro 34 Número de trabalhadores/as por conta de outrem: total e por nível de escolaridade, 2021

Territórios	Nível de habilitações						
	TOTAL	Inferior ao básico / 1º ciclo	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Secundário e Pós-Secundário	Superior
Portugal	2.287.160	6.478	155.654	253.549	559.497	735.564	571.240
Norte	802.614	1.933	62.974	115.175	198.345	244.156	179.146
Alto Minho	46.086	73	2.042	6.107	13.168	16.499	8.168
Melgaço	709	0	36	62	203	268	128

Fonte: INE. Fonte de Dados: MTSSS/GEP - Quadros de Pessoal. Nota: Os dados dizem respeito a trabalhadores/as por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. O total inclui trabalhadores/as com nível de habilitação desconhecido. Última atualização: 2023-04-18.

Gráfico 5 Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, segundo o nível de habilitações em Melgaço em 2021



Fonte: INE. Fonte de dados: MTSSS/GEP – Quadros de pessoal. Nota: o valor do ganho mensal dos/as trabalhadores/as com doutoramento é confidencial.

Emprego: tipo e setores

Entre 2011 e 2019, em Melgaço, verifica-se um aumento do número de trabalhadores/as por conta de outrem, seguindo a tendência dos restantes territórios. Este aumento reflete-se igualmente no regime de trabalho a tempo completo, sendo que no regime a tempo parcial este concelho apresenta uma ligeira diminuição de trabalhadores/as por conta de outrem (ao contrário dos outros territórios em que o regime a tempo parcial aumenta). No concelho de Melgaço, a maioria de trabalhadores por conta de outrem são do sexo feminino, em 2011, apresentava uma percentagem de 55,1 pontos percentuais e em 2019, uma percentagem de 58,6% pontos percentuais, ao contrário dos restantes territórios cuja percentagem de trabalhadoras por conta de outrem não chega aos 50% (em nenhum dos anos considerados). O mesmo acontece no regime de tempo de trabalho completo. Relativamente aos contratos a tempo parcial, em 2011, Melgaço é o território que apresenta uma maior percentagem de mulheres com este regime (77,4%), mas é também o território que apresenta uma maior diminuição do número de mulheres a trabalhar por conta de outrem a tempo parcial entre 2011 e 2019 (diminuição de 17,4 pontos percentuais, para um total de 60%). É ainda de registar que, neste tipo de contratos, Melgaço apresenta, em 2019, a menor percentagem de mulheres a trabalhar por conta de outrem por relação aos territórios

aqui considerados, ainda que essa taxa seja significativamente alta (60% dos contratos de trabalho a tempo parcial são de mulheres).

Quadro 35 Número de trabalhadores por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho

Territórios	Regime de duração de trabalho					
	TOTAL		Tempo completo		Tempo parcial	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	2.610.933	3.043.825	2.438.371	2.815.237	172.562	228.588
Norte	923.298	1.063.143	867.568	993.507	55.730	69.636
Alto Minho	49.543	59.295	46.310	55.637	3.233	3.658
Melgaço	917	1.011	864	961	53	50

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09.

Quadro 36 Trabalhadoras do sexo feminino em % dos trabalhadores por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho

Territórios	Regime de duração de trabalho					
	TOTAL		Tempo completo		Tempo parcial	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	46,5	47,8	45,0	46,2	68,6	67,5
Norte	45,3	46,9	43,9	45,5	67,7	67,3
Alto Minho	46,6	49,2	45,1	48,2	69,2	64,3
Melgaço	55,1	58,6	53,7	58,5	77,4	60,0

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09.

Nos dois quadros abaixo (quadros 37 e 38) pode aceder-se à situação de precariedade dos vínculos contratuais: se, globalmente, em Melgaço, verifica-se, entre 2011 e 2019, um aumento do número de trabalhadores por conta de outrem, esse aumento é feito à custa de contratos a termo/prazo, uma vez que, entre as datas mencionadas, há um aumento deste tipo de contratos (mais 136 contratos a termo/prazo) e, simultaneamente, uma diminuição dos contratos permanentes/sem termo (menos 40 contratos deste tipo). Este regime laboral, podendo ser a escolha de alguns trabalhadores/as, não deixa de se constituir numa forma de restrição salarial e de garantias de proteção social.

Relativamente ao trabalho feminino por conta de outrem, observa-se uma tendência de diminuição da sua precarização: em 2011, 69,1% dos contratos a termo/prazo eram celebrados com mulheres e, em 2019, esta percentagem desceu para 59,4%, ou seja, registou uma descida de 9,7 pontos percentuais. Já o trabalho com contratos permanentes/sem termo registou um aumento de 6,8 pontos percentuais (em 2011,

51,3% dos contratos de trabalho permanentes/sem termo eram feitos com mulheres e, em 2019, 58,1% destes contratos passaram a ser realizados com mulheres).

Quadro 37 Número de trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato

Territórios	Tipo de contrato									
	TOTAL		Contrato a termo / a prazo		Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária		Contrato de trabalho a termo para cedência temporária		Contrato permanente / sem termo	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	2.610.933	3.043.825	635.933	989.659	4.202	1.286	33.768	86.744	1.914.825	1.947.834
Norte	923.298	1.063.143	198.175	314.471	1.370	395	9.479	25.248	704.731	715.372
Alto Minho	49.543	59.295	11.693	18.883	91	34	687	2.240	36.492	37.601
Melgaço	917	1.011	194	330	0	0	0	0	718	678

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09.

Quadro 38 Trabalhadoras do sexo feminino em % dos trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato

Territórios	Tipo de contrato									
	TOTAL		Contrato a termo / a prazo		Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária		Contrato de trabalho a termo para cedência temporária		Contrato permanente / sem termo	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	46,5	47,8	47,1	46,3	18,1	29,0	44,6	43,6	46,5	48,8
Norte	45,3	46,9	46,3	45,4	10,0	32,2	50,6	46,7	45,1	47,6
Alto Minho	46,6	49,2	48,6	46,6	1,1	26,5	60,6	51,0	46,0	50,5
Melgaço	55,1	58,6	69,1	59,4	-	-	-	-	51,3	58,1

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09. Nota: - ausência de valor.

Desemprego e subemprego

Tal como nos restantes territórios, em Melgaço, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional diminuiu consideravelmente no espaço de uma década, quer atendamos à média anual, quer atendamos aos valores do último mês dos anos de 2011 e 2023.

Quadro 39 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional

Territórios	Total (em dezembro)		Total (média anual)	
	2011	2023	2011	2023
Portugal	605 134	317 659	551 943,9	301 336,3
Norte	254 514	121 841	237 487,8	116 948,0
Alto Minho	11 759	4 876	10 973,2	4 553,3
Melgaço	170	105	165,7	107,6

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: IEFP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-09.

É possível fazer uma caracterização do desemprego no concelho de Melgaço, considerando os inscritos no centro de emprego e formação profissional (ver quadros abaixo). Assim, o perfil de desemprego compreende:

- mais inscritos há menos de 1 ano do que há 1 ano ou mais;
- diminuição do número de inscritos entre 2011 e 2023 dá-se naqueles que estão inscritos há menos de 1 ano, até porque se observa um aumento dos inscritos há 1 ano ou mais nesse período;
- maior facilidade de inserção laboral para os recém inscritos no IEFP, pode significar dificuldades acrescidas para o desemprego de mais longa duração, que é tradicionalmente mais resiliente.

Quadro 40 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição

Territórios	Tempo de inscrição					
	TOTAL		Menos 1 ano		1 ano ou mais	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	551 944,0	301 336,3	322 259,3	184 899,6	229 684,6	116 436,8
Norte	237 487,8	116 948,0	120 968,4	66 910,3	116 519,4	50 037,7
Alto Minho	10 973,2	4 553,3	6 582,8	2 993,7	4 390,4	1 559,7
Melgaço	165,7	107,6	133,3	72,3	32,3	35,3

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: IEFP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-19.

De acordo com os dados apresentados no quadro 41, é de notar que em 2023 a grande maioria dos inscritos está à procura de um novo emprego, mantendo-se a tendência registada em 2011.

Quadro 41 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego

Territórios	Tipo de desemprego					
	TOTAL		À procura do 1º emprego		À procura de novo emprego	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	551 944,0	301 336,3	42 413,6	29 259,4	509 530,3	272 076,9
Norte	237 487,8	116 948,0	20 046,2	10 780,0	217 441,7	106 168,0
Alto Minho	10 973,2	4 553,3	998,7	495,0	9 974,5	4 058,3
Melgaço	165,7	107,6	38,8	13,0	126,8	94,6

Fonte: PORDATA Fonte de Dados: IEFP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-09.

Em 2023, os inscritos à procura de novo emprego fazem-no essencialmente no setor terciário (76,3 pessoas em média anual, num total de 94,6 pessoas em média anual), verificando-se a quase ausência de pessoas à procura de novo emprego no setor primário que, como já visto na caracterização da atividade económica do concelho, é aquele que tem o maior número de empresas.

Quadro 42 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): total e por grandes setores de atividade económica, 2023

Territórios	Setores de atividade económica				
	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	Ignorado
Anos	2023	2023	2023	2023	2023
Portugal	x	x	x	x	x
Norte	106 168,0	4 677,1	29 535,6	69 147,8	2 807,5
Alto Minho	4 058,3	95,9	1 021,0	2 850,8	90,6
Melgaço	94,6	2,0	11,6	76,3	4,8

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: IEFP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-19. Nota: x – valor não disponível.

Relativamente ao número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por grupo etário, verifica-se uma alteração entre o registado em 2011 e em 2023: se, no primeiro período, a maioria das pessoas inscritas se distribui pelos grupos etários de menos de 25 anos até aos 44 anos, em 2023 essa distribuição faz-se pelos grupos etários dos 45 aos 54 e dos 55 ou mais. Ou seja, em 12 anos, no que diz respeito aos inscritos nos centros de emprego e formação profissional, perdem relevo os menores de 25 anos e ganham dimensão os maiores de 45 anos.

Quadro 43 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual: total e por grupo etário, 2011)

Territórios	Grupos etários					
	TOTAL	Menos de 25	25-34	35-44	45-54	55 ou mais
Anos	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Portugal	x	x	x	x	x	x
Norte	237.487,8	27.689,8	49.188,0	53.025,7	60.067,2	47.517,1
Alto Minho	10.973,2	1.406,0	2.502,9	2.525,3	2.634,3	1.904,6
Melgaço	165,7	39,4	50,1	40,6	21,6	14,0

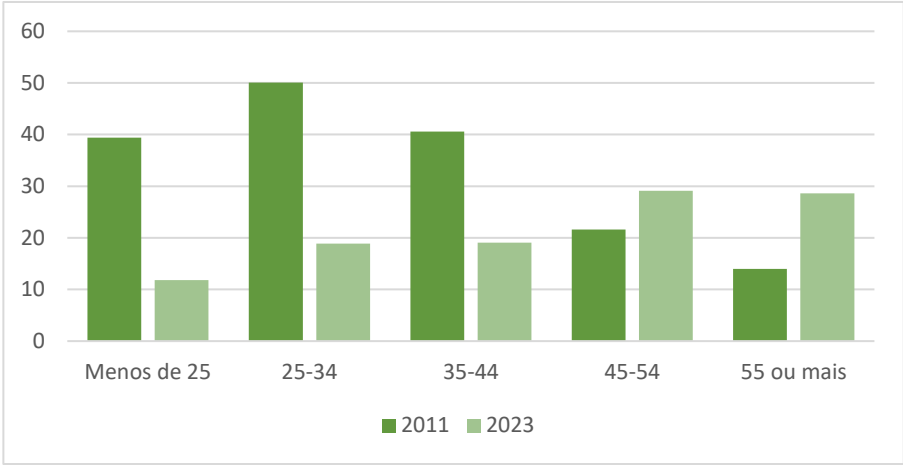
Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: IEP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-09. Nota: x – valor não disponível.

Quadro 44 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário, 2023

Territórios	Grupos etários					
	TOTAL	Menos de 25	25-34	35-44	45-54	55 ou mais
Anos	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Portugal	x	x	x	x	x	x
Norte	116 948,0	11 913,9	20 080,8	20 873,8	23 979,2	40 100,3
Alto Minho	4 553,3	550,2	916,7	895,9	970,2	1 220,3
Melgaço	107,6	11,8	18,9	19,1	29,2	28,6

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: IEP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-09. Nota: x – valor não disponível.

Gráfico 6 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário, 2011 e 2023



Quanto ao nível de escolaridade dos inscritos nos centros de emprego e formação profissional, quer em 2011, como em 2023, a maioria é detentora do ensino secundário. E houve uma diminuição de inscritos com o nível superior de escolaridade.

Quadro 45 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo, 2011

Territórios	Nível de escolaridade						
	Total	Sem nível de escolaridade	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Secundário	Superior
Anos	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Portugal	x	x	x	x	x	x	x
Norte	237.487,8	11.261,7	73.646,4	43.570,7	46.256,8	41.828,2	20.924,1
Alto Minho	10.973,2	497,4	2.492,3	2.089,8	2.782,4	2.125,9	985,3
Melgaço	165,7	1,8	19,7	16,5	36,3	64,6	26,8

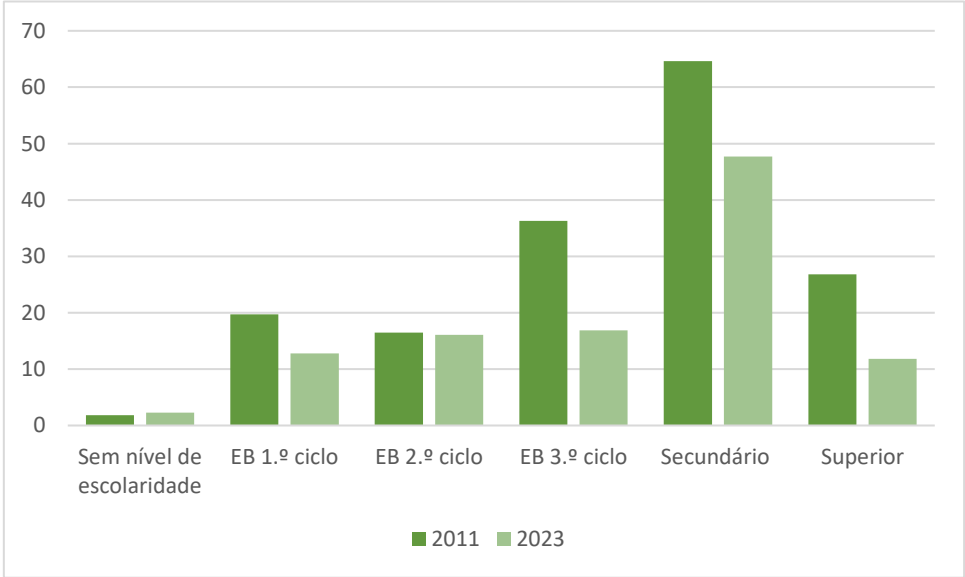
Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: IEP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-09. Nota: x – valor não disponível.

Quadro 46 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo, 2023

Territórios	Nível de escolaridade						
	Total	Sem nível de escolaridade	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Secundário	Superior
Anos	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Portugal	x	x	x	x	x	x	x
Norte	116 948,0	6 342,8	19 817,0	17 771,3	21 868,8	36 035,9	15 112,2
Alto Minho	4 553,3	221,8	503,4	603,0	895,3	1 724,7	605,1
Melgaço	107,6	2,3	12,8	16,1	16,9	47,7	11,8

Fonte: PORDATA, Fonte de Dados: IEP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-09. Nota: x – valor não disponível.

- Gráfico 7 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo, 2011 e 2023



No que diz respeito, à distribuição dos inscritos por sexo, verifica-se que, quer em 2011, quer em 2023, em média anual, é maior o número de mulheres. No entanto, em 2023 a diferença entre homens e mulheres inscritos esbate-se, aproximando o número de inscritos por sexo.

Quadro 47 Número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	551.944,0	301.336,3	257.798,0	131.491,0	294.145,6	169.845,3
Norte	237.487,8	116.948,0	104.305,7	68.980,5	133.182,2	67.967,5
Alto Minho	10.973,2	4.553,3	4.694,6	2.035,9	6.278,6	2.517,4
Melgaço	165,7	107,6	63,7	46,8	102,0	60,8

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: IEFP/MTSSS-ME. Última atualização: 2024-02-09.

Rendimentos salariais por setor de atividade

O nível de remunerações praticado é um outro elemento que se deixa caracterizado, cuja importância o vincula muito estreitamente com as condições de vida da população.

Assim, quanto à remuneração base média mensal de trabalhadores por conta de outrem, para além de se verificar uma média mais baixa no concelho de Melgaço relativamente aos restantes territórios, verifica-se também que, entre 2011 e 2019, houve um aumento deste valor médio quer no total, quer quando analisado por sexo. Importa referir que mesmo não tendo todos os dados relativamente ao ano de 2021, continua-se a verificar um aumento do valor médio quer no total, quer no sexo. No entanto, é de salientar que a remuneração base média mensal das mulheres que trabalham por conta de outrem é mais baixa do que a dos homens e esta diferença salarial entre sexos é observável em todos os territórios aqui analisados.

Quadro 48 Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Territórios	Sexo								
	TOTAL			Masculino			Feminino		
Anos	2011	2019	2021	2011	2019	2021	2011	2019	2021
Portugal	905,1	1.001,5	x	984,2	1.069,3	x	807,5	920,1	x
Norte	802,4	924,5	1 006,8	864,4	983,3	1 068,5	723,2	851,9	930,3
Alto Minho	719,7	835,0	x	765,8	887,4	x	667,1	778,3	x
Melgaço	655,2	774,2	x	717,3	820,8	x	603,8	740,7	x

(Unidade: Euros - média) Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09. Nota: x – valor não disponível.

De registar ainda que em 2019 a remuneração base média mensal por setor de atividade económica demonstra uma disparidade entre trabalhadores de sexo diferente: enquanto o setor de atividade que melhor remunera os homens é o dos serviços, as mulheres são mais bem remuneradas nos setores das indústrias transformadoras e da

indústria, construção, energia e água. É um dado importante se atentarmos à distribuição entre sexos em ambos os setores de atividade mencionados.

Quadro 49 Remuneração base média mensal dos trabalhadores de sexo masculino por conta de outrem: total e por setor de atividade económica

Territórios	Setores de atividade económica											
	TOTAL		Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca		Indústria, construção, energia e água		Indústrias transformadoras		Construção		Serviços	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	984,2	1.069,3	759,0	852,0	894,6	988,3	929,3	1.044,8	786,0	841,6	1.057,0	1.131,6
Norte	864,4	983,3	828,1	937,3	802,9	930,0	825,3	972,0	721,9	813,3	931,3	1.038,2
Alto Minho	765,8	887,4	804,0	946,9	748,8	914,6	813,1	983,5	634,9	763,1	783,8	851,3
Melgaço	717,3	820,8	659,4	714,6	656,0	766,8	671,7	803,4	597,3	632,2	763,4	878,6

(Unidade: Euros - média) Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09.

Quadro 50 Remuneração base média mensal de trabalhadoras do sexo feminino por conta de outrem: total e por setor de atividade económica

Territórios	Setores de atividade económica											
	Total		Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca		Indústria, construção, energia e água		Indústrias transformadoras		Construção		Serviços	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	807,5	920,1	597,2	742,1	715,0	858,7	682,2	835,4	890,9	942,8	838,1	939,4
Norte	723,2	851,9	588,6	736,9	638,7	794,2	621,5	780,6	823,0	913,1	773,0	882,5
Alto Minho	667,1	778,3	531,8	694,1	619,0	766,8	607,8	762,7	687,2	808,1	692,7	786,5
Melgaço	603,8	740,7	490,0	600,0	608,6	753,4	616,6	754,6	520,8	...	606,6	739,1

(Unidade: Euros - média) Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-02-09. Nota: ... - confidencial

Em suma

A caracterização da dinâmica socioeconómica foi feita com recurso a algumas das dimensões consideradas chave para a articulação com o objetivo de diagnóstico social, e de acordo com os dados mais atualizados disponíveis. Em termos gerais, ressaltou uma dinâmica positiva e de crescimento em vários campos, pese embora dever assinalar-se margens de crescimento ainda a potenciar em muitos domínios. A análise procurou,

sempre que possível, não só evidenciar o perfil da situação atual, como também compará-la com período(s) anterior(es).

Assim, constatou-se:

- Aumento do número de empresas existentes no concelho, tendo crescido sobretudo as empresas com menos de 10 trabalhadores;
- Aumento do volume de negócios, que quase triplicou, entre 2011 e 2022;
- A atividade de alojamentos turísticos aumentou significativamente, sobretudo em tipologias de alojamentos de pequena dimensão, tratando-se talvez de atividade de suporte e compensatória de rendimentos familiares;
- Aumento do número de trabalhadores por conta de outrem (contratos sem termo e a termo com relevância para o trabalho em tempo integral);
- Maior percentagem de mulheres em regime de tempo parcial;
- Diminuição do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, entre 2011 e 2023;
- Presença de mais população desempregada à procura de novo emprego, com o ensino secundário e nas faixas etárias dos 45-54 e 55 ou mais anos;
- Maior proporção de desemprego feminino, apesar de se ter esbatido ao longo dos anos;
- Remuneração base média mensal no concelho inferior à do Alto Minho, Norte e Portugal e com remunerações mais baixas para as mulheres.

3. EDUCAÇÃO: PERFIL E DESENVOLVIMENTO

O lugar e o papel da educação na sociedade portuguesa estão respaldados em vários documentos que na sua globalidade a reconhecem pela tradução no desenvolvimento alcançado, mas também como indicativo de investimentos para futuro. A Constituição da República Portuguesa (na sua versão revista), doravante designada CRP, num setor específico intitulado de direitos e deveres económicos, sociais e culturais, dedica-se dos artigos 73º ao 77º à educação. A educação é, então, definida como um direito universal, responsabilizando o Estado por promover *“a democratização da educação e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista”* (artigo 73º, n.º 2). Trata-se, como facilmente se reconhece, de um extenso e complexo mandato que se propõe garantir a todos o *“... direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”* (artigo 74º). Com tais propósitos, este direito desdobra-se em diversos compromissos para a sua concretização. Desde logo, para assegurar *“... o ensino básico universal, obrigatório e gratuito”*, e criar *“... um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar”* e ainda garantir *“... a educação permanente e eliminar o analfabetismo”* (artigo 74º, nº 3, alíneas a); b) e c)).

O texto constitucional é corroborado por instrumentos internacionais que fixam compromissos e, com base em avaliações efetuadas, apresentam propostas de melhoria neste campo, todos eles convergindo num ponto: o da centralidade da educação no desenvolvimento das coletividades humanas a nível individual e territorial. É elucidativa a este propósito a Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF), instrumento ratificado por Portugal em 1990, que insta a que os *“Estados Partes reconheçam o direito da criança à educação, tornem o ensino primário obrigatório e gratuito para todos/todas, se comprometam com sistemas públicos de ensino secundário, geral e profissional, acessíveis e que disponham de apoios financeiros sempre e quando necessário, que invistam num ensino superior acessível. Prevê ainda serviços complementares de orientação escolar e profissional e medidas que encorajem a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escolar”*.

Mais recentemente, tem cabido à União Europeia (UE) um conjunto diversificado de estudos (designadamente de índole comparativa) e propostas orientadoras para a progressão na área da educação e formação.

Assim, as conclusões do Conselho Europeu sobre a equidade e a inclusão na educação e na formação, tendo por referência a promoção do sucesso educativo para todos na UE (2021/C 221/022) referem que:

- a) a participação na educação e acolhimento na primeira infância das crianças a partir dos 4 anos de idade é elevada, embora ligeiramente abaixo do objetivo do quadro estratégico Educação e Formação 2020 (EF 2020), mas a desigualdade no acesso e na qualidade continua a ser um desafio;
- b) em 2019, a percentagem de jovens que abandonaram precocemente a educação continuava próxima do objetivo do quadro estratégico EF 2020, mas as pessoas com deficiência e os alunos nascidos no estrangeiro têm mais probabilidades de abandonar prematuramente a educação do que os seus colegas nascidos na UE;
- c) de acordo com os resultados do PISA 2018, a UE não cumpriu o seu objetivo de reduzir o baixo aproveitamento em competências básicas para menos de 15% dos alunos. Apenas se registam diferenças acentuadas entre raparigas e rapazes em leitura – com percentagens mais elevadas de insucesso nos rapazes. Os resultados realçam ainda a importância do ambiente escolar para o bem-estar e o desempenho dos alunos;
- d) a UE e a maioria dos Estados-Membros alcançaram pelo menos 40% de diplomados no ensino superior. Contudo, persistem diferenças entre os dois sexos em toda a UE. Também os estudantes com menos oportunidades têm menos expectativas de concluir este nível de ensino (43,4%, comparativamente a 82,3%);
- e) os progressos no aumento da participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida, entre adultos, têm sido lentos na última década e a participação entre os Estados-Membros continua a ser muito desigual. Em 2019, esta taxa, na UE27, ainda se encontrava longe do objetivo de 15%;
- f) o contexto socioeconómico continua a ser o fator mais determinante nos resultados escolares na UE. Constitui um obstáculo à mobilidade social

ascendente, impedindo uma percentagem considerável de jovens de alcançar um nível adequado de competências básicas. (in Relatório Estado da Educação, 2020, CNE 2021).

Trata-se de um retrato genérico, mas elucidativo dos muitos desafios com que se defronta a educação.

Um novo quadro estratégico foi definido rumo ao Espaço Europeu da Educação (2021-2030). Com esse propósito afirma-se que na sequência da pandemia da COVID-19, o Conselho Europeu salientou a importância de melhorar a equidade e a inclusão na educação e na formação, a fim de garantir que ninguém fique para trás (2021/C 221/02). Foram implementadas novas políticas, programas e instrumentos de financiamento da UE (por exemplo, Programa Erasmus+, Fundo Social Europeu Mais e Mecanismo de Recuperação e Resiliência da UE). Neste período pandémico reconheceu-se que os sistemas de educação e formação com melhor desempenho são os que colocam a tónica na equidade e na inclusão e que a cooperação entre instituições de educação e formação formal e não formal tem um impacto particularmente positivo na inclusão social. Ficou patente a crescente necessidade de prestar uma atenção particular à intersectorialidade dos problemas. É preciso dar respostas direccionadas aos aprendentes que se deparam com dificuldades adicionais ou sobrepostas, sejam alunos com necessidades especiais ou com deficiência, oriundos de meios socioeconómicos desfavorecidos, da migração e pertencentes a minorias, os que provêm de regiões economicamente deprimidas, de zonas isoladas, insulares ou remotas. Mas também aos aprendentes particularmente dotados, dando-lhes respostas que beneficiem plenamente as suas potencialidades. Outro ponto analisado foi a melhoria da qualidade, inclusividade, acessibilidade e razoabilidade dos custos dos sistemas de educação e acolhimento na primeira infância, na garantia de uma efetiva igualdade de oportunidades para todas as crianças. De modo a combater o abandono precoce da educação e da formação e o insucesso escolar, têm sido aplicados esforços, associados a medidas de prevenção e de apoio para garantir sistemas verdadeiramente inclusivos, em que todos os aprendentes recebam uma educação de elevada qualidade e o seu bem-estar e saúde mental sejam promovidos e protegidos. Esta educação de qualidade exige a inovação e a flexibilidade no ensino, com abordagens pedagógicas inovadoras e ambientes de aprendizagem nos quais a

tecnologia digital desempenhe um papel crucial no uso e dinamização de pedagogias, materiais e tarefas personalizados e adequados à diversidade de aprendentes e à sua participação ativa na governação das suas estruturas de aprendizagem, em todas as idades e em todos os tipos de aprendizagem. Esta tecnologia pode promover uma verdadeira inclusão — desde que sejam resolvidas em paralelo as questões relacionadas com o fosso digital, em termos de infraestruturas digitais, de conectividade e de acesso a dispositivos, equipamentos, recursos e competências digitais, bem como a sua acessibilidade a pessoas com deficiência. Além disso, e pese embora a tecnologia digital tenha facilitado a educação à distância durante a pandemia da COVID-19, esta mesma situação evidenciou as disparidades subjacentes ao acesso aos dispositivos digitais, à conectividade e a outras formas de clivagem digital, como as competências digitais dos aprendentes, dos educadores e dos cuidadores e a disponibilidade de apoio relacionado com estas últimas. Um uso ético, responsável e inclusivo das tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, pode também contribuir para colmatar o fosso digital e promover um ensino e uma aprendizagem mais inclusivos. O acesso crescente a ambientes de aprendizagem virtual oferece muitas e novas oportunidades. No entanto, o acesso e a utilização mais frequentes e crescentes de ambientes de aprendizagem virtuais expõem também os aprendentes a um maior risco de ciber-intimidação, de outras formas de assédio em linha ou de se tornarem alvos de desinformação, nomeadamente através das redes sociais. Devem ser envidados esforços para garantir que os aprendentes e os educadores recebem formação sobre segurança em linha e que estão cientes dos potenciais riscos de determinadas plataformas ou ferramentas em linha, a fim de promover verdadeiramente um ambiente de aprendizagem virtual seguro. Paralelamente, as instituições de educação e formação devem dispor de orientações e procedimentos claros para responder a estas questões. (2021/C 221/02, pág. 7). Neste novo quadro estratégico destaca-se igualmente o valor de uma abordagem de base comunitária relativamente à educação formal, não formal e informal e das fortes ligações entre os contextos de aprendizagem e a família, bem como das associações e ONG externas no acesso às escolas, tendo em vista proporcionar às crianças outras aptidões e competências sociais.

Os programas governamentais, por seu lado, constituem-se também em instrumentos definidores, mais ou menos ampliados, sobre as prioridades e os meios consensualizados para a educação, que se tem revelado como um setor de particular atenção pública. As linhas programáticas para o ciclo governativo atual em Portugal (2022-2026) inscrevem nos quatro pilares prioritários de atuação *“a educação pública e de qualidade, com reforço de investimento e melhoria de prestação de serviços”*. Em sequência, são inscritos os seguintes objetivos setoriais: i) combater as desigualdades através da educação; ii) melhorar as aprendizagens; iii) reforçar o investimento no ensino superior; iv) estimular a entrada e combater o abandono no ensino superior e v) aprofundar o Programa Qualifica como chave para a elevação das qualificações.

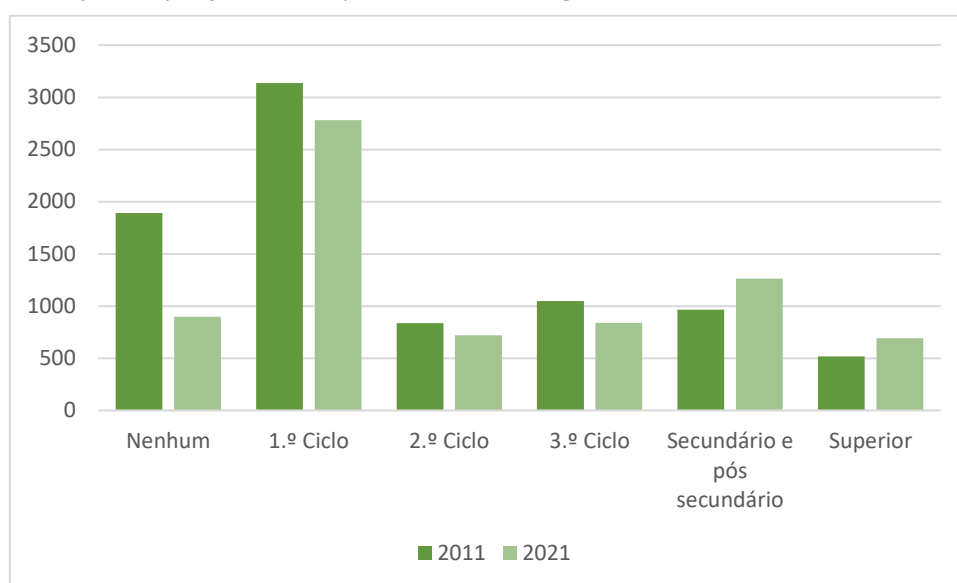
Nos objetivos definidos projeta-se ainda o papel da educação ao longo da vida, com o que se visa a obtenção de qualificações continuadas e atualizadas que habilitem para uma inserção social sustentada.

Nível de escolarização da população do concelho

O nível de escolaridade da população é um dado cimeiro na compreensão da situação educativa, mas também socioeconómica e cultural atual, suas dinâmicas de evolução anterior e alavanca, ainda, conceções para futuras medidas e políticas.

O gráfico 8 evidencia a evolução registada no nível de habilitações literárias da população residente em Melgaço, entre os dois últimos momentos censitários. Daqui ressalta uma diminuição da população detentora de níveis mais baixos de escolaridade, assinalando-se que, no espaço de uma década, ainda que se mantenha um maior número de população com o 1º CEB. Contudo, ocorreu uma inversão de sentido, isto é, os únicos níveis de ensino cujo número de detentores cresce são os níveis Secundário e Pós-Secundário e Superior. Por um lado, regista-se aqui o aumento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, mas também uma tendência de valorização da formação escolar.

Gráfico 8 População residente por níveis de ensino segundo os censos, 2011-2021



Fonte: INE, Plataforma de divulgação dos Censos 2021 – resultados definitivos. Última atualização: 2024-02-09.

Há a salientar que, houve uma evolução no aumento do nível de qualificação escolar da população ao longo dos anos, como é possível observar no quadro 51. Evidencia-se que em todos os territórios considerados se registou uma redução substantiva entre os anos 1981 e 2021. Todavia, em Melgaço, comparativamente com o nível nacional, Regional e sub-Regional, regista-se a maior percentagem de diminuição nesse período (de 54,3% para 12,5%, tendo reduzido 41,8 pontos percentuais, isto é, passa de uma população maioritariamente sem escolaridade para uma percentagem equivalente a menos de 1/4 do total da população residente).

Quadro 51 População residente com 15 e mais anos sem nível de escolaridade segundo os Censos (%)

Territórios	Sem nível de escolaridade			
	1981	2001	2011	2021
Portugal	36,9	18,0	↓10,4	5,9
Norte	36,9	17,7	↓10,3	5,7
Alto Minho	49,0	25,2	↓14,8	7,7
Melgaço	54,3	35,6	↓22,5	12,5

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População. Última atualização: 2024-02-09. Nota: ↓: quebra de série.

Complementando a compreensão sobre o nível de escolaridade, acedeu-se à caracterização da população de acordo com os níveis alcançados, noutros períodos, dimensão que se apresenta nos quadros abaixo (quadros 52 e 53), onde se retrata a percentagem de população com o ensino básico, secundário, médio e superior.

Quadro 52 População residente com 15 e mais anos com o ensino básico e secundário segundo os Censos (%)

Territórios	Básico 1º ciclo				Básico 2º ciclo				Básico 3º ciclo				Secundário			
Anos	1981	2001	2011	2021	1981	2001	2011	2021	1981	2001	2011	2021	1981	2001	2011	2021
Portugal	38,8	30,2	↓27,2	22,3	10,5	13,8	↓12,8	9,6	7,0	16,3	↓19,1	17,8	↓3,1	13,3	↓15,7	23,5
Norte	41,9	32,9	↓29,7	25,1	10,2	16,7	↓14,8	11,3	5,6	14,6	↓18,5	17,2	↓2,4	11,3	↓14,0	21,9
Alto Minho	34,0	30,4	↓29,8	27,3	9,4	16,4	↓13,6	11,0	4,1	13,0	↓17,8	16,6	↓1,4	9,8	↓13,5	21,7
Melgaço	32,4	33,2	↓37,4	38,7	7,7	11,6	↓10,0	10,0	2,9	8,6	↓12,5	11,7	↓1,0	6,9	↓10,6	16,6

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População. Última atualização: 2024-02-09. Nota: ↓ - quebra de série.

Quadro 53 População residente com 15 e mais anos com ensino médio e superior segundo os Censos (%)

Territórios	Médio				Superior			
Anos	1981	2001	2011	2021	1981	2001	2011	2021
Portugal	1,2	0,8	↓1,0	1,2	2,1	7,6	↓13,8	19,8
Norte	1,2	0,6	↓0,8	1,0	1,6	6,2	↓12,0	17,8
Alto Minho	1,1	0,5	↓0,8	0,9	0,8	4,7	↓9,7	14,7
Melgaço	1,2	0,4	↓0,9	0,9	0,4	3,7	↓6,2	9,6

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População. Última atualização: 2024-02-09. Nota: ↓ - quebra de série.

Há ainda a considerar que a qualificação da população ativa residente em Portugal manteve, em 2021, a tendência de melhoria observada nos últimos anos. O número de indivíduos sem nível de escolaridade ou com qualificação até ao 3º CEB foi menor, tendo aumentado ligeiramente a população com pelo menos o ensino secundário.

Segundo o Conselho Nacional de Educação, a população entre os 25 e os 64 anos, que completou pelo menos o ensino secundário, tem vindo a aumentar ao longo da última década. Em 2020, mais de metade dos homens (51,7%) completou, pelo menos, o ensino secundário. A proporção de mulheres foi de 58,8%. (in O Estado da Educação, 2020, CNE, 2021).

A realidade da escolarização no concelho pode ser apreciada tendo em conta a evolução verificada na última década por relação a cada um dos ciclos de ensino: pré-escolar, básico e secundário (agora obrigatório).

Pela análise dos quadros acima, constata-se uma diminuição global de 373 alunos/as relativamente ao número total de alunos/as matriculados/as em 2011 e em 2023 em Melgaço. É um traço previsível dada a diminuição do total da população. Entre 2011 e 2021 a faixa etária dos 0-14 anos baixou na ordem dos 29,6 pontos percentuais, apesar

desta comparação ter de ser feita cautelosamente, uma vez que não há correspondência exata entre os escalões etários.

Esta mesma tendência verifica-se quer em Portugal, quer no Norte e no Alto Minho onde também se registou uma diminuição do total de alunos/as matriculados/as: em Portugal houve uma redução de 315.656 estudantes, no Norte uma redução de 171.841 e no Alto Minho de 11.056.

No concelho de Melgaço, a distribuição dos 698 alunos/as matriculados/as, em 2023, pelos níveis de ensino, era a seguinte: 14,6% na educação pré-escolar; 23,4% no 1º CEB; 13,8% no 2º CEB; 25,9% no 3º CEB e 22,3% no ensino secundário. Em 2011, os 1.071 alunos/as matriculados/as distribuíam-se da seguinte forma: educação pré-escolar, 14,2%; 1º CEB, 22,6%; 13,2% no 2º CEB; 18,2% no 3º CEB e, finalmente, 26,5% no ensino secundário. Isto significa que a redução de número de alunos/as matriculados/as é feita, essencialmente, devido à diminuição da percentagem de inscritos/as no ensino secundário, cujo decréscimo é de 4,2 pontos percentuais, enquanto em todos os outros níveis as percentagens de frequência apresentam um ligeiro aumento.

Quadro 54 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, 2011

Ano	2011						
Territórios	TOTAL	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário	CET
Portugal	1.925.956	276.125	464.620	278.263	463.833	440.895	2.220
Norte	696.871	95.112	161.040	100.382	176.753	162.969	615
Alto Minho	43.687	5.997	9.403	5.561	10.229	12.421	76
Melgaço	1.071	152	242	142	195	340	-

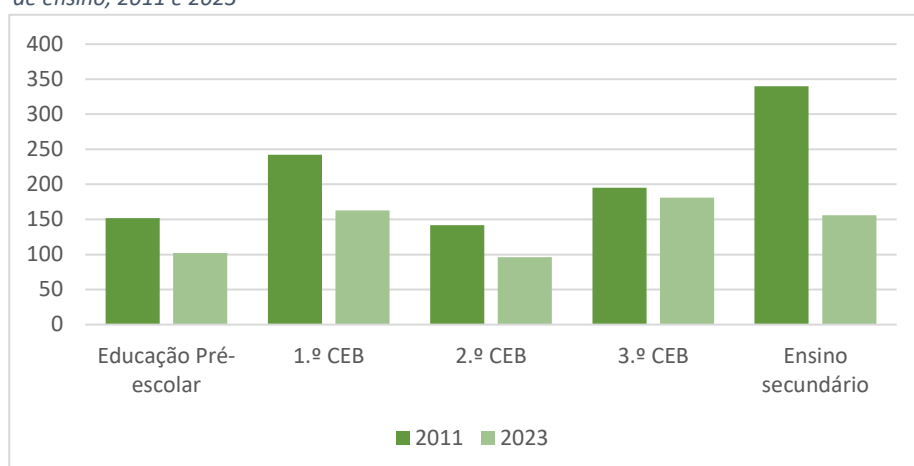
Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI – Recenseamento Escolar Anual. Última atualização: 2024-07-12.
Nota: - ausência de valor

Quadro 55 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, 2023

Ano	2023						
Territórios	TOTAL	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário	CET
Portugal	1.610.300	265.025	388.316	210.345	346.788	394.964	5.412
Norte	525.030	87.645	122.204	67.053	114.634	133.676	1.098
Alto Minho	32.631	5.428	7.597	3.992	6.784	8.750	110
Melgaço	698	102	163	96	181	156	-

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual. Última atualização: 2024-07-12.
Nota: - ausência de valor.

Gráfico 9 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, 2011 e 2023



Na distribuição dos/as alunos/as matriculados/as entre o ensino público e privado verifica-se uma diferença significativa entre 2011 e 2023.

Enquanto, em 2023, se constata um número total de 49 crianças a frequentar o ensino privado, sendo que todos/as estão na educação pré-escolar, em 2011, havia 233 alunos matriculados no ensino privado que se distribuíam da seguinte forma: 40 na educação pré-escolar; 3 no 3º CEB e 190 no ensino secundário (PORDATA, Recenseamento Escolar Anual (DGEEC/MECI), 2024).

Tal poderá ser explicado pelo facto de, em 2023, só haver oferta de ensino privado na educação pré-escolar. Em 2011, estava em funcionamento o Pólo de Melgaço da EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho, o que já não se verificava em 2023.

Quadro 56 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: total e por nível de ensino, 2011

Territórios	Nível de ensino						
	TOTAL	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário	CET
Portugal	1.530.285	143.472	410.040	241.652	389.692	343.341	2.088
Norte	559.239	54.812	146.403	88.107	147.784	121.557	576
Alto Minho	34.672	3.807	9.122	5.138	7.939	8.590	76
Melgaço	838	112	242	142	192	150	-

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MCI - Recenseamento Escolar Anual. Última atualização: 2024-07-15.

Nota: – ausência de valor.

Quadro 57 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: total e por nível de ensino, 2023

Territórios	Nível de ensino						
	TOTAL	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário	CET
Portugal	1.268.977	144.363	335.674	184.445	303.363	296.371	4.761
Norte	410.865	51.136	107.570	59.357	99.724	92.339	739
Alto Minho	27.810	3.749	7.310	3.845	6.284	6.542	80
Melgaço	649	53	163	96	181	156	-

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual. Última atualização: 2024-07-15. Nota: - ausência de valor.

Tendo em conta que, como visto anteriormente, a maior redução de alunos/as se dá na frequência do ensino secundário (entre 2011 e 2023, redução de 4,2 pontos percentuais) resta saber se a redução de oferta de ensino privado causou a redução do número de alunos (por exemplo, podem ter ido para outros polos da EPRAMI), ou se, pelo contrário, o polo da EPRAMI deixou de funcionar por falta de alunos.

Procurando analisar o perfil do ensino público registado, há um ligeiro aumento do número de alunos inscritos no ensino secundário entre 2011 e 2023. No entanto, considerando os 190 alunos inscritos no ensino secundário privado em 2011, constata-se que, na verdade, houve uma perda real de 184 alunos no ensino secundário no ano de 2023, confirmando-se assim os valores indicados nos quadros acima quanto ao total de alunos naquele nível de ensino.

No quadro 58 encontra-se retratado os/as alunos/as matriculados/as no ensino não superior em percentagem da população, evidencia-se o decréscimo do número de alunos em quase todos os níveis de ensino, no contexto nacional, regional e sub-regional. Ocorreu um ligeiro aumento, no concelho de Melgaço, no ensino básico – 3.º Ciclo, passando de 2,13% no ano 2011, para 2,38% em 2023.

Quando comparamos 2011 e 2023, verificamos que todos os territórios registam uma diminuição da taxa de matriculados face à população residente, ou seja, em todos os territórios aqui considerados, em 2023, há menos pessoas matriculadas no ensino não superior em percentagem da população residente.

Quadro 58 Alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário em % da população residente: total e por nível de ensino, 2011 - 2023

Territórios	Nível de ensino											
	TOTAL		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	18,23	(R)15,22	2,61	(R)2,51	4,40	(R)3,67	2,63	(R)1,99	4,39	(R)3,28	4,17	(R)3,73
Norte	18,89	(R)14,38	2,58	(R)2,40	4,37	(R)3,34	2,72	(R)1,83	4,79	(R)3,13	4,42	(R)3,66
Alto Minho	17,88	(R)13,98	2,45	(R)2,33	3,85	(R)3,25	2,28	(R)1,71	4,19	(R)2,91	5,08	(R)3,75
Melgaço	11,73	(R)9,18	1,66	(R)1,34	2,65	(R)2,14	1,55	(R)1,26	2,13	(R)2,38	3,72	(R)2,05

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE – Estimativas Anuais da População Residente; DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual. Última atualização: 2024-07-12. Nota: (R) – valor retificado pela entidade responsável.

No entanto, apesar de se verificar esta tendência geral de diminuição, em Melgaço regista-se uma diminuição menor do que noutros territórios: se em Melgaço a redução é de 2,55 pontos percentuais de 2011 para 2023, no mesmo período encontramos uma redução de 3,01 pontos percentuais em Portugal, de 4,51 pontos percentuais no Norte e de 3,90 pontos percentuais no Alto Minho.

Este traço está em linha com a perda de população, com o seu envelhecimento e com a baixa taxa de natalidade ou de reposição populacional.

Quando comparadas as taxas de matriculados/as por população residente, verifica-se que, tanto em 2011 como em 2023, Melgaço apresenta uma taxa mais baixa de crianças e jovens matriculados/as no ensino não superior, quando comparado com os restantes territórios considerados. O mesmo se verifica se se analisar por nível de ensino.

No que há educação e formação de adultos diz respeito, os dados disponíveis na Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (Regiões em Números, 2019/2020, Educação, Volume I, Norte) não revelam frequência em Melgaço de nenhuma modalidade desta oferta desde o ano letivo 2015/2016.

Será de admitir que haja atividades neste domínio em concelhos contíguos a serem frequentadas por residentes de Melgaço.

Em 2023, a frequência atual do ensino superior, neste caso, da Escola Superior de Desporto e Lazer – IPVC, que tem sede em Melgaço é de 348 estudantes, número que ultrapassa o registado para o ano 2012/13, com um total de 120 alunos/as matriculados/as. Desde o ano letivo de abertura 2012/2013 até ao ano letivo 2023/2024,

ocorreu um aumento significativo no número de alunos/as matriculados no ensino superior politécnico em Melgaço.

É de realçar que em Melgaço, ao contrário de quase todos os outros territórios aqui considerados, há um número significativamente maior de indivíduos do sexo masculino (80,2% em 2023) a frequentar o ensino superior politécnico (sendo que no Alto Minho os números de homens e mulheres são de composição equilibrada). Esta diferença poder-se-á justificar pela circunstância de que o estabelecimento de ensino existente no concelho desenvolve formações hegemonicamente na área do Desporto.

Quadro 59 Número de alunos/as matriculados/as no ensino superior politécnico, total e por sexo

Territórios	Sexo		
	TOTAL	Masculino	Feminino
Anos	2023	2023	2023
Portugal	163.447	77.398	86.049
Norte	62.524	30.017	32.507
Alto Minho	4.928	2.568	2.360
Melgaço	348	279	69

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI – RAIDES, Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. Última atualização: 2024-02-19.

Mesmo considerando a circunstância de que muitos/as destes/as matriculados/as não são residentes no concelho, será de relevar que a escola e a população constituem um capital de rejuvenescimento de Melgaço além de poderem contribuir para o desenvolvimento de laços e relações importantes para a vida das pessoas e das instituições locais.

Quadro 60 Número de alunos/as matriculados/as no ensino superior: total e por nível de formação, 2023

Territórios	Nível de formação						
	Total	Curso técnico superior profissional	Licenciatura - 1.º ciclo	Mestrado Integrado	Mestrado	Especializações	Doutoramento
Portugal	446,028	21.263	277.206	37.201	82.610	2.546	25.202
Norte	149.623	8.785	91.585	12.244	29.031	303	7.675
Alto Minho	4.928	814	3.583	0	527	4	0
Melgaço	348	44	250	0	50	4	0

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI – RAIDES, Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. Última atualização: 2024-02-09.

Em 2023 a taxa de diplomados do sexo masculino era de 70,9%, o que evidencia a menor presença de mulheres, apesar da sua maior presença demográfica.

Quadro 61 Número de diplomados/as no ensino superior: total e por sexo, 2023

Territórios	Sexo		
	TOTAL	Masculino	Feminino
Portugal	97.182	40.311	56.871
Norte	33.186	13.840	19.346
Alto Minho	1.120	479	641
Melgaço	117	83	34

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI – RAIDES, Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. Última atualização: 2024-07-16.

Panorâmica do insucesso, retenção e abandono escolar

Estes são problemas que tomam no debate e nas práticas da educação um lugar de relevo, pois são aferidores do grau de cumprimento dos objetivos da educação, da sua contribuição para a inserção na sociedade dos/das cidadãos/ãs e ainda do combate às desigualdades.

O quadro 62 demonstra uma significativa alteração nas taxas de retenção e desistência: a comparação do ano letivo 2012/13 com o equivalente de 2021/22 revela uma diminuição considerável de retenção e desistência em todos os níveis de ensino. O ensino secundário, nos dois anos letivos aqui comparados, é aquele que tem uma maior taxa de retenção e desistência, no entanto, é também aquele em que a redução destas taxas é maior de 2012/13 para 2021/22.

Sabe-se que a passagem para o ensino secundário é, tradicionalmente, onde se verifica maior retenção e desistência e, por isso mesmo, a redução alcançada no concelho de Melgaço é um resultado mais expressivo e vantajoso.

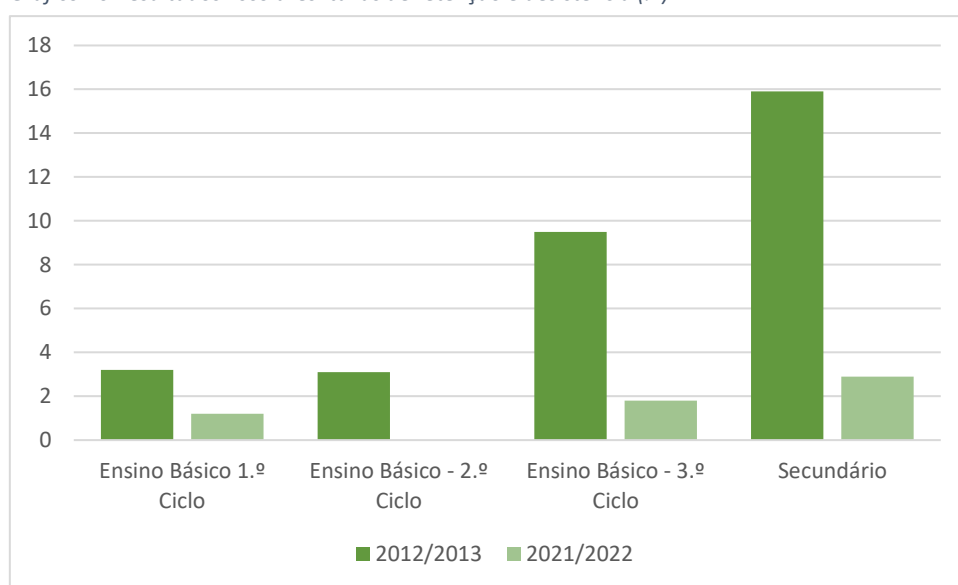
Em 2012/13 poder-se-ia estar a sentir, de forma mais aguda, os efeitos do aumento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano de escolaridade, ou 18 anos de idade (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, implementada em 2009/10 para os anos iniciais de ciclo de ensino e 2010/2011 para todos os outros), já que esse é o terceiro ano letivo em que todos/as os/as alunos/as no sistema educativo foram abrangidos/as por esta alteração.

Quadro 62 Resultados Escolares: taxas de retenção e desistência (%)

Territórios	Nível de ensino							
	Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário	
Anos	2012/2013	2021/2022	2012/2013	2021/2022	2012/2013	2021/2022	2012/2013	2021/2022
Portugal	4,9	1,8	12,5	3,1	15,9	4,5	19,0	8,6
Norte	4,0	0,9	10,6	1,6	14,3	2,7	16,2	5,6
Alto Minho	3,2	0,7	7,3	0,9	9,5	1,5	13,7	4,7
Melgaço	3,2	1,2	3,1	0,0	9,5	1,8	15,9	2,9

Fonte: DGEEC: Regiões em Números 2012/2013 a 201/2022 – Educação, Volume I, Norte. Notas: i) Taxa de retenção e desistência = relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte, e o número de alunos matriculados nesse ano letivo

Gráfico 10 Resultados Escolares: taxas de retenção e desistência (%)



A taxa bruta de escolarização tem vindo a aumentar nos últimos anos, em 2012/13 havia 125% de alunos/as a frequentar o ensino secundário e em 2019/20 esse valor aumentou para 134,1%.

Quadro 63 Taxa Bruta de Escolarização por Nível de Ensino (%)

Territórios	Taxa Bruta de Escolarização, por nível de Ensino (%)					
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico		Ensino Secundário	
Anos	2012/2013	2021/2022	2012/2013	2021/2022	2012/2013	2021/2022
Portugal	89,6	98,3	112,1	110,4	120,8	124,3
Norte	93,7	98,6	110,4	108,2	118,7	126,4
Alto Minho	98,9	104,6	107,1	107,9	135,4	138,0
Melgaço	95,2	111,7	107,9	109,0	125,0	134,1

Fonte: DGEEC, Regiões em Números 2012/2013 a 2021/2022 – Educação – Volume I, Norte. Notas: i) Taxa Bruta de Escolarização = relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o Regime Jurídico da Educação Inclusiva, define que *“As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória”* (Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho). Estas medidas, que são responsabilidade de cada escola consoante os seus recursos, são organizadas em três níveis de intervenção: universais (*“respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens”* artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho); seletivas (*“que visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais”* artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho) e adicionais (*“visando colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão”* artigo 10.º Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).

No ano letivo 2021/2022, o AEM teve 46 alunos abrangidos por medidas universais, 44 por medidas seletivas e 13 por medidas adicionais. Salvaguarda-se que, de acordo com a informação do AEM, o número de alunos refere-se a todos os que podem frequentar, ou não, a totalidade das medidas. As medidas implementadas abrangeram alunos de todos os anos de escolaridade.

Acesso a meios digitais e de comunicação

O acesso e uso de meios digitais e de comunicação é, na atualidade, um instrumento técnico-pedagógico de importância central nos processos de ensino e aprendizagem. Esta evidência foi muito acentuada no contexto da situação pandémica, sendo possível afirmar que expôs muitos/as estudantes, famílias e instituições a processos de desvantagem e desigualdade, tendo precarizado as relações e aprendizagens nucleadas nas escolas.

Assim, conhecer os recursos tecnológicos disponíveis nas escolas é um indicador de diagnóstico importante, útil ainda para a implementação de intervenções adequadas. Os quadros seguintes contêm informação relativa aos recursos tecnológicos do concelho de Melgaço.

Quadro 64 Recursos tecnológicos das escolas: número médio de alunos por computador

Territórios	Nível de ensino							
	Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário	
Anos	2012/ 2013	2021/ 2022	2012/ 2013	2021/ 2022	2012/ 2013	2021/ 2022	2012/ 2013	2021/ 2022
Continente	4,3	1,4	2,7	1,2	2,6	1,1	2,5	1,6
Norte	4,5	1,3	2,6	1,2	2,6	1,1	2,6	1,5
Alto Minho	4,0	1,2	2,0	1,1	2,0	0,9	1,9	1,3
Melgaço	2,5	1,5	1,0	1,1	1,0	1,0	0,8	1,0

Fonte: DGEEC: Regiões em Números 2012/2013 a 2021/2022 – Educação – Volume I, Norte. *Nota: a fonte utilizada só dispõe de informação para o continente.*

Quadro 65 Recursos tecnológicos das escolas: número médio de alunos/as por computador com internet

Territórios	Nível de ensino							
	Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário	
Anos	2012/ 2013	2021/ 2022	2012/ 2013	2021/ 2022	2012/ 2013	2021/ 2022	2012/ 2013	2021/ 2022
Continente	5,3	1,4	3,3	1,3	3,1	1,2	2,9	1,6
Norte	5,5	1,3	3,0	1,2	3,0	1,1	3,0	1,6
Alto Minho	4,8	1,2	2,3	1,1	2,2	1,0	2,3	1,4
Melgaço	2,6	1,5	1,0	1,1	1,1	1,0	0,8	1,0

Fonte: DGEEC: Regiões em Números 2012/2013 a 2021/2022 – Educação – Volume I, Norte. *Nota: a fonte utilizada só dispõe de informação para o continente.*

Em todos os territórios considerados e em todos os níveis de ensino, em 2021/22, diminuiu o número médio de alunos/as por computador nas escolas, relativamente ao que existia em 2011/12. O mesmo se verifica no número médio de alunos/as por computador com internet. Com a exceção de um ligeiro aumento tanto no número médio de alunos/as por computador como número médio de alunos/as por computador com internet, no ensino secundário. Em ambos os casos, de uma forma geral, estamos perante um aumento do número de equipamentos por cada estudante.

Rede e localização de equipamentos escolares e número de docentes

No concelho existem três estabelecimentos de educação/ensino não superior, organizados em Agrupamento de Escolas: a Escola Básica e Secundária de Melgaço (escola sede), a Escola Básica da Vila e a EB1/JI de Pomares. Estas funcionam em centros escolares, com instalações e equipamentos considerados adequados e apropriados para o desenvolvimento da prática pedagógica e atividades lúdicas de recreio. Dispõem de instalações desportivas (pavilhões gimnodesportivos), refeitórios, bibliotecas escolares, estão apetrechadas com vários equipamentos tecnológicos e informáticos, possuem acesso à Internet e têm diferentes espaços verdes. (retirado da página web do Agrupamento de Escolas de Melgaço, <https://ebsmelgaco.com/wordpress1/>).

Quadro 66 Número de estabelecimentos escolares por nível de ensino

Territórios	Nível de ensino									
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	6.812	5.731	5.221	4.015	1.170	1.181	1.516	1.415	937	969
Norte	2.462	1.921	1.866	1.332	374	388	516	482	329	339
Alto Minho	150	112	105	85	27	27	41	32	32	31
Melgaço	3	3	2	2	1	1	1	1	2	1

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual. Última atualização: 2024-07-12.

No campo da Educação Pré-Escolar, três estabelecimentos de ensino, um é de oferta privada e os outros dois de oferta pública. Quanto à localização: os estabelecimentos de oferta pública situam-se no Centro Escolar de Pomares e no da Vila. O estabelecimento de oferta privada pertence a uma IPSS (a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço) e situa-se na freguesia da UF de Vila e Roussas.

Entre 2011 e 2023, em Melgaço, verifica-se a redução de um estabelecimento no ensino secundário, o que se explica pelo facto do polo de Melgaço da EPRAMI, que tinha cursos profissionais de nível III (ensino secundário) ter deixado de ter oferta. De acordo com informação local, a redução do número de alunos/as, logo da procura dos cursos, poderá ter-se constituído na razão principal do encerramento desta oferta formativa. Entretanto, de acordo com a Diretora do polo da EPRAMI (em reunião a 25-06-2021) desde 2017 que passaram a trabalhar em articulação com a Escola Secundária, competindo a esta gerir os cursos e à EPRAMI assegurar a componente tecnológica (Diagnóstico Social de 2022). De registar ainda que a EPRAMI se tem centrado, desde a

data da sua criação, em 1993, na oferta de educação de adultos, domínio que tem reforçado a sua justificação, quer em contextos de mais baixa escolaridade, quer por oferecer oportunidades formativas ao longo da vida (Diagnóstico Social de 2022).

Relativamente ao ensino superior há um estabelecimento de ensino superior politécnico público, que pertence ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo e que está sobretudo direcionado para as áreas do desporto e lazer, servindo outros concelhos para além de Melgaço. Para tornar mais acessível a frequência do estabelecimento, há transporte garantido para os/as estudantes que dele necessitem.

Projetos e Atividades do Agrupamento de Escolas de Melgaço

O Relatório Anual de Atividades 2021/2022, do Agrupamento de Escolas de Melgaço, indica o conjunto de atividades realizadas. As iniciativas, que se encontram listadas abaixo e organizadas por Departamento Curricular, traduzem a dinâmica escolar, a sua relação com a comunidade e também a atualidade e pertinência dos assuntos abordados na formação de crianças e jovens.

DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR	Receção e acolhimento aos alunos
	Dia Mundial da Alimentação
	Comemoração do Dia de São Martinho
	Vamos Reduzir, Reciclar...Reutilizar
	Conhecer o Garrano
	Hora do conto "O lobo que não gostava do Natal"
	Natal Ecológico
	Festa de Natal
	A Porta vai à escola: "Conhecer, valorizar e proteger"
	Miocárdio
	Carnaval
	Comemoração do 25 de abril
	À descoberta da Vida Dulciaquicola
	Reduzir, Reciclar, Reutilizar
	Festa de final de ano letivo

DEPARTAMENTO DO 1º CICLO	Receção dos alunos
	Dia Mundial da Alimentação
	Estranhões e Bizarrocos – Espetáculo de teatro-dança
	Conhecer o Garrano
	São Martinho
	Natal é aqui
	O estado do mundo
	A Porta vai à escola: "Conhecer, valorizar e proteger"

	Carnaval
	O dia em que os lápis desistiram
	Dia Mundial da Criança
	Dia Mundial do Ambiente e Dia mundial da Saúde
	Atividade “É necessário responder”
	Encerramento do ano letivo
	Visita ao castelo de Guimarães

EBS – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E EXPERIMENTAIS	Dia Mundial da Ciência
	Hora do Código
	Construção de Sonda Robótica
	Construção de carrinho de controlo remoto
	Comemoração do Dia do PI
	Canguru Matemático sem Fronteiras
	Comemoração do Dia Mundial da Energia
	Construção de mini turbina eólica e de uma bomba de água para rega horta biológica

DEPARTAMENTO DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E MOTORAS	Exposições temáticas na escola – Sustentabilidade e Natureza
	Educação para os Media
	Corta-mato escolar
	Torneio de Futsal
	Devolução de um abutre ao seu meio natural
	Naturalmente Melgaço
	Visita ao Soalheiro Parceria horta da escola/espécies de aromáticas

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	Memória e esperança: trazer à memória as vítimas do Covid19 e homenagear os cuidadores
	Semana da Alimentação
	Onda Rosa
	Elipse
	Torneio de Retórica: Semana dos Direitos Humanos e da Inclusão
	Semana Ubuntu
	Viagem à Pré-História
	Dia Internacional de Vivermos Juntos pela Paz
	Parlamento dos jovens do Secundário
	Atividade Intergeracional e interdisciplinar sobre Saúde e Ambiente

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa
	Semana dos direitos Humanos e da Inclusão
	Dia da Consciencialização do Autismo
	Vamos falar sobre como fazer a paz
	Visita de estudo – Universidade do Minho
	Visita de estudo à feira Qualifica
	Workshops para encarregados de educação
	Histórias Inspiradoras – Estratégia Nacional da Cidadania e Desenvolvimento
	Competências socio-emocionais
	Oficinas da Brincadeira
	Ações de sensibilização: Igualdade de género, violência no namoro, métodos de estudo e gestão do stress, prevenção rodoviária
	Formação de docentes e não docentes
	Visita à Lagoa de Bertandos e Museu do Brinquedo – Ponte de Lima
	Programa de orientação escolar e profissional “9º ano e agora?”

	Projeto de Literacia Emergente “A caminho do 1º ciclo”
	Oficina de Leitura e escrita
	Rastreio de competências da linguagem e fala
	Orientação escolar e profissional 12ºano
	Sessões de informação com Enc. de Educação
	Orientação escolar e profissional 11ºano
	Programa “Eu e os Outros”
	Programa Mentoria para Tod@s

DEPARTAMENTO DE LINGUAS	Dia da Hispanidade
	Comemoração do “Dia de Muertos”
	“Carte Postale digital de Noel”
	Chandeleur
	S. Valentim
	Francophonie
	Visita de estudo a Coimbra e Mafra
	Payassu – Pe António Vieira
	Visita de estudo a Lisboa

BIBLIOTECA ESCOLAR	Mês Internacional das bibliotecas
	Comemoração do Halloween
	Dia da Internet Mais Segura 2022
	Dia Mundial da Poesia
	Miúdos a Votos
	Feira do Livro – Escola Básica da Vila
	Semana de Leitura/Feira do livro
	Crescer com a Leitura
	Ler com a Biblioteca
	Leitura em família “Leitura em vai e vem”

PROJETOS – SAÚDE ESCOLAR – ECO ESCOLA	Filme
	Projeto: Escolas Livres de Tabaco
	Tu podes: escreve, previne, informa! – Tabagismo
	Liga Portuguesa Contra o Cancro
	Rastreio Obesidade
	Gabinete de Informação ao Aluno (GIA)
	Missão Pijama _ Dia Mundial do Pijama
	Educação Ambiental – separação de resíduos e alterações climáticas
	Semana dos Afetos
	PASSE – Programa Alimentação saudável em Saúde Escolar (pré-escolar e 1º ciclo)
	+
	Super saudáveis
	PRESSE – Programa regional Sexual em Saúde Escolar
	Dia Mundial da Luta Contra a SIDA
	Concurso Ecovalor
	Escola Eletrão – Eco escolas
	Observatório da criança e jovem de Melgaço
	Projeto “Sonecas em Ação” (Dormir + para Ler Melhor)
	Projeto SOBE+
	Projeto sobre educação financeira “No poupar está o ganho”

Na área curricular de Cidadania e Desenvolvimento, que se estrutura em disciplinas nos 2º e 3º CEB, e como área curricular transversal nos restantes ciclos de ensino, foi

desenvolvido um total de 10 domínios, de entre os estabelecidos na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, que resultou num total de 31 atividades, conforme a listagem abaixo:

Área	Nº de Atividades
Direitos Humanos	5
Igualdade de Género	3
Interculturalidade	2
Saúde	6
Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	7
Instituições e Participação Democrática	4
Media	1
Literacia Financeira e Educação para o Consumo	1
Risco	1
Prevenção Rodoviária	1

Docentes

Os recursos docentes de que se dispõe são uma componente importante na análise da educação e formação, uma vez que têm um papel central no processo de ensino aprendizagem, na gestão técnico-pedagógica, mas também na função de interlocução com a comunidade e instituições envolventes.

Quadro 67 Número de docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino

Territórios	Nível de ensino									
	Total		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico – 3.º Ciclo e Ensino Secundário	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	174.953	149.816	18.284	17.346	33.044	31.360	34.086	22.976	89.539	78.134
Norte	61.047	50.107	6.00	5.799	11.352	10.266	11.853	7.597	31.842	26.445
Alto Minho	3.940	3.360	373	350	704	689	772	555	2.091	1.766
Melgaço	109	94	10	8	19	19	20	22	60	45

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI. Última atualização: 2024-07-12.

O quadro anterior documenta comparativamente o número de docentes em exercício e permite constatar uma diminuição do número total de docentes de 2011 para 2023 (expectável também pela diminuição do número de alunos/as), sendo que a diminuição se reflete maioritariamente nos ensinos pré-escolares, básico do 3.º ciclo e secundário.

No ensino básico – 1.º ciclo mantém-se o mesmo contingente de docentes, 19, e o ensino básico – 2.º ciclo aumentou em 2 docentes.

Tanto em 2011 como em 2023, todos/as os/as docentes são do ensino público, com exceção de duas educadoras de infância que pertencem ao ensino privado, segundo informação da PORDATA.

A feminização na educação persiste como elemento caracterizador e é indicativa também do potencial para prolongar ou contrariar o tradicional perfil maioritariamente feminino das docentes neste setor.

Quadro 68 Docentes do sexo feminino em % de docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, total e por nível de ensino

Territórios	Nível de ensino									
	Total		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico – 3.º Ciclo e Ensino Secundário	
Anos	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020
Portugal	76,7	78	98,7	99,1	86,3	87,0	72,3	72,1	70,4	71,7
Norte	75,9	77,6	99	99,3	84,7	85,8	71,6	72,2	70,0	71,6
Alto Minho	71,9	73,3	98,9	98,8	83,7	82,2	65,5	70,4	65,0	65,9
Melgaço	72,5	74,2	100	100	78,9	73,3	75,0	86,7	65,0	66,0

Fonte: PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/ME-MCTES. Última atualização: 2021-11-04.

Em linha com o que acontece nos restantes territórios aqui considerados, em Melgaço, a taxa de feminização dos docentes é muito elevada tanto em 2011 como em 2020.

A taxa de feminização da docência na educação pré-escolar é total em Melgaço, quer em 2011 quer em 2020, mantendo nos restantes territórios, nos dois anos analisados, percentagens muito elevadas.

A taxa menos elevada de feminização verifica-se, em ambos os anos e para todos os territórios, no 3º CEB e Ensino Secundário, ou seja, à medida que se avança no nível de ensino e, portanto, na sua especialização, vai-se encontrando mais homens na profissão (1º CEB: monodocência, apenas 3 grandes áreas de conhecimento; 2º CEB: pluridocência, áreas disciplinares; 3º CEB e Secundário: pluridocência, disciplinas).

Os níveis de ensino cujas idades dos/das alunos/as são mais baixas (ou seja, dos 3 aos 12 anos) são mais feminizadas do que os níveis de ensino cujas idades dos/as alunos/as são maiores (dos 13 aos 17/18 anos). Esta tendência evidencia a tendência de atribuir maioritariamente às mulheres a função de cuidar da infância.

No concelho de Melgaço, em 2023, no ensino superior, contrariamente aos ensinos básico e secundário, só existem 9 docentes do sexo feminino num total de 36, sendo assim, a taxa de feminização significativamente baixa, de 25%. Em todos os territórios verifica-se a existência de um maior número de docentes homens, mas sem as proporções observadas em Melgaço, no entanto não se pode fazer uma análise comparativa entre os territórios, pois, em Melgaço, a oferta de ensino superior é reduzida e apenas numa área de formação (Desporto e Lazer). Assim, a área de formação de ensino superior pode ser um fator de explicação da inversão verificada na taxa de feminização quanto aos outros níveis de ensino e quanto à disparidade relativamente aos restantes territórios.

Quadro 69 Número de docentes do ensino superior: total e por sexo

Territórios	Sexo		
	2023		
	TOTAL	Masculino	Feminino
Portugal	31.737	17.076	14.661
Norte	9.786	5.163	4.623
Alto Minho	461	243	218
Melgaço	36	27	9

Fonte: INE/ DGEEC. Última atualização: 2024-02-21.

Relativamente à faixa etária de docentes do ensino superior, em 2023, realça-se o facto de haver uma concentração de 80,6%, nas faixas etárias dos 30-39 anos e dos 40-49 anos, sendo que acima dos 59 anos a concentração de docentes é menor correspondendo a 16,7%. Mais uma vez isto pode ser explicado pelo tipo de oferta formativa superior, que, sendo nas áreas de desporto e lazer, talvez seja vista como mais consentânea com idades mais baixas e mais associadas a atividades fisicamente mais exigentes.

Quadro 70 Número de docentes do ensino superior, total e por grupo etário

Territórios	Grupos etários					
	2023					
	Total	Menos de 30	30-39	40-49	50-59	60 ou mais
Portugal	31.737	1.985	5.355	9.477	9.419	5.501
Norte	9.786	759	1.848	2.920	2.937	1.422
Alto Minho	461	21	72	189	123	56
Melgaço	36	1	13	16	5	1

Fonte: INE/DGEEC. Última atualização: 2024-02-21.

A condição etária, apresentada no último quadro, faz com que o índice de envelhecimento dos docentes do ensino superior (isto é, o rácio de professores com 50 ou mais anos por 100 professores com menos de 39 anos) seja, em Melgaço, de 42,9%, muito abaixo dos índices observados para os restantes territórios (onde se verificam índices de envelhecimento muito próximos, ou acima, de 200%).

Quadro 71 Índice de envelhecimento dos docentes do ensino superior, rácio, 2022

Territórios	Ensino superior
Portugal	203,0
Norte	174,9
Alto Minho	192,5
Melgaço	42,9

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGEEC/MECI – Estatísticas dos Recursos Humanos do Ensino Superior (a partir de 2019). Última atualização: 2024-02-09.

O papel da educação no desenvolvimento pessoal e social é um dado incontroverso e, por isso, a sua importância na leitura das realidades sociais. A caracterização apresentada visa apropriar as dimensões centrais da educação e formação, procurando socorrer-se dos dados mais recentes. O confronto entre esta realidade e a perceção dos atores constitui-se num exercício que fica possibilitado, a partir da caracterização elaborada.

Com base nas vertentes descritas e analisadas anteriormente, ressaltam os aspetos que se deixam enunciados, os quais se constituem em retrato e sugestão de investimentos futuros.

Em suma

Tendo em conta os dados apresentados, pode-se concluir que:

- Houve uma melhoria do nível de escolaridade da população residente em Melgaço, entre 2011 e 2021;
- Ocorreu uma melhoria do número de residentes com a escolaridade completa, desde 1981 até 2021;

- A população sem escolaridade desceu para metade, desde 1981, apesar de ser a mais elevada a nível regional e nacional;
- Duplicaram os detentores do ensino médio e superior;
- Ocorreu uma diminuição global de alunos: de 1071 para 698, entre 2011 e 2023;
- Houve um aumento do número de mestrados e especializações, sem qualquer registo de doutoramentos;
- Presença de estabelecimento de ensino superior, com bons níveis de frequência e de resultados, com dominância de diplomados do sexo masculino, representado 70,9% e as diplomadas do sexo feminino representam 29,1%;
- Ocorreu uma diminuição significativa de taxa de retenção e desistência, seguindo a tendência nacional;
- O ensino secundário continua a ter a maior taxa de retenção, com 2,9%, em 2023, comparativamente com os outros níveis de ensino, contudo tem vindo a diminuir ao longo dos anos letivos. O ensino secundário tem também o maior número no que diz respeito à taxa bruta de escolarização;
- Existe um menor número de alunos/as por computador e computador com internet;
- A localização dos estabelecimentos é muito concentrada;
- Não há informação disponível de oferta de Educação e Formação de Adultos, desde 2015.

4. GRUPOS/SITUAÇÕES DE ACRESCIDA VULNERABILIDADE

É conhecido que a condição de vulnerabilidade está desigualmente distribuída entre indivíduos, grupos e territórios, daí que um exercício diagnóstico deva identificar as situações conhecidas mais ou menos declaradas.

Neste capítulo, são referidas algumas situações que atravessam as preocupações profissionais e cívicas de alguns agentes e entidades locais. O objetivo passa sobretudo, pela sua identificação, a carecer de uma caracterização mais em profundidade, trabalho que se deixa proposto.

Em complementaridade aos dados já reportados que caracterizam socio demograficamente alguns dos grupos específicos importa destacar as situações de particular vulnerabilidade vividas por estes grupos, pelo que se deixam sublinhadas possíveis áreas de intervenção social.

Pessoas em situação de pobreza

A pobreza é hoje reconhecida como um problema complexo, pois é condicionada por dinâmicas múltiplas, cumulativas e intercruzadas, que vão desde as tendências económicas globais até aos níveis salariais de uma região, das mudanças no mercado de trabalho, à exclusão social, entre outras. Assim, alerta a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (2022), *“parece não bastar olhar para a dimensão dos baixos rendimentos, decorrentes do desemprego (subemprego ou inatividade), ou para a questão das baixas qualificações, que inviabilizam a integração plena na sociedade e no mercado de trabalho (...) há que somar a análise do difícil acesso à primeira habitação, à saúde (tantas vezes fragilizada), à proveniência e permanência em territórios e/ou comunidades estigmatizadas, aos baixos índices de participação cívica, à baixa autoestima, ou à ausência de um projeto de vida e de esperança no futuro. Cada um destes elementos não existe isoladamente e só uma abordagem integrada permitirá uma maior aproximação à compreensão do problema”*.

Faz sentido determo-nos um pouco do que se fala quando colocamos o problema da pobreza no centro da análise, designadamente quando se trata de privação material

severa. Trata-se de um conceito-mensuração composto por um conjunto de 9 itens, alguns dos quais ainda questionáveis. Trata-se de um aferidor que inclui, entre outras, as seguintes componentes: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada sem recorrer a empréstimo; b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe a cada 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter máquina de lavar roupa; g) capacidade para ter televisão a cores; h) capacidade para ter telefone fixo ou telemóvel; i) capacidade para ter automóvel. Esta sugestiva definição, é um importante ponto de partida para avaliar os agregados para além dos rendimentos disponibilizados em todos os contextos territoriais, permitindo aceder a formas concretizadas de vulnerabilidade.

Mesmo sem se deter pleno conhecimento da tradução a nível concelhio desta complexidade, é certo que as pessoas, agregados e territórios pobres estão ao alcance do conhecimento dos serviços públicos, das instituições de solidariedade e dos agentes e entidades locais, mesmo quando só acedem às expressões mais ocultas do problema.

Uma das grandes contrariedades no enfrentamento da pobreza é a tolerância social ao problema, traço que é tanto mais presente quanto se trate da pobreza de mais longa data, persistente, intergeracional, em modo que parece ser uma circunstância natural e inelutável.

Não se dispondo de elementos quantitativos acerca dos rendimentos, para a dimensão municipal, existem ainda assim dados que permitem equacionar este problema como um problema existente e resistente. Os rácios de desigualdade do rendimento bruto declarado e do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal em 2022, presente em INE - Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS: 2022, podemos verificar a distribuição de rendimentos a nível municipal que seguem uma distribuição semelhante à verificada no domínio nacional tornando possível conjecturar uma taxa de risco de pobreza similarmente proporcional. Atendendo que o rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal, a nível municipal é inferior às demais dimensões territoriais (NUTS I, NUTS II e NUTS III) a e ao considerar que esta taxa de risco de pobreza tem sido

recentemente balanceada em torno dos 20% da população, então poderíamos ter uma realidade concelhia acima dos 1500 residentes pobres (cálculo sobre os 7773 residentes recenseados). A ideia sai reforçada ao verificar a distribuição do rendimento bruto declarado dos agregados fiscais por município, em 2018.

A presença no espaço do concelho da pluralidade de agremiações de vária índole (de solidariedade, de convívio, culturais), associada aos dados existentes nos diversificados equipamentos e serviços, oferece-se como uma base essencial que conhece para além das famílias e agregados “tradicional e insistentemente” pobres. Assim, se abrem possibilidades de captar situações em condição de empobrecimento e desafiar intervenções adequadas antes dos dispositivos de fim de linha, isto é, quando as situações de pobreza se estabilizam e perduram (e resistem a intervenções de alcance insuficiente).

Crianças e jovens

As crianças e jovens nem sempre foram socialmente consideradas como sujeitos de direitos, noção esta que vinga sobretudo a partir do século XX. Vários são os documentos que desde então se ocupam das condições necessárias para a salvaguarda dos direitos das crianças e jovens e da qualidade dos contextos que contribuem para o seu bem-estar, seja a família, a escola ou a comunidade. A defesa do superior interesse da criança constitui-se numa orientação recente, mas de largo espetro na garantia das suas condições essenciais de vida. São notórias as consequências que novas conceções e novas visões têm tido nas condições de vida e bem-estar em múltiplas dimensões da vida das crianças, designadamente ancoradas em novas medidas de política e novas práticas. Todavia, importa reconhecer problemas que têm bloqueado uma mais plena concretização dos direitos consagrados.

A pobreza tem-se constituído como um problema particularmente penalizador da vida das crianças e jovens, pois sujeita-as a condições indignas de vida presente e, diz-nos o conhecimento acumulado nesta matéria, hipoteca o seu futuro, dos seus descendentes e pares. *“A pobreza infantil tem, pois, consequências negativas que se podem refletir na vida adulta, uma vez que as crianças têm menos probabilidades de acederem a*

oportunidades educativas, de terem acesso a serviços de acolhimento, de saúde, alimentação e habitação adequados, apoio familiar, proteção contra maus-tratos e violência e veem também o acesso a atividades recreativas e eventos culturais mais dificultado” (Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, ENCP, 2022).

Em Portugal não obstante os progressos que têm vindo a garantir às crianças melhores níveis de bem-estar, elas continuam a ser um grupo particularmente vulnerável à pobreza, constituindo-se num dos elos da transmissão intergeracional dessas situações. O documento referido chama ainda a atenção para o facto de que falar de pobreza na infância e nos jovens impõe que se fale também da pobreza dos agregados e dos contextos territoriais de proveniência e de vida.

Segundo, de acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (INE), no início de 2021 existiam quase 1,5 milhões de crianças com menos de 16 anos das quais 10,7% pertenciam a agregados familiares em privação material e social. Com intuito de mitigar o problema, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) visa contribuir para a planificação da intervenção do estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

No caso do município, impõe-se perguntar “Qual a tradução a nível concelhio das situações de vulnerabilidade na infância e juventude?” O último relatório da CPCJ deixa elencadas algumas das razões da sua intervenção: situações de negligência na saúde; desajuste na escola; violência doméstica; exposição ou ação em comportamentos associati; défice de acompanhamento familiar.

Registe-se uma referência muito citada por informantes e agentes locais por relação à necessidade de se melhorar o exercício da parentalidade e as respetivas competências. Trata-se de área de intervenção transversal a muitos serviços e estruturas e como tal deveria ser tratada, isto é, não dispensar ninguém, seja no âmbito dos serviços públicos e particulares, de contribuir para patamares melhorados.

A CPCJ acompanha anualmente vários processos, não apenas visando crianças e jovens, mas também os respetivos agregados familiares e as comunidades de inserção dos mesmos. De entre os processos acompanhados com medidas de promoção e proteção,

é dada primazia à intervenção em meio natural de vida que envolve e trabalha muito diretamente com as respetivas famílias.

O relatório de atividades mais recente, de 2023, aponta para 19 reportes de crianças em perigo sinalizados por forças de segurança, estabelecimentos de ensino, ministério público, segurança social, estabelecimentos de saúde, anónimos e pela própria mãe nas categorias de abuso sexual, comportamentos que afetam o seu bem estar e desenvolvimento da criança/jovem, violência doméstica, absentismo escolar, consumo de estupefacientes, exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, ofensa física, ofensa física em contexto de violência doméstica e negligência do nível educativo ou ao nível da saúde.

Segue a evolução do número de processos ativos na CPCJ entre 2014 e 2023, registo este que melhor poderá ser aprofundado com recurso aos relatórios periódicos da CPCJ:

Quadro 72 Processos ativos na CPCJ, 2014 a 2023

Anos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Nº de processos ativos	25	21	22	24	13	13	17	21	21	19

Fonte: CPCJ Melgaço

O conhecimento e sinalização das situações de risco de crianças e jovens atravessa os serviços e os diversos profissionais, designadamente os que constituem a parceria em que se apoia o trabalho da CPCJ.

Jovens

A juventude é uma fase etária e social de múltiplas dimensões, designadamente quando se trata da transição para a vida adulta. A condição de pobreza dos/as jovens, estando muito dependente do seu enquadramento familiar, sofre também na resultante do tipo de transição que fazem entre o sistema de educação/formação e o mercado de trabalho. Vive-se a transição entre dependência e autonomia, a transição da escola-trabalho, a transição para família própria e a transição residencial. A crise do emprego tem perturbado estas transições, quer pelo desemprego, subemprego, pela precariedade de vínculos, o desajuste entre uma maior qualificação de habilitações e as ofertas de emprego.

Foram já referidas algumas das situações sinalizadas junto da CPCJ, das quais é possível refletir as dificuldades e desajuste nas transições citadas, mas também as trajetórias pessoais, que nem sempre preparam para os enfrentamentos necessários. O problema do *bullying*, não é exclusivo desta faixa etária, mas ganha aqui uma relevância particular. Apesar de não haver informação concelhia significativa, trata-se de problema cuja visibilidade não é imediata e suscita observação e acompanhamento.

Em Portugal, as taxas de desemprego dos mais jovens (16-24 anos) mantêm-se persistentemente superiores às dos adultos registando em 2023 uma taxa média anual de 20,3%.

População idosa

Várias são as razões pelas quais se pode inscrever a população idosa na categoria dos grupos vulneráveis. Relatórios acerca das condições de envelhecimento sem saúde, de isolamento familiar e social, apontam que, em 2020, cerca de um quarto da população idosa portuguesa (entre 65 e 74 anos) vivia sozinha, com recursos financeiros escassos, tinham dificuldades em aceder a serviços básicos, difícil mobilidade intra e extra habitações, entre outras. Combinado, resultam em formas de envelhecimento e de velhice inseguras e desprotegidas culminando numa participação social inferior à média europeia.

A importância dos estilos e da qualidade de vida para o estado de saúde e envelhecimento são realçados pela informação sobre a importância e peso das doenças não transmissíveis. Em Portugal, em 2019, as dores lombares (ou outros problemas crónicos nas costas), a hipertensão arterial e a artrose foram as que mais contribuíram para a perda de qualidade de vida na população idosa, com elevada contribuição para a carga de doença e para a mortalidade da população idosa portuguesa. Já as doenças do aparelho circulatório e os tumores malignos são aquelas que apontam para maiores taxas de mortalidade por 100 mil habitantes. Já as doenças do aparelho respiratório, são a quarta maior causa de mortalidade entre os grupos etários entre os 65 e os 84 anos e a segunda causa de morte mais frequente na população com 85 e mais anos.

Por isto, de forma a promover um envelhecimento com melhor saúde, menos incapacidades e melhor qualidade de vida devem ser reconhecidos os aspetos com maior fragilidade para a população idosa portuguesa, nomeadamente os que envolvem estruturas socioculturais, políticas, modos de organização social e económica e relações entre os diversos intervenientes.

Quadro 73 Proporção da população residente com 65 ou mais anos de idade (%) por Local de residência à data dos Censos, 2021

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Proporção da população residente com 65+anos de idade (%) (por Local de residência à data dos Censos - 2021)
Melgaço	42,5
Alvaredo	41,3
Couso	63,2
Cristoval	49,8
Fiães	56,9
Gave	55,6
Paderne	43,7
Penso	43,8
São Paio	41,1
União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	57,9
União das freguesias de Chaviães e Paços	46,3
União das freguesias de Parada do Monte e Cubalhão	51,6
União das freguesias de Prado e Remoães	41,1
União das freguesias de Vila e Roussas	31,1

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. (Última atualização: 2022-11-23)

De acordo com a informação censitária, 42,5% dos habitantes residentes possuíam 65 ou mais anos, o correspondente a 3.307 pessoas. Não se pode, sem mais, considerar que todas estas pessoas se encontrem estejam em situação de vulnerabilidade. Convém, todavia, ponderar este grupo com particular atenção, de forma mais preventiva, em modalidades de maior apoio assistencial, sempre que as circunstâncias o exijam.

A constituição da Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas (CMPPI) em 2014 decorre da constatação de que haveria situações de pessoas idosas que exigiam medidas reforçadas. De acordo com o Regulamento de Funcionamento, esta comissão propõe-se *“levantamento e sinalização das situações...de particular vulnerabilidade ...e mais carenciadas de apoio”* e, ainda, *“acompanhar e encaminhar as situações sinalizadas”*. Como dispositivos, a comissão conta com todos os serviços com competência nos problemas detetados, ações de sensibilização e informação, bem como trabalhos com os contextos de proximidade (famílias, vizinhos, comunidade). As situações identificadas

até ao momento são aquelas de mais visível precariedade (condições habitacionais indignas, más condições de nutrição e higiene, bem como de saúde e convívio).

Contextos onde continua a ser muito esperado e quase obrigatório o apoio familiar, são sempre mais tardios no reconhecimento das vantagens de formas de apoio complementares. Estas outras formas de apoio são frequentemente vistas como o fim de linha e, simultaneamente, como uma depreciação do papel da família. Deste ponto de vista, as comunidades rurais ou de influência rural são particularmente sensíveis e tendem a adiar, ou mesmo recusar, solidariedades complementares ao tradicional papel familiar e vicinal.

Saliente-se que a população idosa é maioritariamente feminina, o que podendo ter a vantagem de ser um grupo habitualmente mais lidado com as atividades de subsistência, tem o reverso de ser um grupo tendencialmente menos presente nos espaços públicos. De notar ainda que a população idosa é, por via de regra, o grupo menos escolarizado, cujas consequências hoje se agravam por força da informatização, logo também de equipamentos e serviços de primeira necessidade.

À atenção à velhice se associa também a atenção ao processo de envelhecimento que recomenda que se atente aos grupos mais novos e ao processo de como vão envelhecendo. A prevenção para um envelhecimento saudável é parte da agenda do combate à vulnerabilidade da mais idade.

A estigmatização pela idade (que alguns designam como idadismo) é um outro fator de vulnerabilidade que, entre outros efeitos, atribui em múltiplas vertentes a condição de incapacidade aos/às que se situam para além da idade adulta.

Imigração e grupos étnicos

De acordo com a caracterização sociodemográfica, o concelho, apesar de não ter um fluxo imigratório de relevo, acomoda um conjunto diversificado de residentes estrangeiros, cujas motivações e trajetórias serão igualmente distintas.

Em 2022, a nível nacional, um de cada três estrangeiros vivia em risco de pobreza ou exclusão social, problema proeminente junto dos oriundos de países extra-EU pelo que

a inserção de pessoas movidas pelas oportunidades laborais espera ser complementada por um conjunto de dimensões que acomodem as pessoas e lhes permitam viver em padrões adequados. Pode exemplificar-se com a existência de habitação, a acessibilidade a serviços públicos (designadamente no campo da saúde e educação), os espaços de convivialidade e facilitação cultural.

Melgaço tem sido tradicionalmente um concelho de emigração, experiência que pode ser facilitadora da apreensão dos requisitos da fixação e integração social.

O Gabinete de Apoio ao E/Imigrante é uma das iniciativas que colabora no atendimento e acompanhamento de situações e detém conhecimento consolidado das questões que lhe são colocadas. Esta experiência será também útil para desocultar os espaços de vulnerabilidade afetas às condições de migrante cujo objetivo resulta ser informar, apoiar e orientar nas diversas situações apresentadas pelos emigrantes ou imigrantes e contribuir para a resolução dos problemas e para uma melhor integração na nossa sociedade.

Deficiência e incapacidade

A existência de um grau de incapacidade constitui-se num traço de vulnerabilidade que se torna mais elevada quando se trata de incapacidade severa. O Observatório da Deficiência e Direitos Humanos espelhou no relatório "Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2023" que 62,3% dos indivíduos com deficiência enfrentariam risco de pobreza no ano de 2022 se não fosse pelo auxílio de prestações sociais e salienta que o abandono escolar é mais comum entre alunos com deficiência, 22,1% em 2020 para jovens entre os 18 e 24 anos. Estes dados exprimem em traços gerais as condições que envolvem as pessoas com deficiência e seus agregados, que justifica que se lhes associe a condição de vulnerabilidade.

A aproximação à dimensão das pessoas com deficiência do concelho de Melgaço é feita pelos elementos da APPACDM desde 1997 e no momento. Esta associação, neste momento, em 2024, tem 3 valências: Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI); Lar Residencial; e Formação.

A possibilidade de um atendimento de proximidade é um benefício de registar, mas não anula a importância do conjunto dos problemas vivenciados por um conjunto significativo de famílias melgacenses.

Acresce a este conjunto, as crianças e jovens apoiados pela via da designada educação.

Na tocante à estrutura das incapacidades, trata-se de questão do âmbito primeiro dos serviços de saúde locais.

Comportamentos aditivos: álcool e outras dependências

De acordo com informação disponibilizada pela Unidade de Saúde Pública local, as taxas registadas de abuso crónico de álcool e de abuso crónico de drogas são inferiores a 1%. No entanto, é reconhecido que esta taxa não traduz o valor real que possa existir no concelho, dado o carácter estigmatizante de ambos os problemas que leva, muitas vezes, à sua ocultação e não tratamento. Poder-se-ia ainda especular acerca da tolerância social que o abuso no consumo do álcool tem, o que poderá também contribuir para o baixo valor reportado.

Indignidade habitacional: dimensão e severidade

A condição habitacional é um elemento central na ponderação do bem-estar e da vulnerabilidade das pessoas e agregados. A habitação e assistência para os sem-abrigo constitui um Pilar Europeu dos Direitos Sociais e constitui o artigo 65º da CRP *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”* de forma a garantir a dignidade e os direitos da pessoa humana, em igualdade e sem discriminação.

O reforço das políticas públicas nesta matéria levou os municípios a identificar criteriosamente todas as situações de indignidade habitacional. O Decreto-Lei n.º 37/2018, Art.º 5, define que vivem em *“...condições indignas as pessoas que não dispõem de uma habitação adequada, residindo de forma permanente, nomeadamente, em situação de ... precariedade ... de insegurança e insalubridade ... de sobrelotação e*

de inadequação” (nesta última salientam-se as barreiras físicas de acesso e de circulação dentro dos espaços habitacionais).

A década de 2011 a 2021 verificou um incremento do número de alojamentos familiares clássicos em 3,34%. De 7583 habitações em 2011 para 7836 em 2021, ainda que acompanhado pelo aumento do número de habitações identificadas como vagas, de 318 habitações para 815 e o grande número de habitações na modalidade de habitação secundária, de uso sazonal, pelo que se encontram fora do mercado pressionando o mercado imobiliário a nível local.

Para fazer face aos problemas da habitação, os municípios assumiram competências no que respeita a transferência de competências na gestão dos programas de apoio ao arrendamento urbano e reabilitação urbana e no domínio da provisão de habitação social, prevendo a propriedade e a gestão de bens imóveis do parque habitacional da administração direta e indireta do estado e gestão do património público sem utilização, localizado no território do município assumindo um papel determinante para a provisão de alojamentos junto da população mais vulnerável, que não consegue aceder ao mercado habitacional.

Neste sentido, foram inventariadas 132 situações de precaridade habitacional, na Estratégia Local de Habitação e sujeitas a um programas de financiamento. Deste universo, 88 candidaturas eram referentes a beneficiários diretos, e as restantes soluções municipais.

Ao abrigo deste projeto, as habitações no domínio social do concelho de Melgaço foram alvo de obras de recuperação, renovação e preservação. Numa 1ª fase foram reabilitadas 6 habitações e as restantes 9 foram concluídas na 2ª fase da candidatura.

Foi também apresentado o projeto de aquisição de um imóvel situado na sede do concelho que trata ser um “imóvel em planta”, o qual nunca chegou a ser terminado e se encontra em avançado estado de degradação. Após obras de salubridade acolherá nove agregados.

De forma a dar respostas a novas situações de indignidade habitacional identificadas, surgiu a necessidade de realizar uma revisão à Estratégia Local de Habitação.

A atualização do diagnóstico identificou 34 novas situações que se traduzem num total de 62 pessoas, sendo que 25 são beneficiários diretos e 9 soluções municipais.

Em contexto, o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Direito à Habitação adquire cada vez mais uma posição relevante já que prioriza garantir o acesso a uma habitação adequada e a condições de vida dignas aos agregados familiares em situação de grave carência habitacional. O mesmo destina-se à concessão de apoio financeiro, concertando diferentes modalidades de financiamento alocadas aos atores públicos e assistenciais locais (municípios, empresas municipais, IPSS), para disponibilização de um leque diverso de soluções habitacionais a valores acessíveis ao universo dos destinatários e requalificação do seu parque habitacional degradado, procurando cobrir um vasto leque de intervenções.

Entre os vários projetos inseridos no Plano e Orçamento de Melgaço para 2024, a habitação surge como grande aposta dedicando-lhe 3,65% do orçamento, num total de cerca de 1,25 milhões de euros. No que respeita a Estratégia Local de Habitação para o quadro 2023-2030, o Município de Melgaço continua a assumir como prioritária a opção da reabilitação no conjunto das intervenções a levar à prática, opção assumida nas suas diversas dimensões, relacionadas com a conservação do edificado, eficiência material e energética, qualificação ambiental, desenvolvimento sustentável, ordenamento do território e preservação do património com coesão socioterritorial.

Violência doméstica e de género

O problema da violência doméstica e de género é um tema abordado transversalmente em várias políticas públicas, nomeadamente pelas implicações que tem com dimensões de proteção, de segurança, da justiça, do trabalho, etc.

No concelho de Melgaço, segundo a Direção-Geral da Política de Justiça, os crimes cometidos sob a designação “violência doméstica contra o cônjuge ou análogos” dão conta de um acréscimo, entre 2011 e 2023 (de 5 para 18 casos). Este incremento poderá, além do eventual incremento de incidências, estar associado a uma acrescida consciência social do problema levando a reportar um maior número de casos. Os informantes locais consideram que estes dados oficiais correspondem apenas aos casos

mais gravosos, pelo que este valor corresponde somente a ocorrências criminais detetadas ou levadas a conhecimento das autoridades policiais, pelo que seja possível a existência de um maior número de casos.

A tipologia usada não permite aceder ao que está incluído como violência de género, mas poderá intuir-se que são a maioria dos casos, a que se acrescentarão situações de violência contra idosos.

Este problema tem ocupado a agenda legislativa com muitas iniciativas com orientação de diversas agências internacionais. Apesar da vasta legislação internacional e nacional em matéria de igualdade e não discriminação, é incontornável que continuam a existir assimetrias entre mulheres e homens no mercado do trabalho e na conciliação com outras esferas da vida, o que requer um esforço. É concebidamente um problema envolto por vários mecanismos de ocultação que dificultam o seu enfrentamento. O contexto local, ao potenciar um conhecimento de maior proximidade com os problemas, tem tido um papel assinalável quer na informação, como na sensibilização em problemas existentes (mas de menor visibilidade) como tem sido o da violência de género.

Em suma

Neste capítulo deixam-se mencionadas algumas das áreas de vulnerabilidade e discriminação de onde ressaltam algumas linhas de forças, a saber:

- Risco de pobreza similarmente proporcional aos valores verificados a nível nacional, 20% da população, pelo que totaliza aproximadamente 1.500 residentes pobres;
- Limitada capacidade de conhecer a pobreza local visto que reporta um conceito complexo;
- O relatório de atividades da CPCJ, de 2023, aponta para 19 reportes de crianças em risco;
- Dos habitantes residentes, 42,5% possuíam 65 ou mais anos;

- Em 2020, cerca de um quarto da população idosa portuguesa vivia sozinha, com recursos financeiros escassos e dificuldades em aceder a serviços básicos, difícil mobilidade e resultam em formas de envelhecimento e de velhice inseguras e desprotegidas;
- Existência do Gabinete de Apoio ao E/Imigrante que garante o atendimento e acompanhamento de emigrantes e imigrantes e colabora na integração e informação em diversas situações;
- Estão identificadas baixas taxas de abuso crónico de álcool e drogas, inferiores a 1%;
- Foram identificadas 132 situações de precaridade habitacional, candidatas a um programa de financiamento, 1.º Direito - Programa de Apoio ao Direito à Habitação, e posterior revisão para integração/resolução de mais 34 novas situações;
- O número de crimes de “violência doméstica contra o cônjuge ou análogos” dá conta de um acréscimo, de 5 casos, em 2011, para 18 casos, em 2023.

5. PROTEÇÃO SOCIAL: COBERTURAS E ÂMBITO

A proteção social é um amplo campo de direitos e iniciativas de relevante significado na composição do bem-estar dos/das cidadãos/ãs e a sua concretização, a coberto designadamente do estado de bem-estar social, marca um novo patamar civilizatório na vida das sociedades.

A CRP afirma o direito de todos/as à segurança e à solidariedade social, consagrando no artigo 63º n.º 4, que *“O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”*. Para além de serviços públicos unificados e descentralizados, prevê-se ainda a atividade e funcionamento das instituições de solidariedade social e outras de reconhecido interesse público, que serão apoiadas e fiscalizadas pelo Estado.

A União Europeia, a par de outras entidades internacionais (OIT, OMS, ONU, etc.), tem ressaltado a importância de os estados-membros disporem de um nível adequado de proteção, quer traduzido em prestações pecuniárias, quer através de uma rede de bens e serviços de que devem dispor para a população.

A Carta Social Europeia defende que os seguintes direitos devem ser consagrados e garantidos: i) acesso a recursos suficientes pela via de assistência social e médica; ii) acesso a serviços sociais de qualidade; iii) proteção contra a pobreza e a exclusão social.

O sistema de proteção social atua ainda face à desigualdade de rendimento, com um propósito de uma melhorada redistribuição.

“Os indicadores de desigualdade dão conta que Portugal é um dos países da União Europeia com maiores assimetrias na distribuição de rendimentos entre a população, pese embora tenham sido alcançados progressos com significado neste âmbito.” (Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, 2021). Citando a mesma fonte: *“... antes da emergência da pandemia da doença COVID-19, na situação económica e social em Portugal observava-se uma dinâmica positiva da economia portuguesa que vinha recuperando da crise anterior. No final de 2019, o PIB real tinha registado o seu 25º trimestre de expansão ininterrupta. A taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos atingiu valores acima dos 76%, superando a meta dos 75% fixada na Estratégia*

Europa 2020 e a taxa de desemprego desceu para 6,5%, o valor mais baixo em 16 anos” (Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, 2021). Trata-se de um período em que o país estava gradualmente a corrigir muitas das suas fragilidades e desafios sociais e económicos, apesar de ainda subsistirem problemas estruturais. Mais recentemente, a perda de rendimentos tem, segundo alguns estudos, afetado uma parte importante da população. De facto, os agregados ressentem-se dos efeitos da crise pandémica, mas também resultado da guerra que contagia toda a Europa e a que se associa já uma crise inflacionária, com consequências ainda não completamente conhecidas.

Pensar em proteção social, significa antes de mais aceder ao nível de distribuição de rendimentos enquanto fonte primária dos meios e qualidade de vida da população.

Desigualdade de rendimento

Ponderada a desigualdade do rendimento, medida pelo rendimento declarado pela via do IRS, a que se refere o quadro 74, o concelho de Melgaço situa-se na posição mais desfavorável em todos os itens considerados. Na ponderação territorial, o concelho apresenta também o menor coeficiente de Gini, o que equivale a dizer que tem a maior distância entre a sua situação e o ponto (1) que define a igualdade de rendimentos.

Quadro 74 Indicadores de desigualdade do rendimento declarado no IRS, por agregado fiscal, 2021

Territórios	Agregado fiscal		
	Rendimento bruto declarado		
	Coeficiente de Gini	Desigualdade na distribuição do rendimento (P80/P20)	Desigualdade na distribuição do rendimento (P90/P10)
	%	N.º	
Portugal	45,7	3,5	8,2
Norte	44,6	3,3	7,6
Alto Minho	42,6	3,3	7,3
Melgaço	40,5	3,2	7,3

Fonte: INE - Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira. Última atualização: 2023-07-25.

As situações de desigualdade agravada de rendimentos é um ponderador fundamental que, só por si, sugere que se atente às fontes e causas onde radica a desigualdade apontada (tradicionalmente os salários e o acesso a outros rendimentos têm aí um papel crucial).

As transferências sociais têm tido um papel essencial, que é particularmente visível nos seus efeitos sobre a pobreza uma vez que, sem as transferências sociais, os níveis de pobreza, designadamente a pobreza monetária, seriam bem mais agravados. Segundo os mais recentes dados disponíveis, as transferências sociais (pensões, abonos e subsídios sociais) permitiram alcançar uma redução muito significativa da incidência da pobreza.

Garantias de proteção

Conhecer o número de trabalhadores que contribuem para a Segurança Social, é um indicador do potencial acesso a meios de vida complementares permanentes ou face a ocorrências mais ocasionais.

Em linha com o aumento de postos de trabalho verificado no período em análise, regista-se um acréscimo do número de trabalhadores inscritos e a contribuir para o sistema de Segurança Social.

Quadro 75 Número de trabalhadores a contribuir para a Segurança Social

Territórios	Beneficiários ativos	
	2011	2023
Portugal	4.460.152	5.222.872
Norte	1.490.657	1.726.650
Alto Minho	86.745	105.520
Melgaço	2.070	2.438

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-05-29

De notar que nem todos os registados com contribuição para a Segurança Social são trabalhadores por conta de outrem, o que deixa supor a existência de um número significativo (609) de trabalhadores no regime de trabalho independente ou por conta própria.

Quadro 76 Número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) a contribuir para a Segurança Social

Territórios	TCO com declaração de remuneração à Segurança Social	
	2011	2023
Portugal	3.441.117	4.475.036
Norte	1.169.529	1.481.723
Alto Minho	65.331	87.424
Melgaço	1.460	1.829

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-05-28.

Entre 2011 e 2023, no concelho de Melgaço, diminuiu o número de entidades empregadoras com declaração de remuneração para a Segurança Social (menos 32 entidades), situação que pode confirmar o alargamento de contratos como atividade independente.

Quadro 77 Entidades empregadoras com declaração de remuneração à Segurança Social

Territórios	Entidades empregadoras	
	2011	2023
Portugal	429.233	491.687
Norte	149.628	166.316
Alto Minho	10.000	10.360
Melgaço	305	273

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-05-29.

O serviço doméstico só tardiamente foi reconhecido como atividade com direitos de proteção social, o que ocasiona ainda hoje uma visível tolerância relativamente aos direitos laborais destes/as trabalhadores/as. No caso de Melgaço registe-se a existência, mas também a diminuição, do número de pessoas a coberto deste regime, circunstância que pode ficar a dever-se a muitos fatores, designadamente o de ser um trabalho com fracas condições laborais (salariais, de horários e outras garantias).

Quadro 78 Número de trabalhadores de serviço doméstico a contribuir para a Segurança Social

Territórios	Indivíduos com contribuição de serviço doméstico paga	
	2011	2023
Portugal	118 411	26 320
Norte	35 392	6 715
Alto Minho	2 603	882
Melgaço	90	32

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-05-29.

Pensões e pensionistas

Não obstante saber-se que é baixo o nível médio de pensões em Portugal (o que não pode ser desligado dos níveis salariais e da precaridade e segmentação das trajetórias laborais), as pensões constituem-se num antídoto de relevo para potenciais níveis de maior desproteção.

Diferentemente dos valores verificados para o nível nacional, para a Região Norte e para a sub-Região de Alto Minho, que registam aumento do número de pensões, Melgaço

registra decréscimo. De referir que esta tendência de diminuição se verifica nas duas modalidades de pensões assinaladas (da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações). No caso de Melgaço verifica-se, todavia, que salvaguardadas as devidas proporções, há uma maior diminuição no número de pensões pagas da Segurança Social do que resultantes de serviços públicos (talvez, entre outras razões, pela maior duração dos vínculos a estes serviços do que aos dos contratos de trabalho – cobertos pela Segurança Social).

Quadro 79 Número de Pensões: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

Territórios	Pensões					
	Total		Segurança Social		Caixa Geral de Aposentações	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	3.535.431	3.538.367	2.943.654	3.020.960	591.777	654.332
Norte	1.091.584	1.168.650	951.831	1.025.088	139.753	160.234
Alto Minho	81.859	82.362	71.860	71.486	9.999	11.917
Melgaço	3.347	2.674	2.892	2.230	455	437

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: ISS/MTSSS. Última atualização: 2024-07-16.

A análise das pensões no total da população concelhia, com 15 e mais anos, no período de 2011 e 2023, coloca Melgaço em perda de pensões (3,0 pontos percentuais), aliás em sentido inverso ao ocorrido nesse mesmo período a nível nacional, Regional e sub-Regional (onde se registam aumentos, respetivamente, de 0,2, de 1,8 e de 1,3 pontos percentuais), conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro 80 Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)

Territórios	Total de pensões		Pensões da Segurança Social		Pensões da CGA	
	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	39,4	39,6	32,8	32,6	6,6	7,1
Norte	34,9	36,7	30,4	31,7	4,5	5,0
Alto Minho	38,7	40,0	34,0	34,3	4,7	5,7
Melgaço	40,9	37,9	35,3	31,7	5,6	6,2

Fonte: PORDATA. Fontes de dados: ISS/MTSSS. Última atualização: 2024-07-16.

A tendência registada de perda do número de pensões (de velhice, invalidez e sobrevivência) parece contrariar a trajetória de envelhecimento da população, mas pode sobretudo associar-se à redução da população trabalhadora e da tendência para a saída do concelho quando a dependência ou doença determinam a necessidade de aproximação de familiares ou de unidades de cuidados externas. Nesta perda de

pensões pagas, registre-se prioritariamente o significado da perda de pensões no abaixamento de rendimentos disponíveis para idosos/as, pessoas com invalidez e viúvos/as (facto, talvez mitigado pelo declínio da população residente).

Quadro 81 Número de Pensões da Segurança Social: total, de velhice, invalidez e sobrevivência, 2011

Territórios	Pensões			
	Total	Velhice	Invalidez	Sobrevivência
Portugal	2.943.654	1.951.031	282.706	709.917
Norte	951.831	621.019	102.226	228.586
Alto Minho	71.860	47.028	7.906	16.926
Melgaço	2.892	2.073	274	545

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: ISS/MTSSS. Última atualização: 2024-07-16.

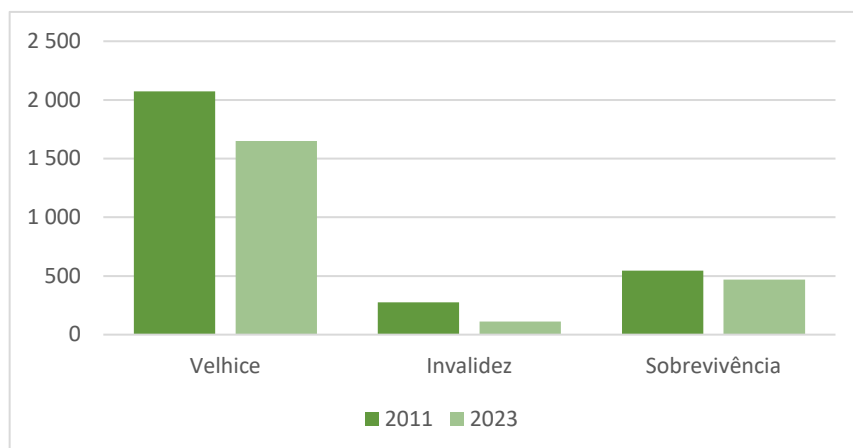
Quadro 82 Número de Pensões da Segurança Social: total, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, 2023

Territórios	Pensões			
	Total	Velhice	Invalidez	Sobrevivência
Portugal	3.020.960	2.117.487	162.472	741.001
Norte	1.025.088	723.846	57.006	244.236
Alto Minho	71.486	49.957	4.428	17.101
Melgaço	2.230	1.651	111	468

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: ISS/MTSSS. Última atualização: 2024-07-16.

Mais especificamente, também no número de pensões de velhice e sobrevivência, em Melgaço, sofre uma redução, aliás, em sentido inverso ao verificado no nível nacional, regional e sub-regional, tendência que contraria os efeitos do envelhecimento concelhio, conforme já foi mencionado. A diminuição em todos os níveis territoriais analisados do número de pensões de invalidez pode invocar razões de que são exemplo a melhoria dos índices de morbilidade, mas também a genérica tendência de diminuição da população. Em qualquer destes campos importaria saber, qual o tempo médio de duração destas prestações bem como a sua expressão pecuniária. O padrão dos benefícios sociais em Portugal é comparativamente menos generoso do que na média da UE, perfil que se associa, antes de mais, com os níveis salariais, tipo e duração das carreiras contributivas, mas também com o mais tardio e incompleto estabelecimento do estado de bem-estar, logo da maturidade dos benefícios garantidos aos/às cidadãos/ãs.

- *Gráfico 11 Número de pensões da Segurança Social: velhice, invalidez e sobrevivência, em 2011 e 2023*



As pensões detidas por beneficiário sofreram em Melgaço uma diminuição significativa, de 1,4 para 1, tendência registada a nível nacional e sub-Regional, embora nestes com menor expressão. Em 2020, o concelho dispõe de um rácio que é mais de 1/3 superior ao valor nacional.

Quadro 83 Pensões da Segurança Social por beneficiário, rácio

Territórios	Pensões por beneficiário	
	2011	2020
Anos		
Portugal	(R)0,7	0,6
Norte	0,6	0,6
Alto Minho	0,8	0,7
Melgaço	1,4	1,0

Fonte: PORDATA. Última atualização: 2021-07-13. Nota: (R) - Dados retificados pela entidade responsável.

Emprego e desemprego: medidas protetivas

O emprego é um outro direito social, cuja proteção integra os sistemas de bem-estar nas várias vertentes da sua prevenção, promoção e incentivo. A proteção no desemprego é uma das medidas mais consensualmente reconhecida. No período de 2011 a 2023, o número de subsídios de desemprego pagos pelo sistema da Segurança Social diminuiu em todas as escalas territoriais consideradas, fruto de uma combinação de fatores, a que não será alheia a melhoria da oferta de emprego bem como a redução do número de população em idade ativa.

Quadro 84 Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social: total e por sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	261.093	142.537	134.792	61.953	126.301	80.584
Norte	104.784	52.894	53.488	21.419	51.296	31.475
Alto Minho	4.792	2.309	2.406	987	2.386	1.322
Melgaço	48	41	27	19	21	16

Fonte: PORDATA. Fontes de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-05-28.

Mais uma vez neste item (% de beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos), Melgaço regista a mais baixa taxa de ambas as prestações analisadas, sendo que no subsídio social de desemprego verifica-se uma percentagem de 0,0%.

Quadro 85 Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos, taxa (%)

Territórios	Prestações de desemprego			
	Subsídio social de desemprego		Subsídio de desemprego	
Anos	2011	2023	2011	2023
Portugal	0,3	(R) 0,1	2,9	1,5
Norte	0,3	(R) 0,1	3,3	1,6
Alto Minho	0,2	(R) 0,0	2,3	1,1
Melgaço	0,1	(R) 0,0	0,6	0,5

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente e II/MTSSS. Última atualização: 2024-06-25. Nota: (R) – dados retificados pela entidade responsável.

Quando analisado o percentual dos beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social no total dos beneficiários ativos, constata-se que uma diminuição geral em todos os territórios, sendo que a diminuição em Melgaço corresponde a 0,9 pontos percentuais.

Quadro 86 Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social no total de beneficiários ativos, proporção (%)

Territórios	Beneficiários do subsídio de desemprego em % dos beneficiários ativos	
Anos	2011	2023
Portugal	6,3	2,7
Norte	7,4	3,1
Alto Minho	5,7	2,2
Melgaço	2,3	1,4

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-05-29.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) foi criado como medida de política social destinada a proteger os agregados e indivíduos cujos rendimentos baixos (ou

inexistentes) impediam o acesso a condições de vida básicas. Trata-se de uma prestação que, integrando a designada nova geração de políticas sociais, se propõe associar à atribuição de rendimentos, ações que promovam ativamente a inserção social e condições de autonomia.

De acordo com os dados disponíveis e conforme quadros abaixo, que permitem comparar 2011 com 2023, verificou-se uma redução muito significativa na atribuição do RSI (a rondar em média os 50%) em todos os contextos territoriais, mas contando na Região Norte e sub-Região do Alto Minho com uma redução mais acentuada. De salientar o registado em Melgaço que, em termos brutos, sofreu uma diminuição de 25 beneficiários, sendo sobretudo resultante da diminuição de mulheres beneficiárias (de 52 para 33). Nos homens verifica-se também uma diminuição, contudo menos expressiva, passando dos 40 para 34 beneficiários. Tal significa que em Melgaço, no último ano analisado, o número de homens beneficiários do RSI representa 51% do total atribuído destas prestações, representando as mulheres 49%. A revisão dos requisitos de atribuição, bem como a clássica condição feminina de dependência financeira consentida em zonas com características idênticas às de Melgaço, podem justificar um menor número de requerentes e de beneficiárias.

Quadro 87 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo

Territórios	Beneficiários do RMG e do RSI segundo o sexo					
	TOTAL		Masculino		Feminino	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	447.088	240.771	213.560	113.414	233.528	127.257
Norte	190.162	86.020	90.190	40.556	99.972	45.464
Alto Minho	5.291	2.703	2.490	1.359	2.801	1.344
Melgaço	92	67	40	34	52	33

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-04-17.

De salientar, que entre 2011 e 2023, ocorreu uma diminuição significativa dos beneficiários com faixas etárias com menos de 25 anos e entre os 25 e 39 anos e o oposto ocorreu em beneficiários com 55 ou mais anos, tendo aumentando em 12 beneficiários.

Quadro 88 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário, 2011

Territórios	Beneficiários do RMG e do RSI segundo o grupo etário				
	Total	Menos de 25	25-39	40-54	55 ou mais
Portugal	447.088	212.344	89.580	98.380	46.784
Norte	190.162	84.857	36.864	46.656	21.785
Alto Minho	5.291	2.177	898	1.339	877
Melgaço	92	30	11	24	27

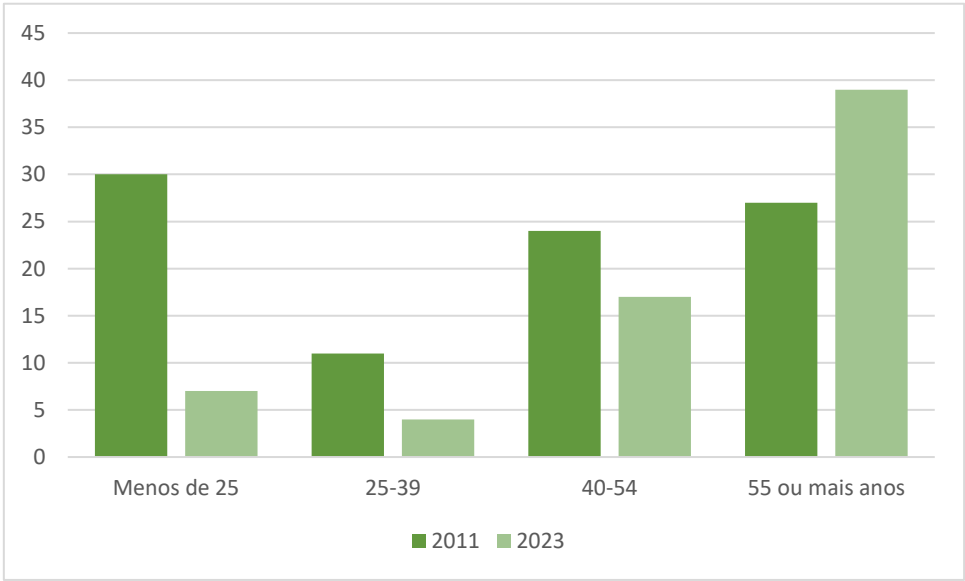
Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-06-06.

Quadro 89 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário, 2023

Territórios	Beneficiários do RMG e do RSI segundo o grupo etário				
	Total	Menos de 25	25-39	40-54	55 ou mais
Portugal	240.771	97.787	39.201	48.760	55.023
Norte	86.020	31.022	12.972	18.610	23.416
Alto Minho	2.703	876	398	549	880
Melgaço	67	7	4	17	39

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-06-06.

Gráfico 12 Beneficiários do RMG e do RSI segundo o grupo etário, 2011 e 2023, em Melgaço



Seguindo a tendência de redução da abrangência do RSI, entre 2011 e 2023, no conjunto da população, também a percentagem de beneficiários/as do RSI no total dos/as residentes com 15 e mais anos regista igualmente um decréscimo. A redução registada em Melgaço é a de menor expressão no conjunto dos contextos caracterizados, como podemos verificar no quadro 90. O perfil da população abrangida por esta medida é de agregados com rendimentos muito baixos (em 2012 era calculado que se situavam entre 100 e 200 euros). Uma das fragilidades do RSI é o montante do subsídio pecuniário

atribuído (devendo, apesar disso, registar-se o seu papel na redução da severidade da pobreza). É uma medida com notória estigmatização social, tendo uma fraca expressão numérica.

Da expressão relativa do RSI, os dois quadros seguintes, apresentam o peso muito mitigado do RSI, quer por relação à população em idade ativa, quer relativamente ao total de beneficiários ativos. Assim, no concelho, o RSI representa 1% da população com mais de 15 anos e 2,7% do total dos beneficiários ativos. O concelho de Melgaço regista em ambos os domínios, valores abaixo dos valores nacionais. A estigmatização social da medida tem contribuído para taxas significativas de *non-take up*, fazendo com que, nalguns contextos, seja encaminhada para um número mais reduzido de situações do que aquelas que teriam direito ao benefício.

Quadro 90 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)

Territórios	Beneficiários do RMG e RSI em % da população residente	
	Anos	
	2011	2023
Portugal	5,0	2,6
Norte	6,1	2,7
Alto Minho	2,5	1,3
Melgaço	1,1	1,0

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente, II/MTSSS. Última atualização: 2024-06-19.

Quadro 91 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total de beneficiários ativos (%)

Territórios	Beneficiários do RMG e RSI em % dos beneficiários ativos	
	Anos	
	2011	2023
Portugal	10,0	4,6
Norte	12,8	5,0
Alto Minho	6,1	2,6
Melgaço	4,4	2,7

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-06-19.

Na composição do RSI, enquanto medida de inserção social, está compreendida a possibilidade de financiamento eventual de despesas, às quais os/as beneficiários/as não possam comprovadamente fazer face. Esta subsídio eventual é também requerível por outros indivíduos não inscritos no RSI (através do Instituto da Segurança Social, ISS) com este mesmo sentido de acorrer a despesas inesperadas.

A infância é um domínio que integra as atividades de proteção social, desde logo, através do abono de família que está instituído como um benefício destinado à criança, podendo o beneficiário requerer a titularidade de vários/as descendentes ou equiparados. A trajetória deste benefício, conforme se compreende, segue de perto a redução verificada quer quanto ao número total de crianças, quer quanto ao número de crianças por beneficiário requerente (isto é, por família).

Quadro 92 Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados

Territórios	Beneficiários (Requerente)		Descendentes ou equiparados (Titular)	
	2011	2023	2011	2023
Portugal	916 570	806 168	1 391 937	1 205 248
Norte	369 425	279 829	541 2017	407 231
Alto Minho	21 334	16 992	31 727	25 298
Melgaço	585	371	818	531

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-04-22.

O quadro seguinte dá conta da melhoria registada no período em análise por relação à proteção na deficiência. Não havendo notícia de que a deficiência tenha tomado maiores proporções efetivas, o que parece poder intuir-se é um acrescido reconhecimento da condição existente de deficiência, assim como também do reforço protetivo entretanto desenvolvido.

Quadro 93 Subsídio de bonificação da Segurança Social a famílias com jovens portadores de deficiência, por titular

Territórios	Bonificação por deficiência	
	2011	2023
Portugal	83 698	92 406
Norte	39 069	42 740
Alto Minho	3 038	2 855
Melgaço	35	34

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-05-28.

O apoio por assistência de 3ª pessoa a crianças e adultos portadores de deficiência é um benefício mais cedo iniciado e, por isso, talvez mais estabilizado junto do universo populacional a que se dirige, o que pode justificar o modesto acréscimo de situações abrangidas entre 2011 e 2023, este aumento só não se verifica a nível nacional.

Quadro 94 Subsídio da Segurança Social por assistência à 3ª pessoa (crianças e adultos portadores de deficiência), por titular

Territórios	Subsídio por assistência à 3ª pessoa	
	2011	2023
Portugal	13 641	13 564
Norte	5 217	5 374
Alto Minho	214	222
Melgaço	...	4

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-04-22. Nota: ... - *confidencial*.

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) foi criada em 2017 e visa a adoção de um modelo de prestação única para a deficiência/incapacidade (substituindo a pensão social de invalidez, bem como o subsídio mensal vitalício). Esta prestação abrangeu em 2023, e a nível nacional, 155.122 pessoas. No concelho de Melgaço, o número de pessoas titulares da PSI eram 148, não se dispondo de dados da evolução registada desde a data da sua criação. Contudo, dos dados disponíveis, pode-se concluir que entre 2019 e 2023, ocorreu um aumento na atribuição desta prestação, a todos os níveis territoriais. Desconhece-se a tipologia de situações de pessoas com deficiência, dado indispensável para gizar quaisquer ações neste campo.

Quadro 95 Número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão

Territórios	Prestação Social para a Inclusão	
	2019	2023
Portugal	106.567	155.122
Norte	39.823	60.011
Alto Minho	2.804	3.959
Melgaço	127	148

Fonte: INE – Instituto de Informática. Última atualização: 2024-08-31.

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação financeira atribuída mensalmente pela Segurança Social, aos/às idosos/as pensionistas em situação de fragilidade económica, visando a melhoria dos seus recursos financeiros. Os baixos quantitativos das pensões têm nesta prestação uma mitigação financeira cujo montante máximo é fixado regularmente.

Refira-se que o CSI é uma das medidas que pode desempenhar um papel relevante para o combate à pobreza deste grupo de pensionistas quando vulnerável. Em 2023, a nível nacional abrangeu 169.251 pessoas, das quais 117.150 eram mulheres e 52.101 eram homens, informação de onde releva a fragilidade acrescida das mulheres em matéria da

proteção mínima, uma vez que representam o dobro dos homens abrangidos pela medida.

De acordo com os dados disponibilizados pelo ISS, o número de beneficiários/as do CSI em Melgaço no ano de 2021 foi de 278, número este que contrasta com os/as 421 beneficiários/as registado em 2012.

A diminuição da população no concelho, bem como o progressivo alargamento e melhoria de pensões de velhice e invalidez podem estar na origem desta redução do número de abrangidos/as, para além da inclusão de algumas situações de complemento financeiro no âmbito da Prestação Social para a Inclusão.

Outros apoios

O reconhecimento da insuficiência de alguns apoios inscritos nas políticas públicas, tem levado ao longo dos anos à implementação de mecanismos de compensação monetária, quer através de medidas permanentes e/ou temporárias de reforço pecuniário, quer através do fornecimento de bens e serviços. Atente-se, por exemplo, nas medidas de atualização reforçada das pensões mais baixas, como aos programas de assistência e distribuição alimentar, além de apoios para acesso à habitação e apoio medicamentoso. Apesar de em todas estas modalidades serem de particular incumbência do Estado central, os municípios e as organizações da sociedade civil têm tido uma ação complementar, que nalguns domínios é mesmo a única, quer pelo tipo de apoios, quer pela abrangência (que se pretende dirigida às necessidades e incentivos considerados localmente como mais adequados).

No caso do Município de Melgaço são diversas as linhas de apoio disponibilizado em situações e agravadas dificuldades, as quais serão enumerados a propósito das várias áreas caracterizadas.

Estas iniciativas municipais destinam-se a incrementar as condições de vida, complementando medidas de iniciativa nacional e favorecendo também a atratividade do território como um concelho bom para viver e que cuida dos seus residentes.

Apoio alimentar

A resposta a carências alimentares ocasionadas por insuficiência, quebra ou ausência de rendimentos, tem justificado a manutenção de apoios especificamente dirigidos a esta necessidade básica.

No concelho várias entidades desenvolvem esta atividade, cabendo a duas delas uma ação mais regular, a saber: a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Melgaço (CVP – Delegação de Melgaço) e a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço (SCMM).

A SCMM, integrada no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), atende pessoas e/ou famílias que se encontrem em situação de carência económica, de acordo com o conceito de carência económica aplicado pelo Instituto da Segurança Social, IP, no âmbito do subsistema da ação social. Presentemente, são 40 os apoios distribuídos em cabazes alimentares (entregues mensalmente), correspondendo a 73 municípios abrangidos. A identificação das pessoas em situação de carência económica cabe à equipa de Ação Social da autarquia, responsável pela referenciação para diversos apoios, designadamente o alimentar. Ainda nesta tipologia de apoio, a SCMM disponibiliza uma Cantina Social.

A CVP – Delegação de Melgaço, além de géneros que distribui de acordo com o que recolhe, tem ainda uma loja social que disponibiliza vestuário e calçado, roupa e utensílios de casa bem como livros e brinquedos. A autarquia disponibiliza uma trabalhadora que gere o espaço e procede ao atendimento de acordo com a referenciação municipalmente efetuada. Em 2024, a loja social atendeu 82 pessoas.

Para além destas, há entidades como as juntas de freguesia e/ou instituições locais de solidariedade que procedem também à identificação de necessidades e/ou distribuição de géneros e roupas. É o caso da SCMM que, na sua página *web*, informa a existência de uma Loja Social.

Rede de equipamentos e serviços

Os equipamentos e respetivos serviços constituem uma outra forma protetiva que, para além de iniciativas do Estado, conta também com as iniciativas da sociedade civil, muitas

delas designadas de IPSS, sempre que se fazem juridicamente reconhecer para efeitos de uma dada prestação de serviços, participada ou não pela respetiva tutela técnica.

De acordo com o registo recentemente atualizado, é a seguinte a disponibilidade de equipamentos sociais e serviços existentes a nível do concelho de Melgaço.

Serviços de Atendimento e Apoio à População

Na sequência do processo de descentralização em implementação progressiva, entendeu o Município de Melgaço assumir as competências na área da Ação Social, designadamente o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). Trata-se de um serviço de charneira no campo da Ação Social, quer pelo conjunto de atribuições em linha com a primazia das situações de maior vulnerabilidade social, quer ainda pelo seu potencial de apreensão da realidade social local. Em 2023 foram realizados 128 atendimentos pelas técnicas do SAAS.

Apoio a Cuidadores

Em novembro de 2019 a SCMM lançou o “Programa Lado a Lado”, um programa de apoio a cuidadores. Esta tem sido uma preocupação nacional, com amplo debate na sociedade portuguesa e expressão na sociedade civil que levou à publicação, em 2019, da Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, que aprovou o Estatuto do Cuidador Informal.

Apoio a Situações de Emergência

A SCMM, no âmbito da ação social, que considera um dos seus três eixos de ação prioritários, conta com um Centro de Emergência Social que inclui refeitório, balneário e lavandaria social.

Para a Infância e Juventude

- **Creche**

O concelho está munido com 41 lugares em creche, número que recentemente se tem revelado insuficiente, designadamente para reforço do apoio a pessoas vindas de outros países que conseguem emprego ou precisam de ter garantidas condições para ingressar

na vida laboral. De ressaltar, que neste momento esta resposta social se encontra com lista de espera de 12 inscrições e 3 pré-inscrições.

Posto isto, a SCMM viu aprovada a sua candidatura ao PRR - Novas gerações de equipamentos e respostas sociais, para remodelar o interior do edifício destinado à creche e jardim de infância pelo, que resultará num aumento da capacidade para 84 crianças.

- **Jardim de Infância e Pré-escolar**

Os equipamentos sociais existentes abrangem crianças dos 3 anos até à entrada no 1º ciclo do ensino básico.

No concelho, a capacidade instalada destes equipamentos é de 118 vagas, sendo distribuída por três estabelecimentos, dois públicos, pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Melgaço e um da rede solidária, pertencente à SCMM. O Centro Escolar da Vila tem a capacidade para 34 crianças, o Centro Escolar de Pomares tem capacidade para 34 crianças e o Jardim de Infância “1,2,3, era uma vez” com capacidade para 50 crianças.

- **CATL**

A SCMM tem também em funcionamento um Centro de Atividades de Tempos Livres, com a capacidade atual de 40 crianças da segunda infância. É a resposta social mais escassa no concelho, o que poderá associar-se não só à diminuição de população em geral e baixa taxa de natalidade, mas também devida à maior diversificação de atividades noutras das respostas que abranjam esta idade, designadamente pelo alargamento do seu horário diário de funcionamento.

Deficiência e incapacidade

As deficiências são comprovadamente um fator de pobreza, empobrecimento e vulnerabilidade o que se torna mais gravoso quando se trata de incapacidades severas.

Elencar o conjunto de prestações e apoios é não só um exercício de reconhecimento do existente, mas alerta também para as melhorias a alcançar.

A necessidade de dar coerência e sentido de continuidade às medidas dirigidas à população com deficiência, foi aprovada e está em execução uma Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. Há diversas medidas de iniciativa nacional abrangendo prestações financeiras, comparticipações para produtos de apoio, melhorias habitacionais e de postos de trabalho, no campo da educação e formação. Uma das dificuldades das medidas nacionais resulta da necessidade de serem plenamente acedidas, contrariando as perdas originadas pelas taxas de non-take-up. As ações de informação e apoio no acesso aos benefícios, continua a ter sentido para alcançar melhores níveis de sucesso das várias iniciativas, logo, reforçando o bem-estar dos/as cidadãos/ãs.

Para além e em complementaridade das medidas de âmbito nacional, registem-se as existências locais de apoio a este problema. A nível local existem apoios institucionais através das escolas públicas (na vertente da educação especial), das IPSS e sua ação regular e, da intervenção da APPACDM, designadamente pelas valências de CACI, de Lar Residencial e da Formação.

A APPACDM possui como resposta social dois Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão, com uma capacidade total de 63 clientes, um Lar Residencial que tem capacidade para 17 clientes e Formação para 14 clientes. De momento existe lista de espera em duas respostas sociais com 2 clientes para CACI e 16 clientes para Lar Residencial. Posto isto, foi aprovado pelo PRR - Novas gerações de equipamentos e respostas sociais o aumento da capacidade do Lar Residencial para 30 clientes, ou seja, um aumento de 13 vagas protocoladas.

Há ainda que referir, que a SCMM, possui a disponibilização de Produtos de Apoio, um serviço até agora mais conhecido como Banco de Ajudas Técnicas. A loja social da CVP – Delegação de Melgaço também dispõe igualmente deste tipo de apoios, administrados de acordo com a sinalização feita a partir da rede institucional.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

A CPCJ de Melgaço iniciou a sua atividade em 1995, pela Portaria n.º 613/95, de 20 de junho. Trata-se de um órgão de composição intersectorial e interinstitucional destinado privilegiadamente a atender a situações de risco ou perigo entre as crianças e jovens na

área territorial do concelho. A constituição desta Comissão integra representantes do Município, da Segurança Social, da Saúde, da Educação, Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, Guarda Nacional Republicana, 4 cidadãos/cidadãs designados pela Assembleia Municipal, Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Melgaço e Associação de Encarregados de Educação deste mesmo agrupamento.

Acresce ainda que a Comissão tem uma composição multidisciplinar, integrando profissionais de várias áreas e adota na sua operacionalidade a figura do gestor de caso, a quem são distribuídas as situações que deve acompanhar, promovendo a execução de medidas.

Tal como regulamentarmente previsto, a CPCJ organiza a sua atividade em duas modalidades: a comissão alargada e a comissão restrita. A coordenação da CPCJ tem sido desenvolvida em regime de alternância entre as várias entidades que a integram, sendo presentemente assumida pelo Município.

De acordo com informação da CPCJ, os principais problemas que suscitam a sua intervenção resultam de práticas parentais negligentes, comportamentos irregulares (designadamente por abandono escolar), problemas de saúde, maus-tratos físicos e psicológicos e exposição a comportamentos lesivos do desenvolvimento das crianças e jovens.

A responsabilidade de sinalização de situações compete a familiares, vizinhos e amigos, serviços públicos, autarquias, escolas e autoridades policiais.

Para idosos

À semelhança do que foi dito a propósito dos apoios às crianças, os equipamentos para a população idosa também se constituem em suporte de vida importantes com consequências para as respetivas famílias, nomeadamente favorecendo condições para a inserção laboral dos seus membros (em muitos casos, mulheres). A modalidade de equipamentos tem-se pluralizado em correspondência com uma leitura mais completa e adequada das necessidades desta população. Deixam-se identificadas as respostas sociais existentes no concelho.

- **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**

A ERPI foi uma das primeiras respostas sociais implementadas para proteção das pessoas idosas, destinada a situações de precariedade financeira e de ausente ou insuficiente retaguarda familiar ou vicinal. No concelho existem 3 ERPI's, com capacidade para 148 pessoas idosas, localizadas na União de freguesias de Vila e Roussas e Paderne. Recentemente foram ampliadas duas ERPI's do concelho, através do PARES 3.0, com uma capacidade de mais 52 vagas no total.

No que diz respeito a lista de espera, encontram-se um total de 25 pessoas a aguardar vaga para ingresso em ERPI.

Posto isto, foi aprovada duas candidaturas ao PRR - Novas gerações de equipamentos e respostas sociais, para a construção de duas novas ERPI's, com capacidade para 50 pessoas.

- **Centro de Dia**

No concelho existem presentemente 3 Centros de Dia com a capacidade de 80 lugares localizados nas uniões de freguesias de Chaviães e Paços, Vila e Roussas, Castro Laboreiro e Lamas de Mouro. Contudo, com as obras de construção do edifício para a ERPI de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, o centro de dia da mesma instituição irá encerrar, assim que receberem a autorização de funcionamento da ERPI, por parte do Instituto da Segurança Social. Passando assim, posteriormente, a somente existir 2 Centros de Dia com a capacidade para 35 utentes no concelho.

- **Centro de Noite**

Melgaço dispõe de um único centro de noite, com a capacidade de 8 utentes, localizado na união de freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro.

- **Centro de convívio**

No concelho existe um centro de convívio, com capacidade de 60 utentes, contudo somente tem acordo de cooperação para 39 utentes. Este centro situa-se na freguesia de Chaviães.

- **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**

A dispersão territorial e difícil orografia do concelho têm justificado esta modalidade de proteção para a população idosa. Melgaço dispõe de 3 SAD's, com capacidade de 146 utentes. Também para esta resposta social foram aprovadas ampliações da capacidade (aumento de 14 vagas no total).

- **Acolhimento Familiar**

O Acolhimento Familiar é uma modalidade que tem tido uma fraca expressão no conjunto das respostas sociais. Destina-se a atuar em contexto familiar no acolhimento de crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência ou incapacidades ou, ainda, no âmbito da doença mental.

O concelho tem em funcionamento esta resposta social com 3 pessoas em acolhimento familiar da Segurança Social (informação da CMM).

Programas e Projetos Municipais

- **Incentivo à natalidade e adoção**

Desde 2008 que o município instituiu uma prestação que visa apoiar a natalidade minimizando as despesas que um novo elemento significa para a família, seja por nascimento seja por adoção.

O valor do subsídio é de 500€ para o primeiro e segundo filho, ascendendo para 1.000€ a partir de terceiro filho. No ano de 2023 foram atribuídos 24 apoios num total de 13 000,00€.

- **Apoios para bens de primeira necessidade**

Os apoios para bens de primeira consiste numa comparticipação mensal para custear despesas de saúde, produtos de apoio e bens de primeira necessidade, até um limite máximo de 100 euros por mês ou 600 euros no decurso dos primeiros 6 meses. As despesas a apresentar nos serviços municipais devem ser feitas no comércio local. Em 2023 foram conferidos 114 apoios a 28 crianças, no valor de 11 155,68€.

- **Apoio a famílias numerosas e a Bombeiros Voluntários no ativo**

O município instituiu apoios para os consumos de água e taxas de saneamento e resíduos, reconhecendo o acréscimo de despesas face à dimensão das famílias e atendendo ainda aos fracos rendimentos salariais.

Posto isto, estão a beneficiar do apoio a famílias numerosas 7 famílias. E, no que diz respeito ao apoio aos Bombeiros Voluntários no ativo, estão a beneficiar 23 famílias deste apoio.

- **Apoio ao arrendamento / crédito à habitação**

As despesas com a habitação, em situações de comprovada incapacidade financeira, podem ser apoiadas, quer para o arrendamento, quer para o crédito à habitação. Em 2023, foram abrangidas 7 famílias, perfazendo um total de 665,92€ em apoios.

Há outra linha de apoio municipal, que diz respeito à habitação, que mais diretamente abrange os jovens, que é a isenção de taxas municipais, no caso de edificações (construção ou reabilitação), quando se destinam a primeira habitação própria. Pode-se dizer que é residual o número de casais jovens abrangidos por esta isenção de taxas, pois desde que a medida foi implementada em 2009 até 2023 foram abrangidos um total de 4 casais jovens, sendo que no ano de 2023 nenhum casal jovem foi abrangido por esta medida.

- **Incentivos à Formação**

Em vigor desde o ano letivo 2007/2008, o apoio à formação tem abrangido um número relativamente estabilizado de situações (entre 12 e 15 por ano) e destina-se a jovens (5 novos estudantes por ano) naturais ou residentes em Melgaço que frequentem o ensino superior público. O valor do apoio é decidido ano a ano pelo executivo municipal, vigorando os apoios pelo tempo de duração dos respetivos cursos frequentados. No ano letivo 2023/2024, foram apoiados 11 jovens num total de 30 400,00€.

- **Comissão de Proteção das Pessoas idosas (CMPPIM)**

A Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas de Melgaço foi constituída em 2014, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e adultos

dependentes de Melgaço, através da articulação, informação e promoção dos seus direitos e proteção. Destina-se ainda a difundir informação adequada, a agilizar os procedimentos para acesso a bens e serviços disponíveis e promover intervenções alternativas para apoio a pessoas idosas e adultas dependentes. Propõe-se atuar nas situações de isolamento, abandono, violência e maus-tratos, sinalizando, acompanhando e articulando com os serviços com competência nas várias dimensões de promoção de bem-estar e dignidade humana.

O âmbito territorial da CMPPIM é o concelho de Melgaço, sendo presentemente coordenada pelo município. A sua composição integra as seguintes entidades, através de representantes: Município, Segurança Social, Ministério da Saúde, APPACDM de Melgaço, Centro Interparoquial do Alto Mouro, Centro Paroquial e Social de Chaviães, Delegação de Melgaço da Cruz Vermelha Portuguesa e Santa Casa da Misericórdia de Melgaço. Em 2023, foram acompanhados um total de 12 idosos pelos técnicos da CMPPIM.

- **Cartão de Idoso**

Às pessoas idosas que o requeiram, é disponibilizado o “Cartão de Idoso” cuja titularidade reduz em 50% os preços e taxas praticados em espaços culturais, de desporto e lazer sob gestão municipal, a saber: piscinas municipais, Casa da Cultura, Núcleos Museológicos, Porta de Lamas de Mouro.

As pessoas idosas podem também aceder a outros benefícios disponibilizados pelo município designadamente na forma de subsídios pecuniários.

- **Apoio no domínio da saúde**

Este apoio está em vigor desde 2016 e trata-se de uma medida de apoio económico de carácter excecional e pontual, a agregados familiares carenciados, em matéria de saúde, para aquisição de medicamentos ou outros produtos destinados ao tratamento médico. O apoio a conceder poderá atingir o valor máximo de 100,00 € (cem euros) por apoio, num número máximo de 3 anuais, mediante apresentação do comprovativo de pagamento da despesa. Em 2023 foram atribuídos 2 apoios num total de 200,00€.

- **Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento**

O Programa Abem consiste na ajuda na compra de medicação por parte de pessoas em situação de carência económica, de forma a garantir que tenham acesso à medicação de que precisam. Este programa está implementado no concelho desde 2019. E no ano de 2023 de janeiro a outubro foram atribuídos 51 apoios ao abrigo deste programa, perfazendo um total de 5.940€.

- **Apoio à emigração/imigração**

O concelho de Melgaço registou ao longo de muitas décadas um movimento emigratório com destino a variados destinos. A própria circunstância a sua localização fronteiriça com o norte de Espanha incentivou as saídas de população, não só em movimentos pendulares, mas mesmo destinada à sua fixação.

Em anos recentes tem-se registado a entrada de população de outros países, associada a atividades laborais e de formação, mas também derivada de uma localização pós-vida ativa em contexto do que é considerado um concelho com notórias qualidades ambientais.

O Gabinete de Apoio ao E/Imigrante (criado em 2007), que funciona em parceria com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o ACM, Alto Comissariado para a Imigração, é uma das iniciativas que colabora no atendimento e acompanhamento de situações e que detém conhecimento mais consolidado das questões que lhe são colocadas. Desde 2008, encontra-se igualmente em funcionamento o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII). Esta experiência será também útil para desocultar os eventuais espaços de vulnerabilidade afetos à condição de migrante.

Quadro 96 Apoio a E/Imigrante: N.º médio de atendimentos por ano

Anos	Atendimentos Emigrantes por ano	Atendimentos Imigrantes por ano
2019	206	305
2020	207	262
2021	257	238
TOTAL	670	805

Fonte: Câmara Municipal de Melgaço (CMM)

Quadro 97 Número de atendimentos do Gabinete de Apoio ao E/Imigrante em 2023

Mês	Atendimentos Emigrantes	Atendimentos Imigrantes
Janeiro	16	21
Fevereiro	17	31
Março	25	27
Abril	14	25
Maio	23	26
Junho	29	27
Julho	27	27
Agosto	18	25
Setembro	23	26
Outubro	21	25
Novembro	26	29
Dezembro	17	19
TOTAL	256	308

Fonte: CMM

O facto de o número de imigrantes atendidos ser superior ao dos emigrantes poderá ser sinalizador da atratividade do município para acolher imigrantes e da inversão da tendência da redução populacional colmatando o saldo natural negativo que se tem vindo a verificar. Ainda no mesmo ano de 2023 podem ser apontados a abertura de 110 processos, em que mais de metade (63,6%) correspondia a imigrantes nacionais de países terceiros.

Registe-se a diversidade de assuntos colocados nos atendimentos, a saber:

- Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações (formulários para pedido de pensões de velhice, de viuvez, de orfandade, de doença, prestações familiares, etc.);
- Proteção social do Estrangeiro - Convenções bilaterais da Segurança Social;
- ASIC (Atribuição do Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesas);
- ASEC (Atribuição do Apoio Social a Emigrantes Carenciados das Comunidades Portuguesas);
- Equivalência e reconhecimento de habilitações literárias;
- Assuntos fiscais, ex: dupla tributação;
- Vistos de entrada em Portugal;
- Importação e legalização de veículos;
- Lei da Nacionalidade;

- Lei da Imigração;
- Registo de Cidadão Comunitários;
- Assuntos de: Emprego, Saúde, entre outros.

- **Projetos e redes**

A intervenção no campo da proteção social desenvolve-se também através de dispositivos de desenvolvimento e/ou animação comunitária, que tomam como referenciais de partida problemas ou necessidades locais.

O reconhecimento das vantagens do trabalho em parceria tem suscitado a sua concretização em projetos, programas, bem como em modalidades de articulação que tomam formas diversas, como é o caso, para a área da Ação Social, dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

O Município de Melgaço anima a Comissão Local de Ação Social (CLAS), de composição legalmente prevista (Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho) e que se propõe ser o órgão articulador das iniciativas no campo da Ação Social e mais especificamente do programa da Rede Social. Concretamente, o artigo 11º do Decreto-Lei já citado prevê que, a partir das CLAS e das Comissões Sociais de Freguesia (CSF), se desenvolvam *“as medidas necessárias à prossecução dos objetivos e das ações de intervenção, no âmbito da rede social”*. Estas são as finalidades atribuídas à rede social: *“a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais; b) Promover o desenvolvimento social integrado; c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos; d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI); e) Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento; f) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local; g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral”*.

Trata-se de um extenso mandato acometido aos municípios e às freguesias, cujo cumprimento se tem revelado muito díspar em termos nacionais.

- **Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)**

O Município de Melgaço com o necessário acordo do CLAS, nomeou o Centro Interparoquial e Social do Alto Mouro como entidade coordenadora local de parceria para promover as atividades da 5ª Geração no programa CLDS, que propõe: i) a promoção do Envelhecimento Ativo e ii) o apoio à População Idosa e Auxílio e Intervenção Emergencial às Populações inseridas em territórios afetados.

- **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (proposta de medidas de política social e económica)**

Em resposta à diversidade de campos de intervenção municipal e cumprindo funções na área do planeamento, mas também da comunicação e divulgação das iniciativas em curso e projetadas, o Município de Melgaço elabora anualmente (desde 2008) o designado Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS). Propõe-se ser “... *uma bússola na leitura das políticas de fixação de população, rejuvenescimento e solidariedade social prosseguidas pela autarquia*”.

Em suma

Percorrendo a traço grosso a caracterização diagnóstica neste campo da Proteção Social, é possível sublinhar alguns aspetos, a saber:

- Desigualdade de rendimentos;
- Transferências sociais:
 - Aumento do número de trabalhadores (em geral e por conta própria) com contribuições para a Segurança Social;
 - Em perda quanto ao número de pensões pagas, com consequências nos rendimentos disponíveis;
 - Diminuição (residual) do número de subsídios de desemprego;
 - Redução do número de beneficiários do RSI, sendo esse número mais evidente nas mulheres;
 - Diminuição dos beneficiários do CSI, passando de 421 utentes para 278;

- Apoios em espécie;
- Rede de equipamento e serviços com potencial de crescimento e diversificação;
- Equipamentos sociais padronizados e em processo de maior flexibilidade;
- Ações de parceria público-solidário;
- Apoios municipais: diversidade de complementos sociais
 - Incentivos no setor económico;
 - Apoio disponível para a e/imigração;
 - Dispositivos de articulação e coordenação com potencial de reforço;
 - Existência de espaços de representação de interesse, com potencial para incremento.

6. CARATERIZAÇÃO SANITÁRIA

A saúde está constitucionalmente consagrada como um direito, definindo o artigo 64.º n.º 1 da CRP que *“todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover”*. Considera, ainda, que esse direito é realizado *“pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito, pela criação de condições económicas, sociais e culturais que garantam a proteção da infância, da juventude e da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo”* (CRP, artigo 64.º, n.º 2).

Para assegurar este direito, o Estado é prioritariamente incumbido de garantir o acesso e a cobertura adequada em instituições e recursos humanos e materiais. Complementarmente, compete ainda ao Estado, entre outras, fazer cumprir uma gestão descentralizada e participada no serviço nacional de saúde (CRP, artigo 64.º, n.º 3).

É, como se depreende, extensa e complexa a concretização deste direito, que está tão imbrincado e dependente de outras condições de vida, sendo simultaneamente sua condição basilar de vida, mas por isso também podendo precarizá-la sempre que é insuficiente ou mesmo fraco nas atenções e cuidados que promove.

De referir ainda que o mandato do Serviço Nacional de Saúde está respaldado em documentos internacionais, como é o caso da Carta Social Europeia que, no seu Artigo 11º, define o compromisso dos Estados em três níveis fundamentais: i) na eliminação das causas de uma saúde deficiente; ii) na criação de serviços de consulta e educação para melhoria da saúde e da responsabilidade individual; iii) na prevenção de doenças epidémicas, endémicas, bem como os acidentes. (Carta Social Europeia revista, 1996).

Tem cabido à Organização Mundial de Saúde (OMS) uma conceituação da saúde como um composto de dimensões físicas, mentais e sociais, sublinhado o seu valor individual, mas também como bem coletivo.

Olhar com sentido diagnóstico para a realidade do concelho de Melgaço implica fazer sentido de variadas expressões de saúde (ou falta dela) através dos meios disponíveis e atualizados.

Mortalidade e morbilidade

A taxa de mortalidade sofreu variações significativas na última década com sentidos distintos entre a taxa bruta de mortalidade e a taxa de mortalidade infantil (ver quadros 98 e 99). No caso da primeira regista-se (entre 2011 e 2023) um aumento generalizado ao nível nacional, Regional, sub-Regional e concelhio. Em Melgaço este aumento equivale a um acréscimo de 7,6 pessoas por mil habitantes, que corresponde ao maior aumento comparativamente a todos os contextos analisados. O envelhecimento e longevidade são justificativos desta tendência que potencialmente se agrava com a redução da população residente.

Quadro 98 Taxa bruta de mortalidade por 1000 residentes

Territórios	Taxa bruta de mortalidade	
	2011	2023
Anos		
Portugal	9,7	11,1
Norte	8,6	10,1
Alto Minho	11,6	13,0
Melgaço	16,2	23,8

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE | Estimativas anuais da população residente (a partir de 1982), INE - Estatísticas de óbitos. Última atualização: 2024-06-18.

Diferente é a situação da mortalidade infantil, que tendo sofrido um decréscimo a nível nacional e regional, nessa mesma década, aumenta na sub-Região do Alto Minho (de 1,7 para 2,0). Em Melgaço mantem-se a ausência de mortalidade infantil.

Quadro 99 Taxa de mortalidade infantil (por 1000 crianças até 1 ano)

Territórios	Taxa de mortalidade infantil	
	2011	2023
Anos		
Portugal	3,1	2,5
Norte	3,1	2,0
Alto Minho	1,7	2,0
Melgaço	0,0	0,0

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE, Estatísticas de óbitos, INE, Estatísticas de nados vivos. Última atualização: 2024-05-20.

Ao considerar a totalidade de óbitos ocorridos em 2022, identificam-se como principais causas de morte em todas as unidades territoriais analisadas:

- Doenças do aparelho circulatório;
- Tumores malignos;
- Doenças do aparelho respiratório;

- Doenças do aparelho digestivo.

No concelho de Melgaço esta é também a hierarquização das causas de morte, registando-se que não há casos de tuberculose e de SIDA. Relativamente à tuberculose é conhecida a sua regressão; já quanto à SIDA restaria conhecer se esta inexistência de casos se poderá dever a fatores culturais que impendem ainda sobre o reconhecimento social da doença e dos/das doentes.

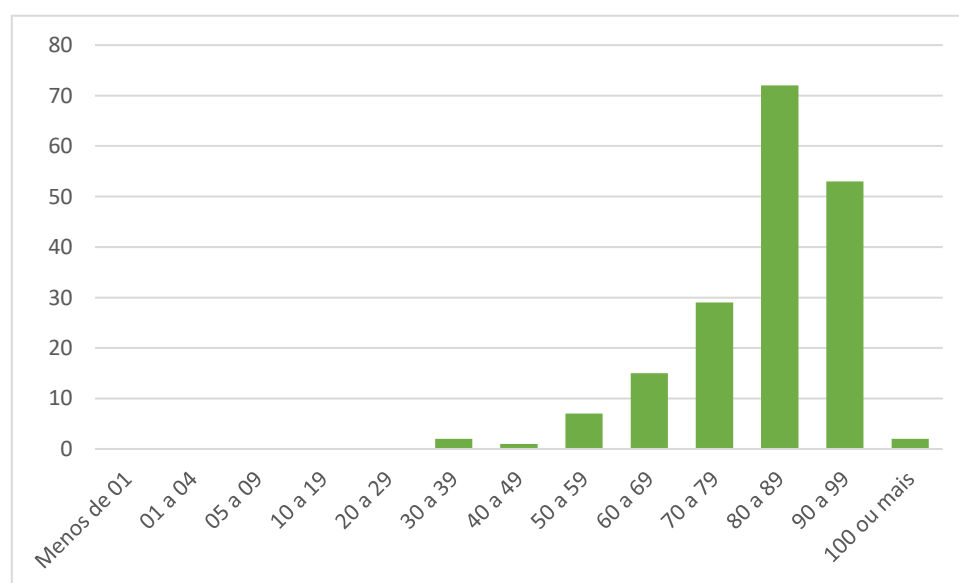
Quadro 100 Óbitos de residentes por algumas causas de morte em 2022

Causa de Morte	Diabetes	Tumores malignos	Doenças do aparelho circulatório	Doenças aparelho digestivo	Tuberculose	Doenças do aparelho respiratório	SIDA	Suicídio
Portugal	3.718	27.836	32.996	5.360	166	12.114	189	1.013
Norte	1.002	9.036	9.732	1.828	59	4.011	46	272
Alto Minho	96	738	955	142	4	318	3	17
Melgaço	7	34	52	12	0	17	0	1

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE | DGS/MS – Óbitos por causa de morte. Última atualização: 2024-06-17

Os óbitos de residentes analisados em função da idade ocorrem hegemonicamente nas faixas etárias mais altas, isto é, a partir dos 70-79 anos, sendo que entre os 60 e os 99 anos se verificam 93% das ocorrências. Em Melgaço, até aos 29 anos não há registo de óbitos. Este perfil poderá estar associado a vários fatores, entre os quais será de salientar as boas condições ambientais. O total número total de óbitos no concelho é 181, no ano de 2023.

- Gráfico 13 Óbitos de residentes, total e por grupo etário



A distribuição dos óbitos por sexo segue de perto a composição que se regista na população em geral, onde existe uma maior percentagem de mulheres por relação aos homens.

Quadro 101 Número de óbitos de residentes, total e por sexo em 2023

Territórios	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	118.295	59.261	59.034
Norte	37.204	18.883	18.321
Alto Minho	3.034	1.452	1.582
Melgaço	181	81	100

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE - Estatística de óbitos. Última atualização: 2024-05-17.

Uma informação indireta para aferição do nível de saúde/doença, é dada pelos subsídios de doença pagos pela Segurança Social, que têm por base de atribuição a existência confirmada de doença que incapacite por tempo determinado (apesar de variável).

No período em análise, entre 2011 e 2023, verifica-se um aumento do número de subsídios atribuídos em todos os contextos territoriais considerados, tendo uma maior expressão entre as mulheres.

No concelho de Melgaço, a distribuição por sexo confirma a mesma situação dos restantes territórios analisados, ou seja, existe um maior número de mulheres beneficiárias do subsídio por doença.

Quadro 102 Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social: total e por sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	541.205	814.069	218.287	339.053	322.918	475.016
Norte	212.341	327.714	89.985	140.220	122.356	187.494
Alto Minho	11.780	20.417	5.228	8.445	6.552	11.972
Melgaço	221	409	71	158	150	251

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: II/MTSSS. Última atualização: 2024-04-17.

Equipamentos e profissionais de saúde

O setor da saúde depende, como já anteriormente referido, de meios diversificados onde têm particular saliência os profissionais técnicos e não técnicos e os serviços de apoio técnico-administrativo. Para referir apenas alguns dos grupos profissionais mais diretamente ligados à prestação de serviços no campo da saúde, apresentam-se de

seguida dados atualizados sobre médicos/as, enfermeiros/as e farmacêuticos/as (quadros abaixo).

É notória a redução de habitantes por médico/a e por farmacêutico/a, o que tendo relação com o decréscimo da população em todas as unidades territoriais aqui caracterizadas, não deixa de se saldar num nível aumentado de recursos por habitante. Assim, o perfil do concelho de Melgaço segue de perto a tendência expressa de mais profissionais pelos residentes.

Quadro 103 Habitantes por médico e farmacêutico, rácio

Territórios	Habitantes por médico		Habitantes por farmacêutico	
	2011	2022	2011	2022
Portugal	246,9	(R) 173,3	888,9	(R) 636,8
Norte	259,9	(R) 170,0	1 100,5	(R) 750,5
Alto Minho	341,7	(R) 232,3	1 115,7	(R) 766,6
Melgaço	415,2	(R) 364,5	1 304,9	(R) 695,8

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE – Estatística do Pessoal de Saúde. Última atualização: 2024-07-08. Nota: (R) – dados retificados pela entidade responsável.

A tendência geral é de melhoria global do número de médicos, de enfermeiros e farmacêuticos na década, exceção feita para Melgaço, onde decresce o número de médicos e enfermeiros e apenas se verifica um acréscimo no contingente de farmacêuticos no concelho (embora se trate de um aumento inferior à proporção em que aumentaram na sub-Região do Alto Minho). De notar ainda que o envelhecimento significa, por via de regra, a necessidade de cuidados acrescidos, sobretudo se se trata de envelhecimento não saudável. Esta realidade ganha importância diagnóstica se articulada com a distribuição territorial destes recursos, bem como a acessibilidade implementada. As extensões geográficas associadas à significativa dispersão populacional não facilitam, de partida, uma localização adequada destes recursos, sendo conhecidas as assimetrias que criam no acesso e uso real da respetiva prestação de serviços.

Quadro 104 Número de médicos, enfermeiros e farmacêuticos

Territórios	Médicos		Enfermeiros		Farmacêuticos	
	2011	2022	2011	2022	2011	2022
Portugal	42.796	60.396	64.478	81.799	11.887	16.436
Norte	14.193	21.323	22.447	28.795	3.352	4.830
Alto Minho	715	1.000	1.515	1.716	219	303
Melgaço	22	21	31	30	7	11

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE – Estatística do Pessoal de Saúde. Última atualização: 2024-08-01.

Relativamente ao quadro 105, é de realçar só estarem incluídas as especialidades que, de entre as consideradas pela PORDATA, existem em Melgaço. Isto significa que outras especialidades consideradas na base de dados, como Cirurgia Geral, Estomatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Pediatria, Psiquiatria, têm existência no Alto Minho, mas não em Melgaço. Na composição por especialidade médica, constata-se o aumento, na década, de todos/as os/as especialistas e não especialistas. Contudo, no concelho de Melgaço, esta tendência é parcialmente contrariada, uma vez que se regista uma diminuição no número de médicos não especialistas, contudo um ligeiro aumento de médicos de medicina geral e familiar e de médicos dentistas.

Quadro 105 Número de médicos não especialistas, especialistas (por especialidades existentes no concelho) e dentistas

Territórios	Médicos					
	Não especialistas		Especialista/ Medicina geral e familiar		Dentistas	
Anos	2011	2022	2011	2022	2011	2022
Portugal	16.507	23.155	5.410	8.518	7.366	11.851
Norte	5.850	8.920	1.888	3.083	2.866	4.947
Alto Minho	366	490	131	193	149	249
Melgaço	16	9	5	8	3	10

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE – Estatísticas do Pessoal da Saúde. Última atualização: 2024-08-01.

A distribuição dos médicos/as por sexo exprime, para todos os contextos territoriais, uma maior presença feminina. Contrariamente à tendência geral, em Melgaço, existe mais um médico do sexo masculino.

Quadro 106 Número de médicos, total e por sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2011	2022	2011	2022	2011	2022
Portugal	42.796	60.396	21.046	25.774	21.750	34.622
Norte	14.193	21.323	6.935	8.767	7.258	12.556
Alto Minho	715	1.000	368	402	347	598
Melgaço	22	21	14	11	8	10

Fonte: INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde. Última atualização: 2023-07-31.

Farmácias e assistência medicamentosa

A tendência global a nível nacional, regional e sub-Região é de aumento dos estabelecimentos e serviços farmacêuticos, a par da redução da média de residentes abrangidos por estabelecimento, com exceção da sub-Região Alto Minho, neste ponto. O concelho de Melgaço manteve o número de farmácias e postos farmacêuticos móveis e diminuiu o número de habitantes por cada estabelecimento.

O lugar dos serviços farmacêuticos resulta enfatizado em situações de morbilidade aumentada, o que facilmente se aplica ao maior envelhecimento e longevidade da população. Será de considerar também que em anos recentes se tem assistido ao alargamento dos serviços prestados pelos estabelecimentos farmacêuticos, quer por acordo com o sistema público de saúde, quer ainda pela maior procura de responsabilidade individual.

Quadro 107 Número de farmácias e postos farmacêuticos móveis

Territórios	Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
Anos	2011	2023
Portugal	3.074	3.118
Norte	911	928
Alto Minho	65	69
Melgaço	3	3

Fonte: INE – Estatísticas das Farmácias. Última atualização: 2024-06-28.

Quadro 108 Habitantes por farmácia e posto farmacêutico móvel, rácio

Territórios	Habitantes por farmácia e posto farmacêutico móvel	
	2011	2023
Portugal	3.437,2	(R) 3.392,6
Norte	4.049,1	(R) 3.940,8
Alto Minho	3.759,1	(R) 3.383,3
Melgaço	3.044,7	(R) 2.535,7

Fonte: PORDATA. Fonte de dados: INE – Estimativas Anuais da População Residente. Última atualização: 2024-07-08.

A assistência no parto (bem como durante a gravidez) é um indicador de saúde importante, cuja prioridade de atenção tem contribuído para que Portugal melhore e consolide um nível de cuidados adequado (situação que chegou a ser de grande défice a nível nacional). Os dados disponíveis confirmam a prevalência de partos feitos em estabelecimento hospitalar, não havendo registo de partos no domicílio ou em outro local, no concelho de Melgaço. Este é um dado que permite presumir a garantia e exigência de cuidados de qualidade e de recursos básicos apropriados. A tendência relativamente recente de retomar os partos no domicílio, está hoje mais instituída em vários países, designadamente europeus, o que tem levado a acautelar condições habitacionais e de acompanhamento fornecidas pelos serviços de saúde. Tratando-se neste caso de uma prática respaldada por instituições e profissionais, que para isso têm de ter competências e meios.

Quadro 109 Número de partos por município de residência da mãe, segundo o local do parto

Territórios	2023			
	Total	Domicílio	Estabelecimento hospitalar	Outro local
Portugal	(Pro) 84.833	(Pro) 863	(Pro) 83.668	(Pro) 302
Norte	(Pro) 25.882	(Pro) 271	(Pro) 25.515	(Pro) 96
Alto Minho	(Pro) 1.512	(Pro) 22	(Pro) 1.480	(Pro) 10
Melgaço	(Pro) 29	(Pro) 0	(Pro) 29	(Pro) 0

Fonte: INE – Partos. Última atualização: 2024-06-19. Nota: (Pro) – dado provisório.

Ainda no campo dos apoios dirigidos à saúde dos/as residentes, o Município de Melgaço dispõe de diversas linhas de apoio, a saber:

- Incentivos à natalidade (já mencionados em capítulo anterior);
- Financiamento para aquisição de medicação;
- Apoio por parceria estabelecida com a Associação Dignitude (programa *Abem*);

- Apoios para modalidades de exercício físico e atividades sociais (já mencionadas no capítulo da Proteção Social) e para financiamento do consumo energético;
- Apoio alimentar e em espécie (bens diversos: roupa, equipamento doméstico, etc.);
- Incentivos para melhoria de alojamentos.

Cuidados de Saúde Primários em Melgaço

Em termos de equipamentos de saúde a nível distrital, o concelho é servido pela Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM), cuja sede dista cerca de 90 km; pelo Serviço de Urgência Básica em Monção, a 25 km e dispõe ainda de uma ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV), afeta ao INEM, a funcionar 24 horas.

O acesso em termos de cuidados de saúde primários desempenha uma função fundamental, sendo este tipo de cuidados de saúde, em Melgaço, assegurados por duas unidades funcionais: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) que, por sua vez, engloba a Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI). Estas funcionam nas instalações do antigo Centro de Saúde e servem as 18 freguesias que constituem o concelho. No mesmo edifício, funciona o Gabinete de Saúde Pública, Serviço Social e Gabinete do Cidadão.

- **Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)**

Vocacionada para a Saúde Familiar, esta Unidade tem uma estrutura idêntica à prevista para a Unidade de Saúde Familiar. Tem por missão a prestação de cuidados de saúde de forma personalizada, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos.

De acordo com informações prestadas por esta Unidade, no ano de 2022, são 8 605 os utentes ativos inscritos, com uma média de idades de 55,75 anos, sendo 51,22% mulheres.

À data de 14 de outubro de 2022, registavam-se 574 utentes sem médico atribuído e 11 utentes sem médico por opção própria, sendo que os médicos da Unidade têm, cada

um, um número de utentes compreendido entre os 1353 e os 1515, distribuídos da forma apresentada na lista abaixo:

Nº de utentes por médico (a 14/10/2022)	
Médico/a 1	1.410
Médico/a 2	1.461
Médico/a 3	1.366
Médico/a 4	1.353
Médico/a 5	1.515
Médico/a 6	1.473

De modo a caracterizar a atividade assistencial em saúde no concelho, é também analisado o número de consultas realizadas, sendo de sublinhar que os números apresentados nas listas abaixo se referem ao ano de 2021. Assim, nesse ano foram realizadas um total de 655 consultas de saúde materna; 1.262 consultas de saúde infantil, 346 consultas de saúde juvenil, e 28.157 consultas de adulto (11.202 a homens e 16.955 a mulheres, a que acrescem 43 realizadas, a estas, mas ao domicílio, e 25 àqueles, na mesma modalidade). Nas listas abaixo apresenta-se a discriminação das consultas realizadas por tipologia de consulta:

Consultas de saúde materna		
Planeamento familiar		286
Gravidez		351
Puerpério		18

Consultas de saúde infantil			
1ª consulta de vida			28
Vigilância	< 12 meses – 23 meses		390
	2 anos – 13 anos		792
Doença	< 12 meses – 23 meses		11
	2 anos – 13 anos		41

Consultas de saúde juvenil		
Vigilância	14 anos – 18 anos	286
Doença	14 anos – 18 anos	11
Exame global	5/6 anos	29
	11/13 anos	16
Exame	15 anos	4

Consultas de adulto	Homens	Mulheres
19 anos – 44 anos	1.351	2.396
45 anos – 64 anos	3.305	5.028
Com 65 ou mais	6.546	9.531

Para além das consultas listadas acima, durante o ano de 2021, e de acordo com a fonte já mencionada, foram também realizadas 5.168 consultas urgentes e 68 consultas ao domicílio, das quais 25 a homens e 43 a mulheres.

Dos dados disponibilizados, verifica-se que a tipologia de consulta que mais atividade assistencial tem é, sem dúvida, a consulta de adultos, e nesta, a consulta a pessoas com mais de 65 anos que, quer no caso dos homens, quer no caso das mulheres, alcança um valor superior à soma dos dois outros grupos etários de adultos aqui considerados. Se é plausível admitir que com o prolongamento da idade a situação de doença aumenta, o que pode ajudar a compreender o maior número de consultas nesta faixa etária, também é necessário atender à estrutura demográfica do concelho que, como se explicitou no início deste Diagnóstico, é fortemente marcada pelo envelhecimento da população. É ainda de registar que nas consultas de adultos se observa uma prevalência de consultas a mulheres, em todos os grupos etários, mas também com mais incidência no dos 65 e mais anos. Mais uma vez, este facto está diretamente relacionado com a dinâmica sociodemográfica do concelho que, tal como já foi apresentado, tem um índice de masculinidade de 79,3%, ou seja, por cada 100 mulheres residentes em Melgaço existem apenas 79,3 homens (conferir quadro 5).

No que diz respeito às taxas de prevalência de doenças, estas têm a configuração que se apresenta na lista abaixo:

Taxas de Prevalência (em percentagem)	%
Utentes com 0 Problemas de saúde	22,79
Utentes com 1 Problema de saúde	13,29
Utentes com 2 Problemas de saúde	9,08
Utentes com 3 Problemas de saúde	7,96
Diabetes	9,30
HTA	16,37
ICC	1,22
DCV	1,27
Neo Maligna	3,18
Asma	1,17
DPOC	1,00
Depressão	6,72
Ansiedade	4,48
Demência	0,47
Obesidade	6,95
Fumadores	4,72
Osteoartrose	9,21
Doença Renal Crónica	1,54
Dependentes Terceiros AVD	5,99

Das taxas de prevalência destaca-se, antes de mais, a existência de uma maior taxa de utentes inscritos que apresentam problemas de saúde (30,33%). Do mesmo modo, verifica-se que a morbilidade com maior prevalência é a hipertensão arterial (HTA), com uma prevalência de 16,37%, seguida da diabetes com 9,30% e da osteoartrose com 9,21%. Ainda que com alguma distância destes valores, é de assinalar a obesidade (6,95%) e a depressão, com 6,72%. Estes valores poderão estar na origem do projeto “Atividade” desenvolvido pela UCC, em parceria com outras entidades, tal como será referido mais abaixo.

Relativamente às taxas de cobertura vacinal, apresenta-se abaixo uma lista com os dados sintetizados.

Taxas cobertura vacinal	%
BCG	100
VHB (hepatite B)	93,80
TÉTANO	97,20
MenB (Neisseria Meningitidis B)	97,00
MenC (Neisseria Meningitidis C)	100
VASPR	99,10
Pn13 (Pneumococo)	100

A taxa de vacinação de grávidas contra o Tétano, Difteria e Tosse Convulsa (Tdpa) é de 96,9%. Relativamente à vacinação contra o HPV, regista-se uma taxa de 78,9% de homens vacinados e 84,9% de mulheres.

De acordo com informação prestada pela UCSP, as taxas indicadas referem-se à percentagem de utentes que deveriam fazer uma dose de vacina (qualquer uma dose) e que, efetivamente, a fizeram durante o ano de 2021. Estas taxas são virtuais, uma vez que o denominador inclui inscritos esporádicos, sendo expectável serem vacinados no seu Centro de Saúde (a vacina HPV é um caso paradigmático), mas que em termos estatísticos são aqui incluídos, pelo que as taxas reais são praticamente 100% para todas as vacinas. Por outro lado, quando se trata de números muito reduzidos, os dados percentuais são instáveis. Por exemplo, no caso da vacina VHB, as 6,2% de crianças que, teoricamente, não teriam recebido a vacina, correspondem a um número absoluto de duas. É necessário frisar também que o denominador é o número de utentes inscritos ativos, pelo que as taxas calculadas fazem referência a essa população concreta e aos casos registados.

- **Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)**

A UCC está inserida na estrutura orgânica dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) das Unidades Locais de Saúde (ULS) e depende diretamente do Diretor dos Cuidados de Saúde Primários da ULS.

É constituída por uma equipa de 5 enfermeiros e um assistente técnico a tempo inteiro. Dos enfermeiros conta com 1 especialista em saúde comunitária, 2 em reabilitação, 1 em saúde mental e psiquiatria e 1 enfermeiro generalista. Colaboram ainda com esta equipa profissionais de outras unidades, a tempo parcial, nomeadamente 1 enfermeira especialista em saúde materna e obstétrica, 2 médicos de medicina geral e familiar, 1 médico de saúde pública, 1 assistente social, 1 nutricionista, 1 fisioterapeuta.

A intervenção desta Unidade foi construída com base no diagnóstico de saúde efetuado, tendo em conta as necessidades identificadas da população do concelho de Melgaço, alinhada com o Plano Local de Saúde, as linhas orientadoras da Saúde Pública e o Plano da Unidade Local de Saúde do Alto Minho. Dela constam vários projetos, designadamente:

Projeto “Atividade”

Trata-se de um projeto no âmbito do envelhecimento ativo, aberto a toda a comunidade idosa, que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população idosa do concelho de Melgaço. Concretiza-se através de sessões semanais de exercícios físicos, adaptados e personalizados, orientados por um profissional de desporto, acompanhados e com supervisão da equipa de enfermagem. Tem lugar em vários centros nodais nas freguesias e no Centro de Estágios e pretende, através do exercício físico, contribuir para o controle da diabetes e da hipertensão, para o aumento da ingestão hídrica, bem como da comunicação e da autoestima, diminuindo a solidão e a depressão, que muitas vezes acompanham esta fase da vida. A assinalar como parceiros o Município, as Juntas de Freguesia, a Melsport, o CLDS, as IPSS e ERPI do concelho.

Projeto “Respirar Saúde”

Trata-se de um programa de reabilitação respiratória individual e com sessões em grupo, que ocorre nas instalações da UCC, com o objetivo de promover a educação para a saúde, considerando que as doenças respiratórias surgem entre as principais causas de morbilidade e mortalidade, com tendência para o aumento da sua prevalência. Dirige-se a utentes com Asma ou DPOC e seus familiares, referenciados pela UCSP de Melgaço ou outras entidades.

Projeto “Aproximar”

Este Projeto visa retratar a situação sanitária da comunidade, através da identificação dos seus problemas, necessidades, grupos de risco, para planejar, encaminhar e intervir em equipa multidisciplinar e em rede, com respostas integradas e adequadas à comunidade a que se destina.

Ocorre na UF de Castro de Laboreiro e Lamas de Mouro, porque é a freguesia mais distante do centro, isolada, com uma população muito envelhecida, e com menor acessibilidade ao Centro de Saúde e aos cuidados de saúde. Nas atividades do projeto estão incluídas sessões coletivas de educação para a saúde, relativas a problemas identificados, tais como a prevenção de quedas, cuidados com a toma de

medicamentos, promoção de uma alimentação saudável, vigilância de saúde e direitos e apoios sociais.

Programa Nacional de Saúde Escolar

A UCC, em parceria com a escola, de acordo com o levantamento de necessidades para o ano letivo e respeitando as diretrizes emanadas pela saúde pública, leva a cabo um conjunto de iniciativas, a saber:

PASSE – Programa de Alimentação Saudável em Saúde Escolar

Este Programa incide sobre comportamentos alimentares saudáveis e trabalha ainda outras determinantes da saúde, como a saúde mental, atividade física e saúde oral. Dirige-se aos alunos do Pré-Escolar e 1ºCEB. Promovido pela Administração Regional de Saúde do Norte, é coordenado pela Unidade de Saúde Pública do Alto Minho, dinamizado em colaboração com o Serviço de Nutrição da USP e em parceria com a Melsport.

PRESSE - Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar

Apoia a educação sexual nas escolas, através da realização de formação a professores para que estes intervenham com os alunos, em sala de aula. Tem como destinatários todos os alunos, desde o 1ºCEB até ao Secundário.

O **PRESSE GIA** é o **Gabinete de Informação e Apoio**, que desenvolve ações de informação, educação e comunicação no âmbito da educação sexual, e está aberto aos alunos, desde o 2ºCEB até ao Secundário. Promovido pela ARSN, é da responsabilidade da Unidade de Saúde Pública do Alto Minho.

PELT – Projeto Escolas Livres de Tabaco

Visa prevenir o consumo de tabaco, através da realização de formação de professores, para que estes intervenham com os alunos, em sala de aula, com o suporte de manuais elaborados para o efeito. É dirigido aos alunos do 3ºCEB. Promovido pela ARSN, é da responsabilidade da Unidade de Saúde Pública do Alto Minho.

PNPSO – Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral

Integra o projeto SOBE, e pretende valorizar a qualidade da divulgação no âmbito da saúde oral, aumentar o número de parcerias com as escolas e outras instituições, e aumentar o grau de perceção da importância que esta área da saúde tem para as famílias e crianças.

Anualmente, e de acordo com as candidaturas efetuadas pelas escolas em colaboração com a UCC e com a Unidade de Saúde Pública, são disponibilizados kits para a escovagem de dentes em meio escolar. Como forma de prevenção das cáries, para além da escovagem de dentes na escola, também se realiza a aplicação tópica do Verniz de Flúor, duas vezes por ano, em meio escolar, em parceria com a USPAM.

O **SOBJ** – Saúde Oral em Crianças e Jovens, destinado a crianças e jovens com 7, 10 e 13 anos, e dos 16 e 18 anos que frequentam as escolas públicas e IPSS, consiste na disponibilização de cheques-dentista, em articulação com as escolas que essas crianças e jovens frequentam, que são utilizados junto dos profissionais que aderem ao projeto.

Projeto “Mochila e postura amigas”

Promove a escolha de mochilas adequadas e a sua eficaz utilização pelos alunos da Educação Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º CEB e Secundário do Agrupamento de Escolas de Melgaço, bem como a adoção de posturas corretas nas atividades do dia-a-dia. Integra uma avaliação, faseada por nível de ensino e em vários anos, das mochilas, forma de utilização e peso (relacionado com o peso corporal). Conta com o envolvimento dos pais/encarregados de educação, professores e auxiliares de ação educativa.

Projeto “Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida”

Pretende dotar os elementos da comunidade educativa de Melgaço de conhecimentos e competências no âmbito dos Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida, por forma a poderem intervir em situações de emergência, prevenindo sequelas que poderão ser irreversíveis.

Projeto “Sonecas em Ação”

Tem como objetivo despertar, incentivar e promover o gosto pela leitura, associado à sensibilização da importância do sono e do seu contributo para o sucesso escolar. Para além de pretender fomentar o contacto com o livro e a criação de leituras sistemáticas, visa consciencializar os alunos e os pais sobre comportamentos saudáveis favoráveis à regulação do sono, contribuindo assim para percursos escolares regulares e bons níveis de literacia. É promovido pelo Agrupamento de Escolas de Melgaço, com a parceria da UCC.

Necessidades de Saúde Especiais

Consiste na referenciação à Equipa de Saúde Escolar de crianças e jovens que necessitem de qualquer tipo de intervenção no contexto escolar e envolve a articulação com a Equipa de Saúde Familiar. Pode ser iniciada pelos Serviços de Saúde ou pela Escola, pelo pai/mãe ou encarregado de educação ou por IPSS com intervenção na área da criança ou jovem com deficiência.

No âmbito da Intervenção Precoce, a Equipa de Saúde Escolar referencia as crianças e jovens para a Equipa Local de Intervenção (ELI) e vice-versa.

A Equipa de Saúde Escolar elabora o Plano de Saúde Individual, em articulação com os recursos dos serviços de saúde, envolvendo um elemento do estabelecimento de educação e ensino e pai/mãe ou encarregado de educação.

Projeto “Um Novo Ser” – Curso de Preparação para o Parto e Parentalidade

Constitui uma modalidade de intervenção a que todas as grávidas/casais têm acesso durante a gravidez. Tem como objetivo desenvolver a confiança e promover competências na grávida/casal/família para a vivência da gravidez, parto e transição para a parentalidade, incentivando o desenvolvimento de capacidades interativas e precoces da relação mãe/pai/filho.

Recuperação Pós-Parto

Os exercícios de recuperação pós-parto ajudam na recuperação do corpo, na sustentação da bexiga e do intestino, fortalecem a vagina e reduzem a probabilidade de complicações. Ajudam, ainda, na promoção da autoestima, confiança e aumentam a

sensação de bem-estar na puérpera. Nestas aulas tem-se também a oportunidade de se conhecer outras puérperas, havendo espaço para partilha de dúvidas e experiências.

Massagem Infantil

Tem como objetivo o alívio das cólicas do bebé, facilitar o sono e a circulação, estimular os sentidos, aumentar o vínculo e diminuir a ansiedade e a hormona do stress, favorecer a libertação de crescimento, melhorar a condição da pele, ajudar na maturação do sistema nervoso, relaxar e tonificar. Promove a segurança parental e o equilíbrio do sistema imunitário. Estas sessões são realizadas de acordo com a necessidade demonstrada pelas mães e a disponibilidade da enfermeira que lhe está afeta.

A UCC integra ainda:

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR), a Equipa para Prevenção da Violência em Adulto – EPVA, a Rede Social, a Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas de Melgaço (CMPPIM), e o Núcleo Local de Intervenção do Rendimento Social de Inserção/RSI/NLI.

Ainda a registar que a UCC se disponibiliza para receber alunos dos Cursos de Licenciatura, Mestrado e Pós-Graduação, sendo estes tutelados pelos profissionais que constituem a equipa da Unidade.

Internamente a UCC apresenta anualmente o seu Plano de Formação de acordo com as necessidades sentidas e participa em formações da ULSAM, conforme o seu plano anual.

- **Unidade de Saúde Pública (USP)**

A USP, após a reorganização dos Cuidados de Saúde Pública, modificou os moldes de atuação dos profissionais que o integram, sendo as suas atividades coordenadas a nível distrital e executadas, a nível local, pelas diversas Unidades Funcionais.

A nível do concelho de Melgaço o médico de Saúde Pública, como elemento da Equipa Local de Intervenção em Saúde Pública (ELISP), continua a desempenhar as suas funções como representante da saúde no conselho geral da escola e ao nível da sua colaboração na UCC, integra o NACJR, a EPVA e coordena para a Saúde Pública o projeto “Atividade”.

- **Gabinete de Serviço Social**

Em junho de 2005 foi integrado no Centro de Saúde de Melgaço o Serviço Social. De acordo com a circular normativa n.º 8, de 16 de maio de 2002, uma das atribuições do Serviço Social no contexto da saúde é envolver e orientar os utentes, famílias e grupos vulneráveis no autoconhecimento e na procura dos recursos adequados às suas necessidades. O Serviço Social assume, dentro das equipas de saúde, um papel ativo no sentido de ultrapassar e/ou minorar, junto do utente, família e/ou rede informal, situações de vulnerabilidade social, por impedimentos de ordem socioeconómica, psicossocial ou cultural, expressas ou latentes, que dificultam a prevenção, tratamento, cura e reabilitação dos doentes, tendo em vista a sua reintegração social.

Desenvolve a sua atividade em colaboração com as respetivas equipas clínicas das diversas Unidades Funcionais, isto é, com a unidade de cuidados de saúde personalizados (UCSP) e com a unidade de cuidados na comunidade (UCC).

Na UCC de Melgaço, a intervenção social foi dirigida para os seguintes projetos: ECCL, NACJR, EPVA, CLAS/Rede Social e CMPPIM.

Outra das funções deste gabinete de Serviço Social prende-se com o Gabinete do Cidadão (GC), cuja finalidade é receber sugestões, elogios, opiniões e reclamações dos cidadãos e prestar informações sobre direitos e deveres. Tem como objetivo melhorar o atendimento dos cidadãos, fomentar a humanização dos serviços, promover a eficácia e a qualidade e reforçar a acessibilidade.

O atendimento personalizado ao cidadão é efetuado preferencialmente pelo responsável do Gabinete do Cidadão, podendo em alternativa utilizar: i) Caixa de Sugestões; ii) Livro de Reclamações; iii) Correio postal e/ou eletrónico.

Em suma

Neste capítulo pode-se concluir que:

- Houve um aumento da taxa bruta de mortalidade: entre 2011 e 2023 e registou-se o maior aumento (7,2 pessoas por mil habitantes), comparativamente com o nível nacional, regional e sub-regional;
- Ausência de mortalidade infantil;
- As principais causas de morte são: doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, doenças do aparelho respiratório e doenças do aparelho digestivo;
- A percentagem de óbitos é 93% entre as faixas etárias dos 60 e dos 99 anos;
- Entre 2011 e 2023, ocorreu uma redução do número de habitantes por médico, por enfermeiro e farmacêutico (mais profissionais pelos residentes);
- Os médicos existentes no concelho são: medicina geral e familiar e dentistas;
- Diminuição do número total de médicos;
- Dos 29 partos realizados em 2023, a totalidade ocorreu em estabelecimento hospitalar;
- Número de utentes ativos inscritos na UCSP superior ao número de residentes;
- Maior número de consultas efetuadas com a população de 65 e mais anos de idade e, dentro desta, com as mulheres;
- Elevada taxa de vacinação;
- Maiores taxas de prevalência de hipertensão arterial, diabetes e osteoartrose, mas também relevância para a obesidade e depressão;
- Elevado e diversificado número de projetos desenvolvidos pela UCC, em parceria com outros atores da comunidade local;
- Projetos articulados com a morbilidade identificada;
- Preocupação em promover ações sanitárias de proximidade com comunidades do território mais isoladas e envelhecidas;
- Forte participação da Unidade de Saúde em projetos da comunidade escolar.

7. EDIFICADO E HABITAÇÃO

A habitação inscreve-se no conjunto de necessidades humanas básicas e a sua plena satisfação é um objetivo que tem sido difícil de alcançar. A sua consagração como um direito tem respaldo na Constituição da República Portuguesa onde se consagra que *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”* (artigo 65º, nº 1). Para o cumprimento deste direito, incumbe ao Estado conceber e executar uma política de habitação, promover a construção de habitações económicas e sociais, estimular a construção privada, bem como incentivar e apoiar iniciativas das comunidades locais e população. Trata-se de um bem essencial que tem registado aumentos significativos, quer na modalidade de compra, quer por arrendamento, o que tem contribuído também para um peso maior nos orçamentos familiares (designadamente nos agregados de rendimentos mais restritos).

A habitação é também consagrada no leque dos direitos sociais por entidades supranacionais, sendo afirmada, em todos os casos, como necessidade humana e social, cuja satisfação depende da atuação de agentes diversificados (entre os quais o Estado se configura como central, através dos seus diversos papéis, designadamente como promotor direto, financiador e/ou regulador).

Desde 1991 que a Carta Social Europeia define o compromisso dos Estados-membros para a efetivação do direito à habitação através das seguintes medidas: *“1) Favorecer o acesso à habitação de nível suficiente; 2) Prevenir e reduzir o estado de sem-abrigo, com vista à sua eliminação progressiva; 3) Tornar o preço da habitação acessível às pessoas que não disponham de recursos suficientes”*. (Carta Social Europeia, artigo 31º).

Em vários documentos do Parlamento Europeu, o direito a uma habitação adequada tem sido defendido, assim como a necessidade de estar inscrito na lei nacional e europeia. Em janeiro de 2021, a questão da habitação foi objeto de debate e aprovação de documento pelos eurodeputados que apelaram à UE para que reconheça o direito a habitação decente e acessível como um direito humano aplicável e para que avance com medidas para erradicar a situação de sem-abrigo. Nesse âmbito afirma-se que uma habitação adequada deve incluir água potável de alta qualidade, saneamento e

condições de higiene apropriados, assim como ligação às redes de água e esgotos. Os parlamentares urgem a que sejam introduzidos, a nível europeu, requerimentos mínimos obrigatórios para que uma residência seja considerada habitável, entre eles uma qualidade de ar interior saudável. Estes requerimentos devem estar alinhados com as diretivas da Organização Mundial da Saúde.

Os eurodeputados deixam ainda o repto à Comissão e aos Estados-membros para que se priorize a redução de emissões e a melhoria da eficiência energética através da renovação das habitações. Apelaram, ainda, aos Estados-membros e às autoridades locais e regionais, para que coloquem em prática medidas legais para proteger os direitos dos inquilinos e dos ocupantes de casas. A habitação é considerada acessível se o rendimento restante do inquilino for no mínimo suficiente para cobrir outras despesas adicionais. Apesar deste limiar se situar nos 40%, mais de um quarto dos inquilinos europeus em habitações gastam uma percentagem superior do seu rendimento em rendas e os preços continuam a aumentar. Um número crescente de residentes na UE considera difícil cobrir as despesas com habitação e tem gastos desproporcionais com isso. Em particular, pais solteiros, famílias grandes e jovens a entrar no mercado de trabalho consideram que o seu rendimento é insuficiente para pagar os preços dos arrendamentos do mercado, mas demasiado alto para terem direito a habitações sociais.

Por último, os parlamentares alertaram para o problema do aumento dos arrendamentos de férias e de curta duração como estando a remover imóveis do mercado e a fazer subir os preços, o que pode ter como consequência uma maior dificuldade em viver em centros urbanos e turísticos.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Eurofund, habitações inadequadas custam às economias europeias 195 mil milhões de euros todos os anos. A nível nacional os casos de indignidade habitacional foram avaliados em 26 000 situações (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), 2018), número este que a pandemia e as esperadas (e já sentidas) consequências da guerra na Europa farão aumentar.

Trata-se de um problema que extravasa em muito a dimensão regional e nacional e que implica a disponibilidade de recursos avultados e diversificados, para além da

indispensável decisão política e sua tradução em intervenções programadas e suportadas por meios adequados e suficientes. A Lei de Bases da Habitação é o instrumento legislativo que mais recentemente define o quadro para a política habitacional e se propõe basear as medidas a concretizar. Em linha com as orientações governativas nacionais no tocante à concretização da designada Nova Geração de Políticas de Habitação, Melgaço dispõe de um trabalho recente que configura a Estratégia Local de Habitação e que contem a informação central para identificar e analisar a situação habitacional do concelho.

Neste ponto o diagnóstico social abordará algumas das vertentes da questão da habitação, articulando com as dimensões já trabalhadas e procedendo, eventualmente, à sua atualização de acordo com fontes entretanto disponibilizadas. Conhecer a evolução do edificado concelhio, permite aceder à dinâmica local da construção para alojamento.

Quadro 110 Alojamentos familiares clássicos

Territórios	Número		
Anos	2001	2011	2021
Portugal	5.357.900	5.879.333	5.970.677
Norte	1.710.642	1 853 586	1.894.933
Alto Minho	143.780	151 082	155.259
Melgaço	7.475	7.583	7.836

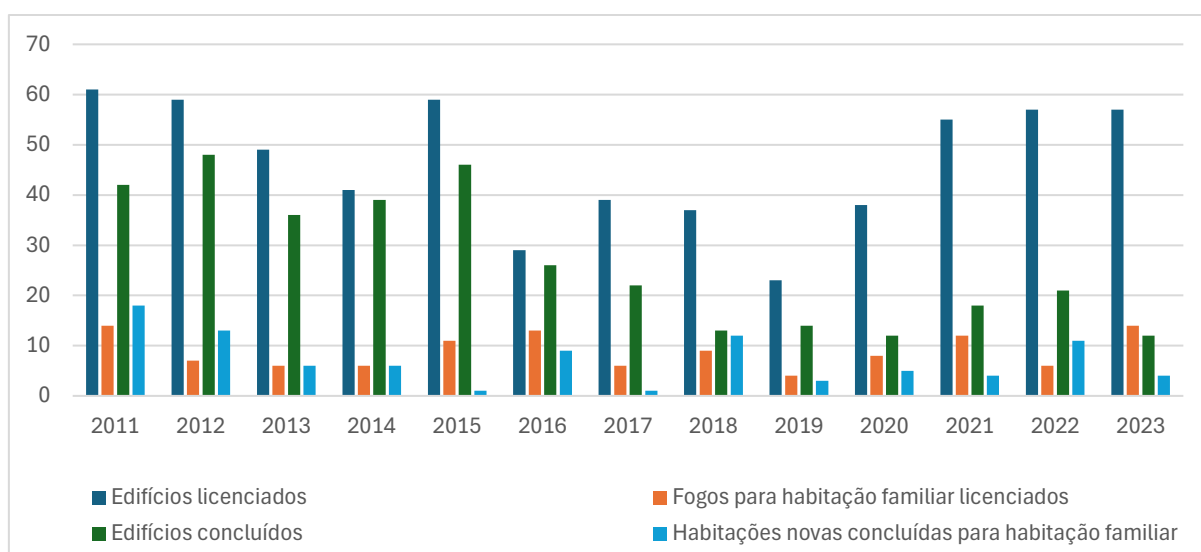
Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Estatísticas das Obras Concluídas. Última atualização: 2024-07-17.

Tem-se considerado a vantagem da análise da evolução temporal, o que nos é dado pela informação constante do quadro anterior. Assim, na última década, Melgaço tem o menor crescimento de novos alojamentos quando comparado com todos os outros contextos territoriais considerados (nacional, Regional e sub-Regional). Esta constatação tem de ser associada com o decréscimo populacional e com o índice de envelhecimento da população, ambos com consequências no nível do investimento para a criação de novos alojamentos.

O número médio de alojamentos é de 32,9 alojamentos por Km² com dimensão média de 5,6 divisões por alojamento indiciando situações de subutilização.

É possível identificar a evolução do parque habitacional na última década, desde 2001 a 2023, é possível verificar no gráfico 14.

Gráfico 14 Número de edifícios e fogos para habitação familiar licenciados e concluídos ao longo do tempo



Fonte: Fonte: INE - Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas

De acordo com os dados acima expostos é possível verificar que o número de edifícios licenciados pela Câmara Municipal, para execução de obras, tem vindo a manter-se constante com uma quebra entre os anos de 2016 e 2020 para o número médio de 32 licenças por ano. Já em termos de licenças de fogos de habitação familiar, o comportamento é similar, ainda que com uma correlação positiva reduzida.

Em termos de edifícios concluídos pode ser apontado que 2016 marca também uma inflexão da tendência já que se verifica um volume significativamente inferior ao verificado previamente. Denota-se a tendência recessiva do número de edifícios concluídos. Exemplificando, em 2011 foram concluídos 42 edifícios, em contraste com os 12 de 2023, sinalizados no gráfico a verde. Similarmente, também reduziu o número de habitações para habitação familiar, ainda que em número menor.

A maioria destes alojamentos encontram-se junto do centro urbano em contraste das regiões de montanha onde, além de existir menor densidade de alojamento se verifica maior proporção de alojamentos familiares clássicos vagos.

Quadro 111 Alojamentos familiares e coletivos, por freguesia

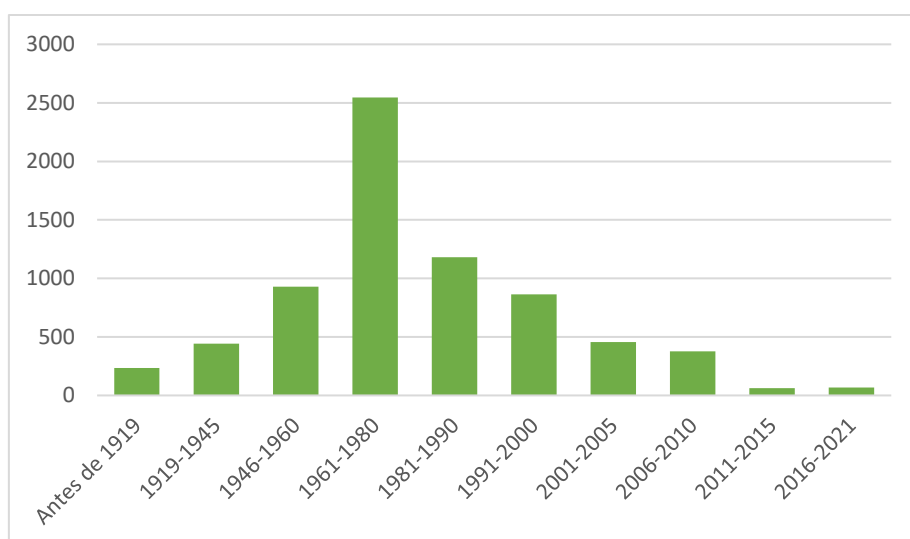
Freguesias	Total			Alojamentos familiares			Alojamentos coletivos		
Anos	2011	2021	%	2011	2021	%	2011	2021	%
Alvaredo	323	330	2,2%	322	330	2,5%	1	0	- 100,0%
Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	1.119	1.124	0,4%	1.114	1.122	0,7%	5	2	-60,0%
Chaviães e Paços	567	593	4,6%	567	583	4,6%	0	0	0,0%
Cousso	267	271	1,5%	267	271	1,5%	0	0	0,0%
Cristoval	443	427	-3,6%	443	426	-3,8%	1	0	0,0%
Fiães	215	212	-1,4%	215	212	-1,4%	0	0	0,0%
Gave	276	320	15,9%	276	320	15,9%	0	0	0,0%
Paderne	766	797	4,0%	763	795	4,2%	3	2	-33,3%
Parada do Monte e Cubalhão	647	695	7,4%	647	695	7,4%	0	0	0,0%
Penso	410	422	2,9%	410	422	2,9%	0	0	0,0%
Prado e Remoães	349	361	3,4%	346	360	4,0%	3	1	-66,7%
São Paio	440	451	2,5%	439	451	2,7%	0	1	- 100,0%
Vila e Roussas	1.781	1.843	3,5%	1.774	1.839	3,7%	7	4	-42,9%
Total	7.603	7.846	3,2%	7.583	7.836	3,3%	20	10	-50,0%

Fonte: INE - Plataforma de divulgação dos Censos 2021. Última atualização: 2024-07-17.

O quadro 111 permite detalhar esta mesma dinâmica para o nível concelhio demonstrando o aumento generalizado em 11 das freguesias, embora desigualmente distribuído e com valores que vão de mais 0,7 pontos percentuais (em Castro Laboreiro e Lamas de Mouro) até aos 15,9 pontos percentuais (em Gave). Em 5 das freguesias verifica-se o decréscimo de alojamentos coletivos deixando de estar presentes em 8 freguesias das freguesias, como se repara, construídas sobretudo entre 1960 e 1980.

Segundo o INE, e no mesmo sentido, Melgaço denota ser um dos municípios cujos agregados domésticos permanecem durante mais tempo nos alojamentos: 47% dos agregados domésticos permanecem 30 ou mais anos no mesmo alojamento. Atendendo ao nível de envelhecimento populacional, será de esperar que o parque habitacional do município seja bastante antigo, como se poderá repara na figura seguinte, gráfico 16.

Gráfico 15 Edifícios por época de construção



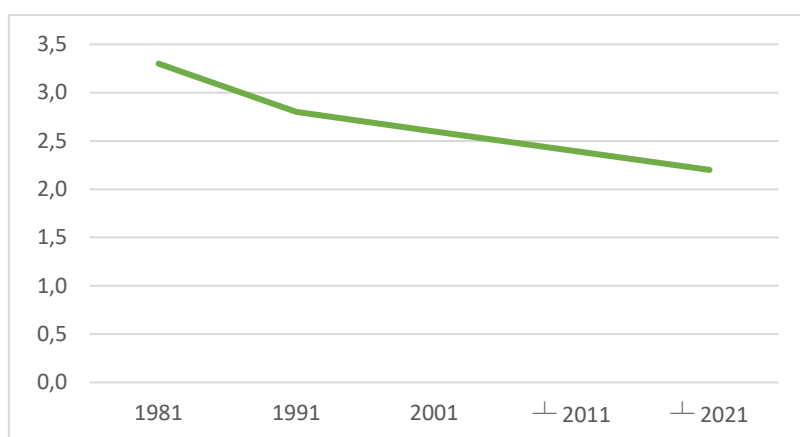
Fonte: INE - Plataforma de divulgação dos Censos 2021

O gráfico acima dá nota de que o maior pico de construção corresponde aos anos entre 1961 e 1980, época que, somada às duas décadas seguintes, perfazem em conjunto bem mais de metade dos edifícios registados. A maior dinâmica construtiva durante todo o período de quatro décadas (1961-2000) pode estar associada com a época de maior incidência de emigração.

Como a qualidade dos edifícios está também dependente da sua época de construção, a qual permite inferir da sua maior ou menor capacidade de responder a condições atuais de conforto, tendo grande parte das habitações entre 40 e 60 anos, verifica-se que 33,5% dos edifícios necessitam reparação.

Em 2021, 96% dos edifícios eram compostos por somente 1 alojamento (edifícios unifamiliares) o que permite traçar um perfil de preferência local o que poderá ter consequências a nível das respostas de carência habitacional.

Gráfico 16 Número médio de residentes por alojamento familiar clássico

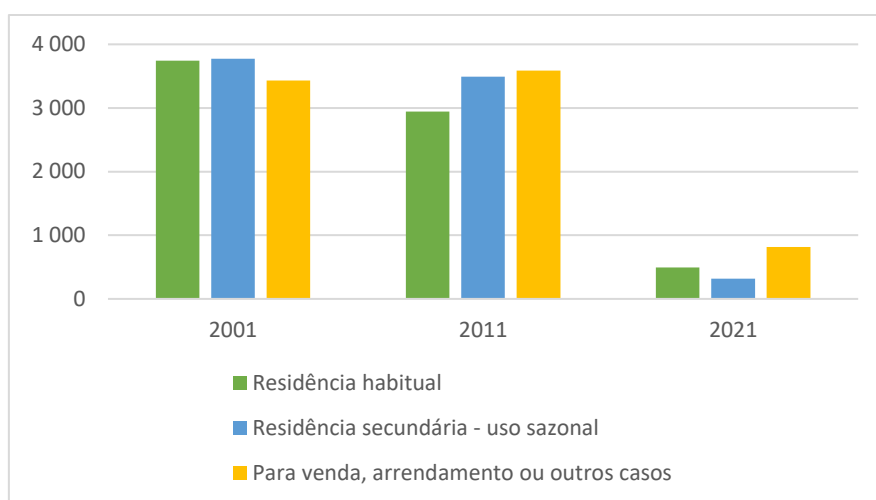


Fonte: PORDATA Fonte de dados: X, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População | II, III, IV, V e VI. Última atualização: 2021-04-19

O gráfico acima exposto complementa a informação prévia. Sendo que o número de fogos concluídos e o número de licenças emitidas para novo edificado tem vindo a diminuir e o número médio de residentes tem vindo a cair ao longo dos últimos 40 anos. Em 1981, residiam em média 3,3 pessoas por apartamento ou moradia contrastando com 2021 em que residiam em média somente 2,2 pessoas sinalizando a subutilização destes espaços, fenómeno transversal ao país, região em que se insere o município e mais municípios que compõem o Alto Minho.

Uma vertente importante a ponderar, reporta-se à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos que, no caso de Melgaço, aproximadamente 50% são usados como residência habitual (modalidade que decresceu na última década). Os restantes são habitação secundária que, tal como os alojamentos vagos, registaram um acréscimo em 2021. Trata-se de uma tendência em contraciclo com a situação nacional - nesta crescem com muito maior expressão os alojamentos habituais em detrimento dos destinados para habitação secundária.

Gráfico 17 Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação



Fonte: PORDATA Fonte de dados: II, III, IV, V e VI Recenseamentos Gerais da Habitação. Última atualização: 2021-04-19

Em 2021, 88% os alojamentos familiares clássicos serviam como residência para o proprietário. Junto dos demais 12%, numa lógica de arrendamento podemos reparar que o valor mediano das rendas de alojamentos familiares, por metro quadrado de novos contratos de arrendamento efetuados nos últimos 12 meses, tem vindo a crescer, ainda que tenha registado, no 1º semestre de 2023, o valor mais baixo do Alto Minho e menos de metade do valor nacional. Dos contratos de arrendamento vigorantes em 2021, mais de metade tinham dado início.

Ainda na lógica das transações e utilização de alojamentos, no que respeita a sua compra/venda, o valor mediano das transações de alojamentos familiares clássicos dos últimos 12 meses das aponta para a cobrança de 404 euros por metro quadrado, bem abaixo das médias nacional (menos de um quarto) e menos de metade da média da sub-região do Alto Minho.

A acessibilidade dos edifícios é uma importante dimensão de adequação e qualidade de forma a prover condições de habitabilidade condignas pelo que o cumprimento destes requisitos exige um esforço continuado de melhoria em edifícios públicos e particulares, esforço esse que carece ainda de cuidada sensibilização social.

Apesar do regime de ocupação, regime de propriedade ou número de ocupantes revela-se de extrema importância perceber as dimensões habitacionais. Como verificamos previamente, grande parte do parque habitacional possui já vários anos. Importa

perceber as dimensões das habitações, precisamente o número de pisos que as compõem. Decorrendo a necessidade de subir ou descer pisos, atendendo à eventualidade de limitações ou (in)capacidade(s) da população residente, torna-se necessário adaptar o alojamento a pessoas com mobilidade reduzida já que somente 8,3% do parque habitacional que reveste o município possui somente 1 piso.

O perfil do parque habitacional descrito dá nota de que, para a maioria da população do concelho, o alojamento, em 2021, significava um peso financeiro de 314,23 euros para aquisição própria. A principal questão se configura como sendo a ausência de oferta ou investimento em nova habitação.

Habitação municipal

Os municípios assumiram a gestão dos programas nacionais e regionais, no que respeita o arrendamento urbano, a reabilitação urbana e gestão da propriedade do parque habitacional de administração direta e indireta do Estado destinado à habitação social. Passaram a assumir competências na gestão de programas onde se incluem a análise e seleção de candidaturas, gestão dos recursos financeiros dos programas, celebração de contratos ou outras formas de atribuição de crédito ou prestação de garantias financeiras e acompanhamento contínuo da execução dos contratos.

A oferta atual de habitação de iniciativa municipal é de 17 alojamentos em modalidade unifamiliar, nas tipologias T2, T3 e T4, todos eles em regime de renda apoiada, datando maioritariamente a sua ocupação há 2 décadas.

Outras formas de intervenção do município neste setor estão associadas a apoios municipais de vários recortes. Seja em situações de carência económica comprovada, apoio ao pagamento do arrendamento ou crédito habitacional, quer para consumo energético, quer, ainda, através de apoios temporários para melhoria das condições habitacionais. Qualquer destes domínios de apoio destina-se a agregados familiares carenciados, situações analisadas caso a caso. O apoio ao arrendamento não poderá ser superior ao valor de uma renda mensal, pago em três prestações mensais. Na outra modalidade de apoio inscrevem-se: i) a isenção de taxas municipais relativas ao licenciamento para obras; ii) a elaboração e fornecimento gratuito do projeto de

execução e o acompanhamento da obra; iii) o fornecimento de materiais de construção; iv) o pagamento de mão de obra até ao montante de 2.000 euros (Cf. Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, PDSS, 2024).

Complementarmente, o número de alojamentos vagos e a necessidade sentida da sua disponibilização para cobrir eventuais necessidades, justificou medidas por parte do município, agravando os impostos a pagar por tais alojamentos.

A necessidade nacionalmente identificada de eliminar as situações de indignidade habitacional desencadeou estudos territorializados, bem como a previsão de medidas que, em correspondência, pudessem desencadear a melhoria desejada no campo habitacional. Este objetivo de conceção e implementação de Estratégias Locais de Habitação tem merecido dos municípios uma significativa adesão, designadamente como condição de acesso e negociação de recursos para integrar o Programa 1º Direito.

Em suma

- Aumento do número de alojamentos familiares clássicos em 3,34% do edificado;
- Aumento do número de habitações vagas em 156%;
- Maioria do parque habitacional com entre 40 e 60 anos de vida;
- 33,5% dos edifícios necessitam reparação;
- 96% dos alojamentos unifamiliares;
- Número médio de residentes por alojamento tem vindo a cair ao longo dos últimos 40 anos (2,2 pessoas residentes por alojamento em 2021);
- Somente 50% dos alojamentos familiares clássicos são usados como residência habitual;
- 88% dos alojamentos familiares clássicos serviam como local de residência para o seu proprietário;
- Valores de compra e arrendamento muito abaixo dos valores médios (regional e nacional);

- Existem 17 habitações sociais em modalidade unifamiliar;
- Estão identificados 132 casos de indignidade habitacional;
- Protocolo com IHRU permitirá criar 37 novas habitações a custos controlados.

8. INFRAESTRUTURAS

Este capítulo informa sobre as infraestruturas municipais, designadamente as que mais diretamente permitem caracterizar o nível de condições de bem-estar. Assim, apresentam-se os dados relativos ao fornecimento e uso de água, águas residuais, eletricidade, (tele)comunicações, resíduos bem como transportes e acessibilidade, de acordo com as informações mais atualizadas e disponíveis.

Água e águas residuais

Conforme quadro abaixo é possível verificar que em 2021, no concelho de Melgaço, a proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água situava-se em 87%, ligeiramente abaixo dos valores identificados para o Norte e para o Alto Minho. Relativamente ao consumo de água, verifica-se que, no mesmo ano, Melgaço apresentava um valor de consumo de água de 52,7m³ por habitante, ligeiramente acima do consumo no Norte e Alto Minho.

No que diz respeito à drenagem de águas residuais, em 2021, Melgaço apresentava um valor de 70% de alojamentos servidos por sistemas de drenagem, valor este superior ao registado no Alto Minho (65%), mas significativamente abaixo do registado na região Norte (82%). No que diz respeito aos valores de drenagem de águas residuais por habitante, Melgaço apresenta valores mais altos do que no Alto Minho e na Região Norte.

Quadro 112 Água distribuída e drenada, por habitante e por alojamento, em 2021

	Água distribuída por habitante	Águas residuais drenadas por habitante	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais
Territórios	m ³ /habitante		%	
Portugal	x	x	x	x
Norte	44,8	57,6	95	82
Alto Minho	48,5	46,1	97	65
Melgaço	52,7	100,4	87	70

Fonte: INE - Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento. Última atualização: 2024-08-05. Nota: x – dado não disponível.

Atentando aos valores de água segura para consumo humano (quadro 112), verifica-se que, do ano de 2020 para 2021, houve um aumento na qualidade da água no concelho

de Melgaço, aumentando de 96,08% para 97,83% a água segura para o consumo humano, ou seja, Melgaço segue o aumento dos restantes territórios.

Quadro 113 Água segura para consumo humano

Territórios	Água segura para consumo humano 2020	Água segura para consumo humano 2021
	%	
Portugal	98,82	98,97
Norte	98,80	98,98
Alto Minho	98,48	98,56
Melgaço	96,98	97,83

Fonte: INE – Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos. Última atualização: 2023-02-16.

Eletricidade

Quando analisado o rácio de consumo de energia elétrica (quilowatt-hora por habitante), projetado para 2022, verificam-se algumas discrepâncias. O consumo total é cerca de 2.000 kWh/habitante inferior aos valores projetados para os restantes territórios.

Ao discriminar a análise por tipo de consumo, verifica-se que existem, em 2022, 3 tipos de consumo com valores de rácio mais elevados do que em todos os outros territórios: Doméstico; Iluminação das Vias Públicas; Edifícios do Estado. Nos outros 3 tipos de consumo: Não Doméstico, Indústria e Agricultura os valores de rácio são extraordinariamente mais baixos do que nos territórios aqui apresentados. Daqui se conclui que o consumo de energia elétrica, por relação aos restantes territórios, é sempre mais alto em atividades não económicas do que em atividades económicas.

Se os valores apontados para o consumo doméstico em Melgaço são superiores aos restantes territórios, essa diferença é mais significativa nos valores de consumo indicados para os edifícios do Estado e para a iluminação das vias públicas. Em Melgaço, a projeção para 2022, aponta para um consumo de energia nos edifícios do Estado de mais 119,3 kWh/hab do que no território nacional, mais 135,4 kWh/hab do que na Região Norte e mais 158,5 kWh/hab do que no Alto Minho. Na iluminação das vias públicas, Melgaço consome mais 94,4 kWh/hab de energia elétrica do que Portugal, mais 96,8 kWh/hab do que a Região Norte e mais 58,8 kWh/hab do que o Alto Minho. A extensão e dispersão territorial podem ajudar a compreender estas tendências.

Em sentido contrário, Melgaço apresenta valores projetados significativamente inferiores aos dos outros territórios, no consumo de energia em atividades económicas: a indústria, em Melgaço, consome menos 1 456,6 kWh/hab de energia do que o território nacional, menos 1 169,4 kWh/hab do que a Região Norte e menos 1 968,5 kWh/hab do que o Alto Minho. Na agricultura o consumo de energia em Melgaço é 84,9 kWh/hab inferior a Portugal, 27,5 kWh/hab inferior à Região Norte e 16,1 kWh/hab inferior ao Alto Minho. O consumo não doméstico em Melgaço é menor em 548,4 kWh/hab do que em Portugal, em 371,8 kWh/hab do que na Região Norte e em 233,2 kWh/hab do que no Alto Minho.

Quadro 114 Consumo de energia elétrica por habitante: total e por tipo de consumo - rácio kWh (quilowatt-hora) /habitante

Territórios	Consumo de energia elétrica por tipo de consumo (kWh/hab)													
	TOTAL		Doméstico		Não doméstico		Indústria		Agricultura		Iluminação das vias públicas		Edifícios do Estado	
Anos	2011	2022 (Pro)	2011	2022 (Pro)	2011	2022 (Pro)	2011	2022 (Pro)	2011	2022 (Pro)	2011	2022 (Pro)	2011	2022 (Pro)
Portugal	4.655,7	4.695,9	1.302,8	1.317,6	1.132,8	1.141,3	1.675,7	1.870,9	92,9	95,0	158,3	98,0	255,5	130,9
Norte	4.124,9	4.105,7	1.309,7	1.305,5	946,0	964,7	1.457,0	1.583,7	39,4	37,6	152,6	88,8	209,9	114,8
Alto Minho	4.249,2	4.854,0	1.214,6	1.398,9	921,4	826,1	1.757,0	2.382,8	27,0	26,2	173,3	128,3	155,8	91,7
Melgaço	2.641,4	3.022,9	1.239,4	1.563,0	646,3	592,9	273,9	414,3	26,3	10,1	302,3	192,4	153,2	250,2

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1981) | Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982). DGEG/MAAC. Última atualização: 2024-06-19. Nota: Pro – valor provisório.

O contido desenvolvimento e fixação de atividades económicas e de não crescimento da população favorece que, corresponda às atividades não económicas, à iluminação das vias públicas e aos edifícios do Estado as áreas de maiores consumos. Esta tipologia de consumos pode também ser explicada pela prevalência da atividade económica do concelho, que, como referido no capítulo da *Dimensão Socioeconómica*, se encontra nos setores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e não em indústrias transformadoras, naturalmente mais consumidoras de energia.

ITUR – Instalações de telecomunicações em urbanizações

Relativamente aos indicadores de comunicações por município, em 2023, Melgaço destacava-se positivamente dos restantes territórios que têm vindo a ser considerados, no que respeita ao número de postos telefónicos residenciais e públicos, bem como, ao número de habitantes por estações de correios e postos de correios. Ressalva-se que,

relativamente a estes dois últimos indicadores, a informação refere-se apenas à relação entre o serviço disponibilizado e o número de habitantes, não se entrando em linha de conta com fatores importantes para aferir a qualidade desses mesmos serviços, quer pelo seu funcionamento, quer pela sua localização no território.

No que diz respeito ao acesso à Internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes, Melgaço situa-se abaixo dos restantes territórios, com apenas 35,8 acessos por 100 habitantes. Apesar de não serem apontadas as razões para estas diferenças, ou seja, se estão relacionadas com hábitos de uso da população, ou com insuficiências de rede e/ou sinal em todo o concelho, esta é uma questão a levar seriamente em conta, dada a importância que as redes digitais cada vez mais assumem nas dimensões económicas, de trabalho e de comunicação.

Os quadros abaixo expressam os valores e as tendências anteriormente referidas.

Quadro 115 Indicadores de comunicações por município, 2023

Territórios	Acessos telefónicos por 100 habitantes	Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	Postos telefónicos públicos por 1 000 habitantes	Habitantes por estações de correio	Habitantes por postos de correio	Acessos à Internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes
Portugal	51,21	38,18	0,95	18.590,8	5.857,2	43,5
Norte	46,24	35,07	1,01	23.442,8	5.927,2	39,4
Alto Minho	46,87	36,79	2,33	19.453,7	4.095,5	38,5
Melgaço	53,20	42,62	4,73	7.607	2.535,7	35,8

Fonte: INE. Última atualização: 2024-08-28.

Quadro 116 Estações e postos de correio por município, 2023

Territórios	Estações de correio			Postos de correio
	Total	Estações fixas	Estações móveis	
Portugal	569	568	1	1.806
Norte	156	156	0	617
Alto Minho	12	12	0	57
Melgaço	1	1	0	3

Fonte: INE. Última atualização: 2024-08-28.

Quadro 117 Acessos ao serviço de internet em banda larga em local fixo por segmento de mercado e assinantes do serviço de televisão por município, 2023

Territórios	Acessos ao serviço de internet em banda larga em local fixo			Assinantes do serviço de televisão
	Total	Residencial	Não residencial	
Portugal	4.596.779	3.865.043	731.736	4.584.971
Norte	1.439.739	1.202.444	237.295	1.434.53
Alto Minho	89.919	75.345	14.574	91.398
Melgaço	2.724	2.304	420	3.068

Fonte: INE. Última atualização: 2024-08-28.

Resíduos sólidos urbanos

Em matéria de rácio Kg/hab de recolha de resíduos sólidos urbanos e de recolha seletiva, denota-se uma evolução positiva, entre 2011 e 2022, em todos os territórios, como se pode constatar nos dois quadros abaixo. No entanto, destaca-se muito positivamente a evolução feita em Melgaço no que diz respeito à recolha seletiva, que passa de uma recolha de 37,9 Kg/hab em 2011 para um valor de 100,6 Kg/hab. Efetivamente, em 2011, Melgaço tinha valores muito inferiores aos dos restantes territórios e, no espaço de uma década, colocou-se em linha com estes, superando mesmo a média indicada para o Norte e Alto Minho.

Quadro 118 Resíduos urbanos recolhidos por habitante, rácio Kg/hab

Territórios	Resíduos urbanos recolhidos por hab.	
	2011	2022
Portugal	490,4	(R) 508,5
Norte	430,2	(R) 471,8
Alto Minho	410,1	(R) 478,7
Melgaço	395,8	(R) 474,5

Fonte: PORDATA. Fontes de Dados: INE; APA/MA (até 2014) | INE (a partir de 2015) | Estatísticas dos Resíduos Municipais (até 2014) | Estatísticas dos Resíduos Urbanos (a partir de 2015). INE - Estimativas Anuais da População Residente. Última atualização: 2024-07-29. Nota: (R) – dados retificados pela entidade responsável.

Quadro 119 Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante, rácio Kg/hab

Territórios	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por hab.	
	2011	2022
Portugal	71,3	(R) 117,4
Norte	55,5	(R) 91,9
Alto Minho	43,1	(R) 82,0
Melgaço	37,9	(R) 100,6

Fonte: PORDATA. Fontes de Dados: INE; APA/MA (até 2014) | INE (a partir de 2015) | Estatísticas dos Resíduos Municipais (até 2014) | Estatísticas dos Resíduos Urbanos (a partir de 2015). INE - Estimativas Anuais da População Residente. Última atualização: 2024-07-29. Nota: (R) – dados retificados pela entidade responsável.

Quanto ao destino dos resíduos sólidos urbanos, os valores nos quadros abaixo permitem salientar, que em Melgaço entre 2011 e 2022, ocorreu uma diminuição de lixo, que poderá ser justificada também pela diminuição da população residente. Porém, verifica-se um aumento das toneladas de resíduos enviados para reciclagem e uma diminuição do número de toneladas que vai para aterro, ou seja, uma valorização de práticas mais amigas do ambiente.

Um outro aspeto a salientar, é o aumento da valorização orgânica, passando de 0 em 2011 para 539 em 2022. Isto pode explicar-se pelo facto de a população de Melgaço ter deixado de fazer a valorização orgânica dos resíduos somente para utilização doméstica e passou a utilizar sistemas de compostagem criados para o efeito. agora de forma menos positiva, é a ausência de valorização energética e orgânica no concelho de Melgaço. Um ponto menos positivo é a continuação da inexistência de valorização energética.

Quadro 120 Resíduos urbanos: total e por tipo de operação de destino, 2011

Territórios	Tipo de operação de destino				
	TOTAL	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Reciclagem
Portugal	5.177.780	3.048.127	1.088.265	446.595	594.792
Norte	1.587.634	925.386	387.272	116.319	158.657
Alto Minho	100.205	90.041	9	410	9.744
Melgaço	3.615	3.269	0	0	346

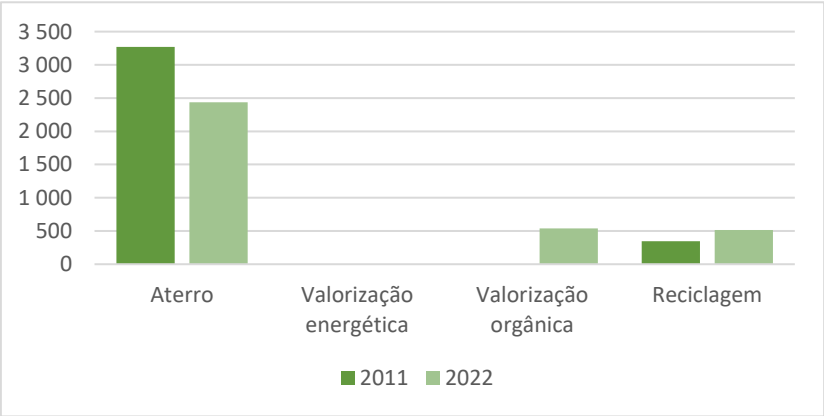
Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE; APA/MA (até 2014) | INE (a partir de 2015) | Estatísticas dos Resíduos Municipais (até 2014) | Estatísticas dos Resíduos Urbanos (a partir de 2015). Última atualização: 2024-07-29. Unidade: tonelada.

Quadro 121 Resíduos urbanos: total e por tipo de operação de destino, 2022

Territórios	Tipo de operação de destino				
	TOTAL	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Reciclagem
Portugal	(R) 5.613.904	(R) 2.929.485	(R) 1.078.362	(R) 910.585	(R) 695.472
Norte	(R) 1.858.918	(R) 950.790	(R) 393.866	(R) 291.486	(R) 222.776
Alto Minho	(R) 116.804	80.977	0	(R) 21.060	(R) 14.767
Melgaço	(R) 3.493	2.439	0	539	(R) 514

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE; APA/MA (até 2014) | INE (a partir de 2015) | Estatísticas dos Resíduos Municipais (até 2014) | Estatísticas dos Resíduos Urbanos (a partir de 2015). Última atualização: 2024-07-29. Unidade: tonelada. Nota: (R) – dados retificados pela entidade responsável.

Gráfico 18 Resíduos urbanos: total e por tipo de operação de destino, 2011 e 2022



Transportes e acessibilidade

O conhecimento das acessibilidades e transportes do território é um elemento crucial para entender a dinâmica da mobilidade intra concelhia, mas também as possibilidades de interação com contextos territoriais mais amplos.

A rede viária de que dispõe o concelho de Melgaço organiza-se em rede viária primária (composta pelas vias principais que permitem aceder à rede nacional e garantir ligações intermunicipais), em rede viária secundária (que garante as ligações aos diversos aglomerados e complementa a rede viária principal) e em rede viária terciária (feita de estradas e caminhos municipais). De acordo avaliação recente feita pode constatar-se: *"o concelho de Melgaço apresenta uma rede viária bastante extensa, mas pouco permeável"* (in Plano Diretor Municipal, 2019).

A rede de transporte público em Melgaço é assegurada por 4 carreiras regulares, tendo uma extensão de cerca de 66Km e um número de 156 paragens. A avaliação feita é que se trata de uma oferta muito restrita, onerando as áreas de menor densidade, a descoberto. De registar o apoio municipal aos transportes escolares, o mesmo acontecendo com o IPVC no apoio aos estudantes da escola Superior de Desporto e Lazer. O transporte ferroviário não tem sido potenciado, apesar de poder ser uma alternativa se houver meios complementares. Por último refira-se a situação dos arruamentos que se considera estarem maioritariamente em condições razoáveis ou mesmo satisfatórias.

Ressalvadas algumas dimensões, o concelho de Melgaço está em linha com o desenvolvimento das infraestruturas caracterizadas, as quais têm de ser ponderadas, considerada a natureza e o processo seguido nos últimos anos e que regista maioritariamente um enquadramento com as boas práticas e recomendações para estes campos infraestruturais.

Apesar do afirmado, reconhece-se que ainda há lugar para melhorias, designadamente se se ponderarem comparações com as melhores práticas existentes.

Em suma

- Rede de água e eletricidade em níveis aceitáveis;
- Rede de telecomunicações com espaço para melhoria;
- Nos resíduos sólidos o aterro é o local que recebe a maior parte dos resíduos, contudo verificou-se, entre 2011 e 2022, um crescimento da reciclagem e da valorização orgânica dos resíduos;
- Registo de uma rede extensa de vias de serviço e tipologia diversificada;
- Dominância do recurso ao transporte individual;
- Serviço de apoio a atividades escolares e não a outras (por exemplo culturais e de lazer);
- Ligações intra concelhias restritas atendendo às necessidades e orografia do concelho;
- Ligações inter concelhias igualmente modestas;
- Acessibilidades das vias públicas municipais – com melhorias a serem continuadas.

9. SEGURANÇA

A segurança constitui-se num fator de bem-estar da população e as dificuldades efetivas ou percecionadas neste campo justificam medidas e ações que intervenham na construção de ambientes seguros.

Tal como se pode verificar nos dois quadros abaixo, o total de crimes registados pela polícia, de 2011 para 2023, diminuiu em todos os territórios, contrariamente ao concelho de Melgaço, que entre os anos considerados, aumentou 96 crimes registados pela polícia. O crime de violência doméstica contra cônjuges ou análogos, foi o que registou um aumento significativo, e o mesmo aconteceu a nível nacional e na Sub-Região do Alto Minho. Este número não significa necessariamente a existência de um maior número destas situações, podendo explicar-se por um aumento de denúncias e/ou participações junto das autoridades policiais, designadamente associado a uma maior consciência pública deste tipo de violência enquanto crime.

Quadro 122 Número de crimes registados pelas polícias: total

Territórios	Crimes registados	
	Total	
Anos	2011	2023
Portugal	415.325	371.995
Norte	122.311	98.001
Alto Minho	8.655	6.902
Melgaço	227	323

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGPJ/MJ. Última atualização: 2024-04-01.

Quadro 123 Número de crimes registados pelas polícias: por algumas categorias de crime

Territórios	Categoria de crime							
	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos		Furto em veículo motorizado		Furto em residência		Furto em edifício comercial ou industrial	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	23.742	26.041	38.232	20.180	28.307	8.237	15.437	5.583
Norte	8.512	7.769	11.602	7.981	9.373	2.261	5.709	2.035
Alto Minho	430	516	501	294	572	158	373	137
Melgaço	5	18	7	8	15	9	13	6

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGPJ/MJ. Última atualização: 2024-04-01.

Relativamente ao Tipo de Crime, e de acordo com o quadro abaixo, é de registar que Melgaço acompanha a tendência dos restantes territórios no que respeita à diminuição dos crimes registados contra as pessoas, contra o património e contra a vida em sociedade. Em Melgaço, quanto a este último tipo de crime, registou-se um total de 43 situações em 2020 (de salientar que, de acordo com o Anuário Estatístico da Região

Norte, 2020, INE, foram identificados 13 crimes de condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l.)

Os únicos tipos de crime que, em Melgaço, não acompanham a tendência nacional, ou seja, em que se observa um ligeiro aumento, correspondem a crimes contra o património, que passam de 111 para 147, crimes contra a vida em sociedade, que passam de 45 para 55 e crimes enquadrados por legislação avulsa e outros, que passam de 11 para 26, entre 2011 e 2023, contrariando a diminuição desses crimes a nível nacional, regional e sub-regional.

Quadro 124 Número de crimes registados pelas polícias: por tipo de crime

Territórios	Tipo de crime											
	Contra as pessoas		Contra o património		Contra a vida em sociedade		Contra o Estado		Contra animais companhia		Legislação Avulsa e Outros	
Anos	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	91.381	90.840	229.078	189.657	46.909	44.439	6.383	7.713	//	1.729	41.570	37.250
Norte	31.205	27.483	65.220	47.751	15.742	13.199	1.509	1.867	//	451	8.635	7.132
Alto Minho	2.254	2.095	3.980	2.787	1.763	1.325	112	121	//	40	546	525
Melgaço	58	91	111	147	45	55	0	3	//	0	11	26

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGPJ/MJ. Última atualização: 2024-04-01.

Quanto aos recursos locais, o concelho de Melgaço conta com um tribunal de comarca, com competência genérica, e com recursos humanos na área da magistratura judicial como ainda do Ministério Público.

De salientar, ainda, a existência de um posto da GNR, com a dupla função de identificar e intervir.

Em suma

- Aumento do número de crimes registados, entre 2011 e 2023;
- Aumento significativo do crime de violência contra o cônjuge ou análogos;
- Perceção de ambiente seguro.

10. CULTURA E DESPORTO: ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS

A cultura tem-se afirmado cada vez mais como uma área e uma atividade indissociável da qualidade de vida e de viver. A dinâmica cultural reveste-se de múltiplas feições, desde o património (preservado ou construído), o tipo de iniciativas que abrange, a(s) organização(ões) que a dinamizam, a abrangência das atividades, o envolvimento da população, entre outras. A existência, ou não, de investimentos no setor cultural bem como a regularidade e natureza das atividades culturais são vetores que, cada vez mais, são ponderados quando se pensa na atratividade de um território, complementarmente à sua função habitacional.

No concelho de Melgaço associa-se ao seu património natural, etnográfico, histórico, paisagístico, uma apreciável vitalidade nos serviços e iniciativas culturais, campo no qual já alcançou projeção para além das fronteiras do concelho. A dinâmica criada em torno dos espaços culturais do concelho tem vindo a consolidar-se e a diversificar-se. Como exemplo, refira-se o Festival Internacional de Documentário de Melgaço (MDOC) que cumpriu, em 2024, a sua 10ª edição e cuja relevância tem sido publicamente reconhecida, designadamente pela exigência não só organizativa, mas também pela qualidade que progressivamente tem incrementado.

O património cultural melgacense distribui-se entre variados espaços de cariz e de atividades distintas. Num breve inventário refira-se:

- Núcleos Museológicos da Torre de Menagem e da Castro Laboreiro;
- Ruínas Arqueológicas da Praça da República;
- Museu de Cinema de Melgaço – Jean Loup Passek;
- Espaço Memória e Fronteira;
- Porta de Lamas de Mouro;
- Casa da Cultura;
- Solar do Alvarinho;
- Arquivo Municipal.

É notória a atratividade (embora distinta) destes espaços, alguns mais associados a atividades de exploração histórico-científica e arqueológica e outros reconhecidos, sobretudo, pelas iniciativas e atividades que, com diversa regularidade, organizam e

animam. A apreciação da vitalidade cultural abrange ainda um conjunto de outros elementos (particularmente presentes nas estatísticas oficiais disponíveis) que permitem ter visões comparadas com outros contextos territoriais envolventes próximos.

Quadro 125 Número de Bens imóveis culturais, 2023

Bens imóveis culturais, 2023							
Territórios	TOTAL	Categoria dos bens imóveis			Categoria de proteção		
		Monumentos	Conjuntos	Sítios	Monumentos nacionais	Imóveis de interesse público	Imóveis de interesse municipal
Portugal	4.852	3.708	578	566	867	3.010	975
Norte	1.468	1.095	168	205	294	1.025	149
Alto Minho	211	152	27	32	56	137	18
Melgaço	23	18	3	2	10	12	1

FONTE: INE. Última atualização: 2024-03-07.

No que diz respeito, a publicações periódicas (jornais e outras publicações), pode constatar-se que Melgaço, juntamente com outros concelhos contíguos, não dispõe deste tipo de publicações, que surgem apenas para a dimensão de outros concelhos do Alto Minho. A possibilidade de divulgação eletrónica pode incorporar melgacenses, pese embora a necessidade de se dispor de meios e competências que, como é sabido, não estão simetricamente acessíveis.

Quadro 126 Jornais e outras publicações periódicas: títulos publicados

Territórios	Títulos publicados	
Anos	2011	2022
Portugal	⊥ 1 513	⊥ 840
Norte	⊥ 351	⊥ 220
Alto Minho	⊥ 27	⊥ 15
Melgaço	⊥ 1	⊥ 0

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Inquérito às Publicações Periódicas. Última atualização: 2024-02-09. Nota: ⊥ - quebra de série.

Os museus e galerias são uma outra modalidade de índole cultural que os quadros abaixo reproduzidos permitem quantificar. É notório que são os visitantes estrangeiros que mais visitam os museus, em todos os níveis territoriais.

Quadro 127 Número de museus

Territórios	Museus	
	Anos	
	2011	2023
Portugal	377	426
Norte	103	108
Alto Minho	6	13
Melgaço	0	2

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Inquérito aos Museus. Última atualização: 2024-09-10.

Quadro 128 Museus: número de visitantes escolares e estrangeiros em 2022

Territórios	Número de visitantes		
	Total	Visitantes escolares	Visitantes estrangeiros
Portugal	15.762.948	1.191.381	7.666.210
Norte	5.226.560	299.525	3.000.873
Alto Minho	189.450	17.574	72.253
Melgaço	8.931	607	3.713

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Inquérito aos Museus. Última atualização: 2024-07-30.

Conforme quadros 129 e 130, o número de galerias de arte e/ou espaços de exposição temporária aumentou de 1 para 2. Em 2023, realizaram-se oito exposições de artes plásticas com um total de 413 obras expostas.

Quadro 129 Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária: número de espaços

Territórios	Número	
	Anos	
	2011	2023
Portugal	887	975
Norte	285	281
Alto Minho	20	34
Melgaço	1	2

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias. Última atualização: 2024-06-26.

Quadro 130 Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária: exposições e obras expostas em 2023

Territórios	Número	
	Exposições realizadas	Obras expostas
Portugal	6.417	256.475
Norte	1.980	81.986
Alto Minho	201	8.153
Melgaço	8	413

Fonte: PORDATA. Fontes de Dados: INE - Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias. Última atualização: 2024-06-26.

A referência no Anuário Estatístico da Região Norte, 2020, de recintos de espetáculos e de espetáculos ao vivo parece visar apreender iniciativas de grande porte, cuja

adequação e oportunidade melhor se ajustarão a territórios de dimensão e tradição distintas. A estes fatores poderá, ainda, acrescentar-se os custos elevados de muitos destes eventos e da prioridade que eles possam suscitar no cômputo global das despesas municipais. Notoriamente é um tipo de atividade de muito reduzida expressão no Alto Minho. No concelho de Melgaço predominam atividades de dimensão mais próxima da população existente e sua distribuição territorial.

Um dos indicadores usados para analisar as dimensões de cultura e desporto é a despesa realizada pelas autarquias. Conforme se verifica no quadro abaixo, em 2011, Melgaço foi o território, de entre aqueles que temos vindo a identificar, que apresenta menor despesa realizada em percentagem do total de despesas. No entanto, também se verifica que, em 2019, esse valor mais do que duplicou, colocando-se em linha com a percentagem de despesas realizadas pelos restantes territórios nestas dimensões, o que traduz a aposta feita pela autarquia. O Anuário Estatístico da Região Norte (INE, 2020) disponibiliza este mesmo dado para o ano de 2020, verificando-se um ligeiro decréscimo face ao ano de 2019, que poderá ser enquadrável nas limitações decorrentes da pandemia COVID – 19.

No concelho de Melgaço a despesa com a cultura e desporto no total das despesas municipais é da ordem dos 10%, mais expressiva que os 8,7% do nível nacional. Valores como estes deixam entender o papel substantivo das autarquias que mais que complementam a participação financeira da administração central.

Quadro 131 Despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto em % do total de despesas

Territórios	Despesas em cultura e desporto em % do total de despesas	
	2011	2019
Portugal	9,6	10,4
Norte	10,0	11,1
Alto Minho	11,1	12,4
Melgaço	5,0	11,5

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: DGO/MF - Base de Dados DOMUS (2009) | Contas de Gerência do SIIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local (a partir de 2010). INE - Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais (até 2012) | Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais (a partir de 2013). Última atualização: 2024-02-09.

A aposta acima referida, como se vê no quadro seguinte, refletiu-se tanto nas despesas correntes como nas de capital. Quando analisados estes valores, verifica-se que em

todos os territórios, incluindo Melgaço, há aumento de despesas correntes entre 2011 e 2022. No que toca às despesas de capital, todos os territórios diminuíram os valores, com exceção da região norte e de Melgaço, sendo que este concelho não tinha nenhuma despesa de capital registada em 2011, mas em 2022 inscreveu 1 615,7 milhares de euros nessa rubrica, significando 56,9% do total da despesa.

Quadro 132 Despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total, correntes e de capital

Territórios	Despesas (milhares de Euro)					
	Total		Despesas correntes		Despesas de capital	
Anos	2011	2022	2011	2022	2011	2022
Portugal	679.396,2	949.780,1	492.525,0	765.889,6	186.871,2	183.890,5
Norte	229.589,4	303.861,3	164.498,8	233.436,1	65.090,7	70.425,1
Alto Minho	21.735,2	25.348,1	13.529,8	19.617,5	8.205,4	5.730,6
Melgaço	656,5	2.837,3	656,5	1.221,6	0,0	1.615,7

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: INE - Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais (até 2012) | Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais (a partir de 2013). Última atualização: 2024-02-09.

No Anuário Estatístico Regional 2022 (INE, 2023) encontra-se informação sobre os gastos em cultura e desporto, de forma separada.

Quanto à cultura, os dados referem-se apenas a despesas correntes e são desagregados em *Património* (306.829€), *Bibliotecas e Arquivos* (205.942€), *Artes do Espetáculo* (148.720€) e *Atividades Interdisciplinares* (226.945€) (última atualização 2023-10-31).

Quanto às despesas realizadas na área do desporto, os dados Anuário Estatístico Regional 2022 (INE, 2023) estão desagregados em despesas correntes e de capital e verifica-se que a despesa realizada pela autarquia de Melgaço nesse ano se concentrou em despesas correntes, ou seja, em despesas com *Associações Desportivas* (58.000€) e em despesas de capital com a *Construção e manutenção de recintos* (1.615.664€) (última atualização 2023-10-31).

Uma outra forma de apreciar as despesas das câmaras municipais em atividades culturais e recreativas é através da relação destas com o número de habitantes. O quadro 133 apresenta esses valores, mostrando que em Melgaço a despesa em atividades culturais por habitante é significativamente superior à registada nos restantes territórios. Ao contrário, na dimensão de atividades e equipamentos desportivos, a despesa realizada pela autarquia de Melgaço, por habitante, é bastante inferior relativamente àqueles. Saliente-se uma despesa total de 152,1 euros/habitante

em atividades culturais e criativas, por comparação a uma média nacional de 55,7 euros. A despesa no ano de 2022 em atividades e equipamentos desportivos é comparativamente superior, correspondendo a uma despesa de 218,8€ por habitante.

Quadro 133 Indicadores da cultura e desporto por município, 2022

Territórios	Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante	Despesa total das câmaras municipais em atividades e equipamentos desportivos por habitante
	€	
Portugal	55,7	35,2
Norte	46,7	37,2
Alto Minho	69,1	40,2
Melgaço	152,1	218,8

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2022. Última atualização: 2023-10-31.

Há que salientar a existência de uma empresa municipal de Desporto e Lazer, a Melsport, criada em 2002, com sede no Complexo Desportivo e de Lazer de Monte de Prado, que tem por objeto a gestão, exploração, manutenção e conservação de instalações e equipamentos desportivos, recreativos, de lazer no concelho de Melgaço (Cf. página web da CMM). Assim sendo, no domínio dos equipamentos de desporto e de lazer, o concelho dispõe de um conjunto diverso de equipamentos que integram a relevante atividade do Centro de Estágios.

Este Complexo Desportivo/Centro de Estágios associa um amplo espaço de lazer à prática de desportos de ar livre e de interior, contando com as seguintes valências:

- Estádio;
- Pavilhão Gimnodesportivo;
- Campos de ténis;
- Polidesportivo;
- Campo de minigolfe;
- Ginásio de musculação e de manutenção;
- Piscina descoberta e lago artificial.

Quadro 134 Número de Equipamentos desportivos e recreativos, por freguesia

Freguesias	Nº de estabelecimentos	Tipologia								
		PA	G	CM	G CJ	PCJ	PAV/SD	P	T	MG
Alvaredo	0									
Castro Laboreiro	1					1				
Chaviães	0									
Cousso	1				1					
Cristóval	2					1		1		
Cubalhão	1				1					
Fiães	0									
Gave	1				1					
Lamas de Mouro	0									
Paços	1					1				
Paderne	8					3	1	1	1	2
Parada do Monte	0									
Penso	1					1				
Prado	16	1	4	1	2	1	1	3	2	1
Remoães	0									
Roussas	0									
S. Paio	0									
Vila	6		1			3		1		
Total	38	1	5	1	5	11	2	6	3	3

Fonte: CMM. Legenda: PA – Pista de Atletismo; G – Ginásio; CM – Circuito de Manutenção; G CJ – Grandes Campos de Jogos; PCJ – Pequenos Campos de Jogos; PAV/SD – Pavilhão/Salas de Desporto; P – Piscina; T – Ténis; MG – Minigolfe.

A freguesia de Prado onde está instalado o Complexo Desportivo já mencionado, compreensivelmente agrega o maior número de valências, logo seguida de Paderne e em 3º lugar pela freguesia da Vila. Oito das freguesias mencionadas não dispõem de qualquer equipamento, embora em algumas destas estejam sediados outros equipamentos sociais, cujas atividades têm potencial comunitário.

Dado o interesse em conhecer as associações consideradas recreativas, culturais e de desporto, e com base na informação disponibilizada pela via dos serviços municipais, apresenta-se a seguinte a informação sobre o setor:

Quadro 135 Associações recreativas, culturais, de desporto e lazer

NOME	ATIVIDADES	LOCALIZAÇÃO
Associação Casa do Povo de Melgaço IPSS	Grupo Etnográfico	Vila - Melgaço
Associação Noites Gaiteras Recreativa	Convívios/Manifestações culturais (Marchas São João/Tapetes Corpo de Deus)	Vila - Melgaço
Associação Melgaço em Patins Recreativa/Desportiva	Escola de Patinagem	Vila - Melgaço
Associação Cubo D'Questões	(associação recente)	Parada do Monte - Melgaço

Desportiva/Recreativa/Solidariedade Social		
A' Batela – Associação Recreativa/Cultural/Desportiva	Convívios populares/Futsal	Alvaredo - Melgaço
ACD Melgaço Radical Cultural/Desportiva	Eventos desportivos/recreativos	Vila - Melgaço
Associação Santiago de Penso Cultural/Recreativa	Convívios populares/Manifestações culturais (Alumiada a S. Tomé)	Penso - Melgaço

Fonte: CMM - Unidade Orgânica de Cultura, Museus e Património, 2022

Há um peso significativo de iniciativas registadas (4 em 7), notoriamente desenvolvendo um conjunto de atividades específicas, designadamente ligadas à preservação do património cultural concelhio e sua animação.

Em suma

- Bom acervo de bens e equipamentos culturais;
- Interesse intra e extra-concelhio das atividades (algumas de âmbito internacional);
- Diversidade de atividades de desporto e lazer;
- Número e tipo diversificado de iniciativas associativas;
- Potencial para maior disseminação territorial das atividades;
- Fator de atratividade das atividades culturais, desportivas e de lazer;
- Lugar para investimento em publicações escritas;
- Potencial de reforço da literacia cultural.

11. ATIVIDADE ASSOCIATIVA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Este capítulo ocupa-se de traçar um retrato sobre a atividade associativa e o nível de participação cívica identificado para o concelho. O interesse desta informação reside, antes de mais, na circunstância de que se trata de forças centrais no(s) processo(s) de desenvolvimento, nomeadamente no seu modo participativo.

No concelho, o associativismo tem um papel importante na animação e efetivação de atividades nos domínios do desporto, cultural, recreativo e de carácter social ou de solidariedade.

De acordo com a fonte usada, estão registadas no concelho 30 associações com níveis diversos de dinamismo e envolvimento de residentes e outros.

Quadro 136 Número de Associações em Melgaço por área de atividade

Associações	Número
Associações Culturais, Desportivas e Recreativas	22
Associação Humanitária	1
Associações de Pais	2
Associação de Alunos	2
Associação Desportiva	1
Associação de Desenvolvimento	2
TOTAL	30

Fonte: CMM

Este levantamento constata a existência de 30 associações associadas a campos tão distintos como o desporto, atividades humanitárias e o envolvimento no desenvolvimento local.

Numa análise mais fina seria importante aceder ao nível de participação que se alcança em cada uma destas organizações, bem como à regularidade das atividades desenvolvidas e seu âmbito territorial.

De salientar, todavia, que em Portugal há um conjunto de benefícios sociais que resultam da ação de muitas iniciativas similares (micro e pequenas), benefícios esses, nalguns casos dificilmente quantificáveis, mas que propiciam ambientes de convivalidade e solidariedade entre pessoas, não alcançáveis noutras formas organizativas.

A participação eleitoral é uma outra dimensão acessível pela via das estatísticas oficiais

que permite aceder à natureza da mobilização da população em atos nacionais de expressão e participação.

Deixam-se caracterizados alguns dos comportamentos eleitorais, desde o nível local ao europeu e em todos usando uma visão comparada por relação aos níveis nacional, Regional e sub-Regional.

Um primeiro registo que se subtrai das informações subseqüentes é o de que os números de eleitores recenseados pelo concelho de Melgaço são em número superior à população residente: em 2023, são 9 652 os eleitores recenseados, por relação a 7.773 residentes. Esta diferença pode ser causada, desde logo, pela desatualização do recenseamento eleitoral que contará ainda com pessoas que passaram a residir fora do concelho. Interessante seria saber se esta desatualização se estende a outras áreas como, por exemplo, para efeitos fiscais ou na inscrição em serviços públicos, desde logo porque o número de inscritos ativos na UCS, como foi já referido, é superior ao número de residentes. Desta desatualização dos cadernos eleitorais poderá intuir-se que esta área da participação cívica pesa menos nos compromissos considerados pelas pessoas ou, antes pelo contrário, ser uma expressão de ligação ao território que não se quer perder.

Da análise a que se procedeu relativamente a vários atos eleitorais, constata-se que o nível de abstenção, no concelho de Melgaço, é maior em todos eles e comparativamente com todos os contextos territoriais considerados. Os quadros seguintes dão nota da hierarquização da abstenção, começando pelo nível de menor abstenção, que é o das eleições autárquicas, a que se seguem, por esta ordem, os atos eleitorais para as eleições legislativas, para a Presidência da República e, finalmente, para o Parlamento Europeu.

Quadro 137 Eleitores nas eleições para as Autarquias Locais: total, votantes e abstenção, 2021

Territórios	Eleitores		
	Total	Votantes	Abstenção
Portugal	9.323.688	5.002.047	4.321.641
Norte	3.345.831	1.934.063	1.411.768
Alto Minho	236.535	141.918	94.617
Melgaço	10.024	4.142	5.882

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes). Última atualização: 2024-02-09

Quadro 138 Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais, 2021

Territórios	Taxa de abstenção
Portugal	46,4
Norte	42,2
Alto Minho	40,0
Melgaço	58,7

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes). Última atualização: 2024-02-09.

Quadro 139 Eleitores nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção, 2024

Territórios	Eleitores		
	Total	Votantes	Abstenção
Portugal	10.818.226	6.473.789	4.344.437
Norte	3.335.163	2.261.391	1.073.772
Alto Minho	233.491	142.913	90.578
Melgaço	9.643	3.914	5.729

Fonte: PORDATA. Fontes de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes). Última atualização: 2024-03-21.

Quadro 140 Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República, 2024

Territórios	Taxa de abstenção
Portugal	40,2
Norte	32,2
Alto Minho	39,8
Melgaço	59,4

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes). Última atualização: 2024-03-21.

Quadro 141 Eleitores nas eleições para a Presidência da República: total, votantes e abstenção, 2021

Territórios	Eleitores		
	Total	Votantes	Abstenção
Portugal	(R) 10.864.327	(R) 4.262.672	(R) 6.601.655
Norte	3.351.559	1.520.743	1.830.816
Alto Minho	237.890	91.563	146.327
Melgaço	10.223	2.226	7.997

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes). Última atualização: 2024-02-09. Nota: (R) – Dados retificados pela entidade responsável.

Quadro 142 Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República, 2021

Territórios	Taxa de abstenção
Portugal	(R) 60,8
Norte	54,6
Alto Minho	61,5
Melgaço	78,2

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes). Última atualização: 2024-02-09. Nota: (R) – Dados retificados pela entidade responsável.

Quadro 143 Eleitores nas eleições para o Parlamento Europeu: total, votantes e abstenção, 2024

Territórios	Eleitores		
	Total	Votantes	Abstenção
Portugal	10.830.565	3.949.553	6.881.012
Norte	3.333.237	1.402.828	1.930.409
Alto Minho	233.256	95.057	138.199
Melgaço	9.623	2.876	6.747

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes). Última atualização: 2024-07-04.

Quadro 144 Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu, 2024

Territórios	Taxa de abstenção
Portugal	63,5
Norte	57,9
Alto Minho	59,2
Melgaço	70,1

Fonte: PORDATA. Fonte de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes). Última atualização: 2024-07-04.

Apreciados os níveis de abstenção, e para além da sua já constatada maior expressão no concelho, verifica-se também que é mais baixa para o nível autárquico com 58,7% de abstenção e a taxa de abstenção mais alta se verifica nas eleições para a Presidência da República com 78,2% de abstenção. Isto é, observa-se uma menor participação nas instâncias entendidas como menos próximas da vida local e quotidiana (Presidência da República e Parlamento Europeu).

Em suma

- Nível razoável de associações locais existentes;
- Diversidade de interesses representados;
- Modesto, mas diferenciado interesse nos atos eleitorais;
- Participação cívica mais expressiva que participação eleitoral (política);
- Potencial de melhoria dos níveis de participação;
- Incremento do associativismo juvenil: como fomentar.

NOTA FINAL

Com base nas fontes mais atualizadas e mercê dos contributos de muitos informantes privilegiados, o Diagnóstico Social reúne uma informação ampla que torna acessível a compreensão, desenvolvimento e tendências da realidade local do concelho de Melgaço, enraizado e influenciado por contextos vários. Em cada um dos capítulos deixou-se, a traço grosso, as características mais salientes e, talvez, as que mais podem ter relevância para o devir do concelho.

Não por acaso, o capítulo da demografia revelou a sua presença em muitos outros temas, como seja a dimensão económica, a da saúde e da proteção social.

A persistência e consolidação de uma população envelhecida e em perda de residentes tem notórias consequências em muitos dos campos em que se organiza a vida societal. A condição de território com uma orografia difícil constitui-se num outro dado que estruturalmente desafia capacidades para reverter um obstáculo de partida, numa condição a superar pelos vários meios disponíveis ou a disponibilizar.

A par conhecem-se também as potencialidades do concelho, que tem registado uma dinâmica positiva e de crescimento em vários setores de atividade, com margens de crescimento a potenciar. O incentivo ao emprego feminino e a condições salariais gerais melhoradas é uma agenda que atinge, mas excede, o concelho de Melgaço.

Enfim, criar condições melhoradas de vida é um desígnio com múltiplas faces e que tem especificidades em cada lugar. A atratividade do concelho com base num ambiente de reconhecida qualidade, num notável acervo histórico e cultural, e que tem desenvolvido condições de vida e de viver, permite traçar acrescidas expectativas de progressividade.